

**Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**LUENDER RYTHELL MARTINS SILVA**

**OS ESTIGMAS DA AIDS E A IDENTIFICAÇÃO DO RISCO**

**Rio de Janeiro  
2023**

**LUENDER RYTCHHELL MARTINS SILVA**

**OS ESTIGMAS DA AIDS E A IDENTIFICAÇÃO DO RISCO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Dilene Raimundo do Nascimento

Rio de Janeiro  
2023

**LUENDER RYTCHHELL MARTINS SILVA**

**OS ESTIGMAS DA AIDS E A IDENTIFICAÇÃO DO RISCO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Dilene Raimundo do Nascimento (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde/COC/Fiocruz) – Orientadora

---

Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>º</sup>. Ricardo dos Santos Batista (Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado da Bahia e Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde/COC/Fiocruz)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Eliza da Silva Vianna (Instituto Federal de Alagoas - Penedo/Alagoas)

Suplentes:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cristiana Fachinetti (Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde/COC/Fiocruz)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Juliana Ferreira da Silva (Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília)

Rio de Janeiro  
2023

S586e Silva, Luender Rytchell Martins.  
Os estigmas da AIDS e a identificação de risco / Luender  
Rytchell Martins Silva. – Rio de Janeiro, 2023.  
94 f.

Orientadora: Dilene Raimundo do Nascimento.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico em História das  
Ciências e da Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Casa de  
Oswaldo Cruz.

Bibliografia: f. 87-94.

1. Síndrome de Imunodeficiência Adquirida. 2. Sexismo.  
3. Homossexualidade. 4. História do Século XX. 5. Brasil.

CDD 362.1

Para a minha família.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a minha mãe pelo incentivo e apoio, fundamentais para a minha formação pessoal e profissional.

Agradeço a minha orientadora Dilene Raimundo do Nascimento pelas trocas que possibilitaram a percepção dos caminhos da minha pesquisa e por ter oferecido o suporte e o incentivo necessário para atravessar as incertezas do percurso.

À professora Juliana Ferreira da Silva por ter incentivado meu ingresso no PPGHCS e, antes disso, pela inspiração nos rumos da pesquisa historiográfica.

Aos professores que aceitaram fazer parte da minha banca de qualificação, Ana Teresa Acatauassú Venâncio e Ricardo dos Santos Batista, pelas ponderações e contribuições.

Aos professores e colaboradores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

## RESUMO

A presente dissertação objetivou discutir os processos de saúde e doença no contexto da epidemia da Aids, considerando os atravessamentos relacionados aos estigmas e a identificação do risco associado à homossexualidade. Para isso, inicialmente foram analisados discursos do campo medico-psicológico sobre a associação entre homossexualidade e patologia. Na busca pela gênese da homossexualidade, a utilização de exames físicos e psicológicos estabeleceram ideias sobre a homossexualidade como desvio sexual e corpo identificável. Nesse ponto, o recorte temporal estabelecido foram as décadas de 1920 a 1940, considerando o advento da racionalidade positivista no campo criminológico e sua influência no projeto de identificação dos grupos percebidos como socialmente perigosos. A dissertação insere-se nas discussões sobre a historicidade das doenças, considerando os sentidos atribuídos às condutas dos grupos de risco. A análise da epidemia foi realizada através de notícias de periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira além de documentos disponíveis na plataforma digital do Arquivo Nacional que enfatizam a discriminação contra servidores públicos na década de 1980. Conclui-se que no contexto da epidemia da Aids, os estigmas e as discriminações contra os homossexuais foram reafirmados no contexto da epidemia, através do medo do contágio e da identificação do risco.

**Palavras-chave: História da Aids, estigma, risco, homossexualidade.**

## **ABSTRACT**

This dissertation aimed to discuss the processes of health and disease in the context of the AIDS epidemic, considering the crossings related to the stigmas and the identification of the risk associated with homosexuality. For this, initially, speeches from the medical-psychological field on the association between homosexuality and pathology were analyzed. In the search for the genesis of homosexuality, the use of physical and psychological examinations established ideas about homosexuality as a sexual deviation and an identifiable body. At this point, the established time frame was the decades from 1920 to 1940, considering the rationality of positivist criminology for the project of identifying groups perceived as socially dangerous. The dissertation is part of discussions about the historicity of diseases, considering the meanings attributed to the behavior of risk groups. The analysis of the epidemic was carried out through news from periodicals available at Hemeroteca Digital Brasileira, in addition to documents available at the digital platform of the Arquivo Nacional that emphasize discrimination against public servants in the 1980s. It is concluded that in the context of the AIDS epidemic, the stigmas and discrimination against homosexuals were reaffirmed in the context of the AIDS epidemic through fear of contagion and risk identification.

**Keywords: AIDS history, stigma, risk, homosexuality.**



## SUMÁRIO

Introdução .....	1
1. A vigilância sobre o corpo e as virtualidades .....	5
1.1 Prova, inquérito e exame .....	5
1.2 Biopolítica .....	10
1.3 Eugenia e sexualidade .....	12
1.4 Os crimes e os saberes .....	16
2. As causas da homossexualidade e os riscos .....	18
2.1 As gêneses da homossexualidade na obra de Viveiros de Castro .....	19
2.2 Homossexualidade e a biotipologia criminal na obra de Leonídio Ribeiro .....	30
2.2.1 O caso Febrônio .....	38
2.3 Gualter Lutz e a psicogênese da homossexualidade .....	41
2.3.1 O crime e a autoacusação .....	42
2.3.2 A psicogênese da homossexualidade .....	44
3. Identificação do risco na epidemia da Aids .....	54
3.1 O campo da História das Doenç�s .....	56
3.2 Desvio sexual e caráter .....	54
3.3 Comportamento de risco e estigma na epidemia da Aids .....	62
Considera�es Finais .....	75
Referências bibliográficas .....	77

## Introdução

Nesse trabalho buscamos discutir aspectos da história da epidemia da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids) na década de 1980 no Brasil, explorando os processos de estigma e vigilância sobre os homossexuais, considerando os discursos sobre os grupos de risco. O trabalho pretendeu debater a construção da identificação dos corpos e das condutas homossexuais reveladas pela preocupação com o contágio no contexto da epidemia da Aids.

A saúde e a doença estão condicionadas a diversos fatores. O campo em que se estabelece a disputa entre os dois estados é atravessado por aspectos sociais, culturais e econômicos. Há doenças que incidem mais em alguns espaços do que em outros e há grupos populacionais mais vulneráveis a enfermidades. A saúde, como um estado completo de bem estar, é ameaçada por mudanças nos ecossistemas, desigualdades socioeconômicas, ou ainda pelo contato com microrganismos capazes de adoecer os corpos. Considerando esses aspectos, a luta pela preservação e promoção da saúde é instaurada em espaços onde diferentes forças atuam. Assim, a doença pode ser entendida como uma crise marcada pela alteração da disposição do corpo em relação ao ambiente e às outras pessoas. A ruptura provocada pela doença é capaz de atingir a vida em sua totalidade, exigindo reparos e adaptações.

No dia 11 de março de 2020, a infecção causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2 foi declarada pandemia pela Organização Mundial da Saúde. O controle da pandemia de COVID-19 mobilizou mudanças em âmbito global. As diretrizes adotadas restringiam o contato e a circulação dos indivíduos. A transmissão ocorria através do contato com pessoas infectadas ou pelo contato com objetos e superfícies infectadas. Para o controle do contágio, o isolamento social foi adotado como a principal estratégia de cuidado em saúde no contexto da pandemia. Essa diretriz foi adotada e defendida pela maioria dos profissionais da saúde e disputou espaço com outros discursos marcados pela minimização da pandemia de COVID-19.

Os condicionantes do processo saúde e doença são percebidos nesse contexto. O impacto do negacionismo atingia populações diferentes, considerando as questões sociais. Segundo Campos (2020), as pessoas que viviam em situações vulneráveis seriam as mais expostas ao contágio. Assim, moradores de periferias, pessoas em privação de liberdade,

pessoas dependentes do transporte público e trabalhadores que lidam com outras pessoas seriam as principais vítimas. Com isso, percebemos que a possibilidade do adoecimento não é equânime.

O direito à liberdade foi utilizado para embasar os argumentos negacionistas. O uso de máscaras de proteção e a proibição de aglomerações foram diretrizes subvertidas em prol do discurso acerca do suposto prejuízo das liberdades individuais. Apesar disso, não havia processos de punição ou discriminações graves para aqueles que relutaram diante dos acordos estabelecidos para a proteção da saúde. Temos assim um cenário de ideologias marcadas pela produção da desinformação, cujos efeitos atingiam diretamente parcelas específicas da população.

Etimologicamente, a palavra contágio deriva de contato e refere-se à passagem de alguma coisa, de uma pessoa para outra (MARTINS, 1997). No contexto das doenças transmissíveis indica a possibilidade de contrair o agente patológico através do contato com outros indivíduos ou com ambientes infectados. Sendo assim, o contágio tensiona as condições de existência em uma pandemia, considerando que as relações interpessoais são afetadas. O contágio também justifica processos discriminatórios, quando a doença em questão é coberta de estigmas e os grupos vulneráveis são percebidos como perigosos e difusores do contágio. É o que se verifica na epidemia da Aids, quando a identificação dos grupos de risco propiciou preconceitos e discriminações. O mesmo processo não é verificado na pandemia de COVID-19, ainda que a rejeição das ações de contenção do contágio por parcela da população tenha contribuído para a dificuldade de retenção da propagação do vírus.

Segundo o Ministério da Saúde (2018) a Aids é uma síndrome que se manifesta a partir da infecção do organismo pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e ataca o sistema imunológico, prejudicando as defesas do organismo. A Aids é uma sigla para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida e atualmente sabe-se que a transmissão ocorre pelo sexo anal, vaginal e oral sem camisinha, compartilhamento de seringa e instrumentos que cortam ou furam não esterilizados, transfusão de sangue contaminado e transmissão vertical da mãe para o filho durante a gravidez, no parto e na amamentação (BRASIL, 2018)

De acordo com a publicação “História da aids” (BRASIL, 2018), em 1978 foram descobertos os primeiros casos da doença nos EUA, Haiti e África Central. Nos Estados Unidos da América, as preocupações com a nova doença começaram em 1981, mas só em 1982 foi classificada como síndrome, sendo este um marco importante na história da doença. Neste ano, a aids foi denominada como a doença dos 5H, representando os homossexuais,

hemofílicos, heroínômanos (usuário de heroína injetável), haitianos e hookers (termo inglês para profissionais do sexo), formando uma concepção da síndrome associada ao que se chamou de “grupos de risco” (BRASIL, 2018). Nesse período foi reconhecida a possível transmissão por contato sexual, exposição a sangue e uso de drogas. No ano de 1982, foi diagnosticado o primeiro caso da síndrome no Brasil, em São Paulo (BRASIL, 2018). Em 1983, ocorre o primeiro diagnóstico de aids em uma criança e no Brasil, uma mulher é diagnosticada (Brasil, 2018). No mesmo ano, há a discussão na comunidade acadêmica da medicina sobre a transmissão heterossexual da doença. Em 1985, é disponibilizado o primeiro teste anti-HIV no âmbito da saúde pública e a partir deste ano observa-se a construção do conceito de “comportamento de risco” (BRASIL, 2018).

A breve comparação entre as duas crises no cenário da saúde pública demonstra que as doenças adquirem significados que ultrapassam os efeitos do contato entre os agentes patológicos e os corpos. A esse processo são acrescidos os sentidos atribuídos ao adoecimento e os motivos do contágio. A hipótese desse trabalho é que na epidemia da Aids a identificação da homossexualidade como fator de risco acompanhou processos históricos de estigmatização. Se confirmado, contribuiremos com a discussão sobre os impactos culturais e sociais nos processos de saúde e doença e do debate sobre a historicidade das enfermidades. Antes da discussão sobre a epidemia da Aids, o trabalho enfoca as produções discursivas dos saberes médico-psicológicos sobre a homossexualidade considerada como desvio.

A ideia de estigma relaciona-se com a categorização de atributos dos integrantes da sociedade, capaz de definir o que é comum e natural e, em contrapartida, estabelecer fatores de estranhamento (GOFFMAN, 2008). As expectativas normativas conferem experiências de discriminações, culpa e autodepreciação para as identidades sociais marcadas por sinais mais ou menos visíveis de diferenças em relação às normas (GOFFMAN, 2008). Além das marcas visíveis, certas condutas e comportamentos também são desacreditados como identidade social merecedora de posições dignas na sociedade. Esse último caso inclui a homossexualidade. Como referido anteriormente, o trabalho busca discutir o tensionamento relacionado à epidemia da Aids, considerando processos de estigmatização engendrados em épocas precedentes.

O primeiro capítulo estabelece o referencial teórico utilizado nas análises empreendidas nos capítulos subsequentes. São discutidas as ideias de biopolítica, vigilância e exame conforme a expectativa de uso desses conceitos para a discussão do controle da homossexualidade e posteriormente da vigilância empregada na epidemia da Aids, considerando a ideia de risco. Além disso, são destacadas as ideias eugênicas sobre a visão

de homem eugênico e de melhoramento de raça, entendendo que tais concepções também contribuem para a construção do estigma dos corpos concebidos como desviantes da norma.

O segundo capítulo é destinado à investigação da produção de sentidos sobre a homossexualidade considerando perspectivas que a significaram como doença ou crime. Neste ponto, o recorte temporal estabelecido engloba as décadas de 1920 a 1940, considerando a difusão dos discursos concernentes à medicina legal e aos usos dos saberes em auxílio dos pressupostos da criminologia positivista (FERLA, 2005). Serão buscadas as definições dos saberes médico-psicológicos sobre as condutas homossexuais, através da integração com os projetos criminológicos. Pretende-se compreender e descrever as enunciações construídas pelos saberes médicos-psicológicos sobre o funcionamento da homossexualidade quando associada ao desvio e ao perigo social. Nesse contexto, a homossexualidade recebeu denominações como perversão, anormalidade, inversão, pederastia e outros nomes que compunham o arcabouço nosológico das patologias que ofereciam inteligibilidade ao comportamento desviante. Considerando o impacto na epidemia da Aids, busca-se contribuir com a discussão sobre a construção e uso dos saberes justificadores de negligências, discriminações e intervenções nas vivências das liberdades individuais.

O terceiro capítulo parte da discussão sobre a Classificação Internacional de Doenças (CID) que até 1990 catalogou a homossexualidade como desvio e transtorno sexual, apesar das reivindicações sociais que marcaram a década de 1980 na direção da despatologização. São apresentados documentos que demonstram discriminações e denúncias em órgãos públicos motivados pela homossexualidade dos denunciados. Em seguida, a epidemia da Aids é discutida a partir da hipótese de que a doença foi marcada por sentidos de repatologização em decorrência do medo do contágio e da identificação dos grupos de risco. Além disso, foram buscados recortes de notícias que propiciam discussões sobre o lugar da conduta e do caráter na definição do grupo de risco homossexual.

## Capítulo 1 - A vigilância sobre o corpo e as virtualidades

### 1.1. Prova, inquérito e exame

Para oferecer inteligibilidade à homossexualidade, algumas disciplinas produziram conhecimentos e procedimentos de análises. Foucault (2002) cita a Sociologia, Psicologia, Psicopatologia, Criminologia e Psicanálise como disciplinas formadas no contexto da sociedade capitalista, ligadas aos controles políticos e sociais que o novo sistema demandou, no final do século XIX. Dessa forma, os saberes empregados neste cenário, são fabricados para o exame do corpo e das virtualidades. Apresentando as percepções de Nietzsche sobre o conhecimento, Foucault concorda ao afirmar que "o conhecimento é simplesmente o resultado do jogo, do afrontamento, da junção, da luta e do compromisso entre os instintos. É porque os instintos se encontram, se batem e chegam, finalmente, ao término de suas batalhas, a um compromisso, que algo se produz. Este algo é o conhecimento" (FOUCAULT, 2002: 16).

Foucault descreve diferentes tipos do regulamento judiciário para a resolução de conflitos, contestações e disputas. Na sociedade grega arcaica, o procedimento que estabelecia a verdade era a prova. O conflito entre duas pessoas poderia ser solucionado por um desafio lançado por uma das partes. Consistia em um juramento sobre a responsabilidade ou irresponsabilidade do ato cometido, origem do processo de contestação. Não havia a busca de outros elementos que confirmassem ou negassem as versões apresentadas. Mesmo que houvesse testemunhas, o jogo de prova estava direcionado para o juramento sob os olhares dos deuses. Ainda no contexto da Grécia, Foucault observa outros procedimentos adotados na definição da verdade.

Analisando a obra *Édipo Rei*, de Sófocles, o autor descreve a pesquisa da verdade como uma alteração na resolução dos conflitos. Essa pesquisa ocorria por meio do jogo das metades, a reconstituição do acontecimento através de pistas oferecidas por testemunhas que presenciaram parcelas dos fatos. O novo modelo não substituiu completamente a prova como procedimento de autenticação da verdade. Entretanto, na narrativa protagonizada por Édipo, são as junções dos conhecimentos e testemunhos que validam os acontecimentos.

Além dessa mudança, Foucault (2002) observa elementos que conectam saber e poder. Retratada no século V a.C., *Édipo-Rei* ilustra um movimento de separação entre as duas instâncias. Anteriormente, as figuras dos tiranos representavam a junção do poder e do saber e Édipo ocupa essa posição na tragédia de Sófocles. Na busca pela verdade, o rei

acumulou saberes relacionados a sua posição política, e essa posição é ocupada porque em eventos anteriores demonstrou sabedoria. Na investigação instituída por ele, a união das duas coisas, o saber e o poder, ocasiona sua ruína. Foucault (2002) indica mudanças na racionalidade da época descrita na obra de Sófocles. Os equívocos cometidos por Édipo são consequências do acúmulo do poder-saber. Na passagem da Grécia arcaica para a Grécia Clássica o poder é enxergado como ignorância e obscurecimento, como um elemento contrário ao saber.

O Ocidente vai ser dominado pelo grande mito de que a verdade nunca pertence ao poder político, de que o poder político é cego, de que o verdadeiro saber é o que se possui quando se está em contato com os deuses ou nos recordamos das coisas, quando olhamos o grande sol eterno ou abrimos os olhos para o que se passou. Com Platão, se inicia um grande mito ocidental: o de que há antinomia entre saber e poder (FOUCAULT, 2002: 51).

Nesse sentido, o autor sustenta que esse mito deve ser combatido, considerando a relação intrínseca entre o conhecimento e os jogos de poder.

Esse grande mito precisa ser liquidado. Foi esse mito que Nietzsche começou a demolir ao mostrar, em numerosos textos já citados, que por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder. O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber (FOUCAULT, 2002: 51).

No decorrer do século V na Grécia, o valor do testemunho propiciou novas direções para a pesquisa da verdade. Nesse cenário, as condições em que a verdade seria produzida ou confirmada promoveu saberes e procedimentos. A Filosofia, os sistemas científicos e os sistemas racionais auxiliavam na elaboração e inspeção das regras estabelecidas. Há também o desenvolvimento da arte da persuasão, capaz de convencer os outros da verdade do que se diz. Além desses aspectos, há a progressão do inquérito como procedimento de averiguação. De acordo com Foucault (2002), a história do inquérito como modalidade jurídica permaneceu esquecida até o ressurgimento, séculos depois, na Idade Média.

Antes da formação do inquérito como forma de saber a verdade, as sociedades feudais regulavam os conflitos como uma extensão da guerra. As disputas destacavam não o interesse pela verdade dos fatos e sim provações das forças das partes envolvidas. Aquele que reunia testemunhas familiares para intercederem a seu favor, demonstrava a força das suas relações interpessoais. E nos conflitos resolvidos por meio de provas intelectuais ou físicas, o corpo era submetido a desafios cujos resultados funcionavam como veredito para a dissolução dos conflitos. Nesse sentido, essas disputas ocorriam entre duas partes e o Direito regulava não mais que o cumprimento das regras.

Segundo o autor, a partir do século XII e XIII, o inquérito como modalidade de gestão decorre de interesses econômicos por parte da aristocracia. Se antes os conflitos permaneciam entre dois elementos, duas pessoas ou dois grupos, a partir desse ponto um terceiro elemento reivindica mais uma posição. O dano que uma das partes comete será interpretado como uma infração ao soberano, representado no processo pela figura do promotor. Dessa forma, o dano extrapola o confronto entre duas partes para representar o mal contra o ordenamento.

O inquérito é promovido como um instrumento capaz de restituir os acontecimentos através dos testemunhos, uma forma de alcançar a verdade. Esse processo se estabelece como uma força exterior, que regula os litígios e se impõe como poder judiciário e poder político. Assim, além da resolução do conflito entre o acusado e o acusador, o Estado também reivindica a reparação da ofensa cometida contra as suas regras. As multas e confiscações estabeleceram um meio de enriquecimento e o inquérito propicia um mecanismo seguro, considerando que o modelo anterior, o das provas, colocaria em risco o controle do processo. Dessa forma, inquirir a verdade, questionar os acontecimentos e considerar o que as pessoas notáveis têm a dizer foi um meio mais eficaz e seguro de conservar o processo.

O inquérito é precisamente uma forma política, uma forma de gestão, de exercício do poder que, por meio da instituição judiciária, veio a ser uma maneira, na cultura ocidental, de autenticar a verdade, de adquirir coisas que vão ser consideradas como verdadeiras e de as transmitir. O inquérito é uma forma de saber-poder (FOUCAULT, 2002: 78).

No final do século XVIII e início do século XIX o sistema teórico da lei penal modifica-se e acompanha mudanças nas relações econômicas e administrativas (FOUCAULT, 2002). No campo penal, a noção de crime é estabelecida como uma ruptura dos códigos sociais em detrimento das associações entre crime e pecado. A concepção de crime também é entendida como o desvio de uma norma expressamente registrada. “Para que haja infração é preciso haver um poder político, uma lei e que essa lei tenha sido efetivamente formulada” (FOUCAULT, 2002: 80). Essas leis são formuladas em consideração ao que pode ser nocivo à sociedade. Assim, as leis e as punições são empreendidas com vista a promover o ordenamento social. Deriva dessa ideia, a concepção do crime como perturbação e do criminoso como inimigo interno (FOUCAULT, 2002). A partir disso, o autor discute a aplicação das leis considerando as atualizações nas concepções de crime.

Se o crime é um dano social, se o criminoso é o inimigo da sociedade, como a lei penal deve tratar esse criminoso ou deve reagir a esse crime? Se o crime é uma perturbação para a sociedade; se o crime não tem mais nada a ver com a falta, com a lei natural, divina, religiosa, etc., é claro que a lei penal não pode



prescrever uma vingança, a redenção de um pecado. A lei penal deve apenas permitir a reparação da perturbação causada à sociedade. A lei penal deve ser feita de tal maneira que o dano causado pelo indivíduo à sociedade seja apagado; se isso não for possível, é preciso que o dano não possa mais ser recomeçado pelo indivíduo em questão ou por outro. A lei penal deve reparar o mal ou impedir que males semelhantes possam ser cometidos contra o corpo social (FOUCAULT, 2002: 82).

Diante disso, os legisladores da época discursaram sobre as penas possíveis no contexto da reparação dos males. Deportação, trabalho forçado, escândalo público e pena de talião foram propostas registradas (FOUCAULT, 2002). Apesar disso, foi o aprisionamento que obteve a destinação dos inimigos sociais no decorrer do século XIX. Isso porque, a penalidade desse momento histórico se afasta do projeto de exclusão dos criminosos e se aproxima da possibilidade de recuperá-los, controlá-los e de empreender reformas psicológicas e morais em suas condutas (FOUCAULT, 2002). Dessa forma, a penalidade reafirma-se como um mecanismo capaz de atuar não apenas sobre o que os indivíduos fizeram, mas também sobre o que poderiam fazer em conformidade com suas virtualidades.

Assim, a grande noção da criminologia e da penalidade em fins do século XIX foi a escandalosa noção, em termos de teoria penal, de periculosidade. A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam (FOUCAULT, 2002: 85).

Deriva desse processo o aparecimento de “poderes laterais”, conforme expressão utilizada pelo autor. Referem-se a uma rede de vigilância e correção que oferece suporte ao poder judiciário. “A polícia para a vigilância, as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas para a correção” (FOUCAULT, 2002: 86). Tais instituições estabelecem o enquadramento dos indivíduos, inserindo-os nas escolas, hospitais psiquiátricos, asilos e instituições policiais. Dessa forma, essa rede que une os poderes e saberes promovem a vigilância e correção das virtualidades.

Esse contexto propicia a mudança do inquérito para o exame. Se tratando do funcionamento das instituições penais, importa mais vigiar ininterruptamente os indivíduos do que estabelecer a reconstrução de um acontecimento. Essa observação contínua propicia o saber sobre os vigiados, constituindo parâmetros de normalidade e anormalidade. Dessa forma, o exame surge como instrumento capaz de dizer se o indivíduo examinado se constitui de acordo com a norma, se sua conduta está alinhada com as regras ou se há desvios. “Esta é a base do poder, a forma de saber-poder que vai dar lugar não às grandes ciências de

observação como no caso do inquérito, mas ao que chamamos ciências humanas: Psiquiatria, Psicologia, Sociologia, etc.” (FOUCAULT, 2002: 88).

Além das ciências humanas, estruturas institucionais promovem o funcionamento da vigilância e exame, exercendo funções pedagógicas, correcionais e terapêuticas (FOUCAULT, 2002). As instituições médicas, industriais, penais e pedagógicas conferem estrutura para o processo de inclusão e normalização. Em outras palavras, o sequestro operacionalizado a partir do século XIX visava a recuperação dos indivíduos afastados das normas estabelecidas. As instituições de sequestro controlam a totalidade do tempo dos indivíduos para a conversão em tempo de trabalho. Além do interesse econômico, essas instituições também intervêm nos corpos para que as forças estejam direcionadas ao esforço laboral. Segundo Foucault (2002) é por esse motivo que diversas instituições como as escolas, hospitais e fábricas também interferem nos hábitos e sexualidade dos indivíduos. Dessa forma, a busca pela força de trabalho promove intervenções nas condutas.

Se fizéssemos uma história do controle social do corpo, poderíamos mostrar que, até o século XVIII inclusive, o corpo dos indivíduos é essencialmente a superfície de inscrição de suplícios e de penas; o corpo era feito para ser suplicado e castigado. Já nas instâncias de controle que surgem a partir do século XIX, o corpo adquire uma significação totalmente diferente; ele não é mais o que deve ser suplicado, mas o que deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar (FOUCAULT, 2002: 119).

A terceira característica dessas instituições é a formação de um micropoder capaz de punir e recompensar, de acordo com as regras estabelecidas. São retratos de um poder judiciário estabelecido no interior dos espaços que adquirem autonomia para julgar diariamente as ações dos indivíduos submetidos àquele funcionamento (FOUCAULT, 2002). Nesse contexto, a última característica das instituições de sequestro é promovida: um poder epistemológico. Esse poder possui duas instâncias. Na primeira, a observação do trabalho dos indivíduos, e das adaptações que operam no cotidiano, torna-se possibilidade de apreensão pelos gestores. Dessa forma, as melhorias e descobertas efetuadas pelos trabalhadores são instituídas como novas maneiras de produzir e trabalhar. A segunda instância deriva das classificações e registros propiciados pela vigilância dos indivíduos que compõem alguma das instituições. Trata-se de um saber clínico capaz de promover novas direções para o controle, considerando as normas engendradas pela observação dos comportamentos. Foucault (2002) ilustra esse funcionamento citando o saber psiquiátrico. “O saber psiquiátrico se formou a partir de um campo de observação exercida prática e exclusivamente pelos

médicos enquanto detinham o poder no interior de um campo institucional fechado que era o asilo, o hospital psiquiátrico” (p. 122).

No que concerne à homossexualidade, no próximo capítulo serão apresentados procedimentos de investigação do corpo e da psicologia dos homossexuais. Com isso, queremos mostrar o funcionamento de um poder-saber capaz de catalogar e definir a verdade da homossexualidade. Consideramos que o uso do exame no contexto médico-criminológico possibilitou a catalogação de características utilizadas para a identificação, controle e tratamento da homossexualidade, quando considerada como desvio da norma.

## **1.2. Biopolítica**

A discussão sobre os processos de controle e vigilância dos indivíduos também é marcada por modificações e acréscimos. Além da atenção ao corpo individual, uma nova modalidade de gestão é empregada para a vigilância e regulação da população. De acordo com Foucault (2005), nos séculos XVII e XVIII as técnicas de poder miravam a disciplina do corpo. Os mecanismos utilizados visavam a distribuição espacial dos indivíduos, além da promoção da força de trabalho através de treinamentos e exercícios. Durante a segunda metade do século XVIII, surge outra tecnologia de poder que buscava regular a multiplicidade dos indivíduos, observando os processos da vida como o nascimento, a doença e a morte (FOUCAULT, 2005).

Depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana (FOUCAULT, 2005: 289).

O autor pontua que o interesse da biopolítica sobre os processos da população propicia a criação de instrumentos demográficos e estatísticos. Nesse contexto, a natalidade e a morbidade, e os aspectos condicionantes, tornam-se objetos de atenção. A preocupação com as endemias ilustra as mudanças de foco propiciadas pela biopolítica. Doenças constantes e relacionadas a determinados territórios significavam a subtração de forças e empecilhos para o trabalho. Assim, a identificação das condições, duração e intensidade das doenças são organizadas através dos conhecimentos e instrumentos oriundos da racionalidade

biopolítica. É nesse cenário que emerge a concepção da higiene pública, ramo da medicina, como proposta de intervenção nos espaços e medicalização da população.

Dessa forma, a relação entre a espécie humana e o meio em que vive fundamenta outra preocupação da biopolítica (FOUCAULT, 2005). Tanto os fatores geográficos e ambientais quanto a questão da cidade como espaço de circulação, são aspectos importantes enfocados pela biopolítica. “É da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo da intervenção de seu poder” (FOUCAULT, 2005: 292). Os mecanismos reguladores da biopolítica possibilitam previsões e estimativas, e as intervenções são direcionadas para as determinações dos fenômenos gerais da população. “Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade” (p. 293).

Para a proposta deste trabalho, são importantes as discussões sobre as doenças e a sexualidade, dois aspectos que integram o panorama da biopolítica. Como referido anteriormente, a regulação da população também visava o controle das condições adoecedoras, a partir da identificação desses fatores. Em relação à sexualidade, a observação da natalidade conforma o campo de discussão sobre o uso correto ou incorreto do corpo em prol da regulação da vida populacional.

Sobre tal pano de fundo, pode-se compreender a importância assumida pelo sexo como foco de disputa política. É que ele se encontra na articulação entre os dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todo um micropoder sobre o corpo; mas, também, dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie (FOUCAULT, 2017:136-137).

Nesse sentido, a sexualidade seria capaz de revelar aspectos individuais, dada sua relação com as condutas, e também seria foco nos temas políticos e econômicos (FOUCAULT, 2017). Neste segundo aspecto, os freios e estímulos na procriação humana são fatores relacionados à administração da população. No contexto da política do sexo, o autor pontua algumas intervenções no campo da regularização da sexualidade. São exemplos a campanha pela saúde da raça a partir da interrupção da sexualidade precoce nas crianças e a medicalização da histeria feminina, um movimento de intervenção nos corpos e no sexo para que exercessem suas funções maternas e maritais sem prejuízos ou dificuldades.

Para Foucault (2017) o dispositivo da sexualidade estava associado aos ideais da melhoria da raça proferidos pelo pensamento eugenista. O sangue representava as diferentes linhagens e os valores das castas. A perspectiva simbólica do sangue indicava sua posição em uma sociedade marcada pelas alianças consanguíneas, e pela possibilidade de ter o sangue derramado pelo poder de fazer morrer. Para o autor, a sociedade em que vivemos é marcada pela preocupação com o sexo em detrimento da representação do sangue. Apesar disso, ele pontua que não há substituição e sim um processo de contato entre as duas perspectivas. A partir do século XIX, os mecanismos de poder visam o corpo como via de acesso ao controle da espécie. Assim, a sexualidade denota a possibilidade de intervir na proliferação da vida, de forma ordenada e em consonância com os objetivos dos Estados. “Saúde, progeneração, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade e para a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo” (FOUCAULT, 2017: 138).

### **1.3. Eugenia e sexualidade**

Neste tópico abordaremos a sexualidade no contexto da eugenia brasileira. Conforme exposto no tópico anterior, a sexualidade tornou-se objeto de intervenção em prol do projeto de melhoria das raças. Foucault (2017) pontua que a sexualidade é incitada e que os mecanismos de regulação promovem o falar sobre o sexo. Neste capítulo também observamos que o exame é utilizado como via de acesso aos discursos, corpos e virtualidades dos indivíduos. Além disso, será discutida a posição da eugenia em relação à homossexualidade através de um conto publicado em 1924 na *Revista do Brasil*.

Criada no século XIX por Francis Galton, a eugenia é um conjunto de ideias e práticas relacionadas ao ideal de aperfeiçoamento da raça humana através da seleção dos genitores, com base nos pressupostos da hereditariedade (MACIEL, 1999). De acordo com Stepan (2004) o desenvolvimento da eugenia no Brasil acompanhou os desejos da comunidade intelectual brasileira de alcançar o desenvolvimento científico dos países europeus e dos Estados Unidos. Ao situar a introdução da eugenia no Brasil, a autora destaca quatro aspectos principais que possibilitaram o projeto eugênico no país.

Em primeiro lugar, o cenário internacional pós-guerra promoveu o debate sobre a suposta inferioridade dos brasileiros diante do modelo europeu e, a partir disso, a ideia de regeneração nacional passou a preencher os discursos intelectuais da época. Em segundo

lugar, as mudanças sociais ocasionadas pela tardia abolição da escravidão como a falta de empregos, pobreza, falta de saneamento e doenças endêmicas instauraram debates sobre a segurança nacional e sobre as problemáticas urbanas decorrentes desse cenário. O aumento massivo da população e a instauração da classe operária promoveram greves e protestos que, na elite, foram percebidos como ameaças e deram volume às ameaças sentidas por essa parcela da população diante dos negros e mulatos. Em terceiro lugar, o entusiasmo com as inovações científicas engendrou a importação das discussões eugênicas no solo brasileiro, ainda que não houvesse instituições específicas voltadas para os estudos dos genes. O quarto aspecto refere-se aos debates sobre a identidade racial e aos discursos sobre degenerescência racial decorrente da miscigenação entre negros, indígenas e europeus (STEPAN, 2004).

Diante do exposto, as características iniciais da eugenia no Brasil acompanharam as discussões sobre as dificuldades vivenciadas que separavam o país dos ideais de evolução. “(...) na década de 1920, a eugenia esteve associada ao esforço de vários membros da elite por resgatar o país da acusação de decadência tropical e degeneração racial” (STEPAN, 2004: 356). Nessa década, a eugenia foi assimilada com os princípios de saneamento, tendo em vista a centralidade das discussões sobre as condições de vida da população brasileira nesse período (STEPAN, 2004). Dessa forma, observa-se um acréscimo dos assuntos associados a outras temáticas relevantes no cenário brasileiro. A higiene pública e as ciências do saneamento eram percebidas como as chaves que assegurariam um grande futuro para o Brasil (STEPAN, 2004). Somado a isso, para alguns autores a miscigenação racial era percebida como um empecilho para o almejado avanço da sociedade.

A caracterização do Brasil como “país mestiço”, vindo do cruzamento entre negros, índios e brancos, era considerada como um entrave, a razão do “atraso” ou “não progresso” do País por muitos dos “homens de ciência” de então. A questão racial estava, portanto, no âmago do que tinham que dar conta. (MACIEL, 1999: 123).

A virada dos anos 20 para os anos 30 foi marcada pela efervescência dos discursos eugênicos em alguns países europeus, destacadamente a Alemanha (SOUZA, 2016). Esse movimento foi definido pelas propostas mais radicais ligadas à ideia de “higiene racial”. Nesse período, Renato Kehl apoia-se nos discursos racistas e deterministas e difunde debates mais radicais acerca da política racial no Brasil (SOUZA, 2016). É nesse período que ele inaugura o *Boletim de Eugenia*, periódico publicado entre 1929 e 1931 que perseguia o objetivo de divulgar as propostas eugênicas no solo brasileiro. Por ter assumido a propaganda eugênica como missão política e intelectual, Renato Kehl foi um dos principais divulgadores da racionalidade eugênica no Brasil (WEGNER, 2011).

O *Boletim de Eugenia* apresenta diferentes propostas para o projeto eugênico no Brasil. O controle da natalidade e a discussão sobre o casamento eugênico são destacados nas páginas que visavam a divulgação das ideias eugênicas no país. Por exemplo, o periódico apresenta exames pré-nupciais realizados por médicos que buscavam sinais da degenerescência nas linhagens dos noivos. O casamento poderia ser recomendado ou não com base na investigação da hereditariedade dos indivíduos. Assim sendo, temos a perspectiva do controle da sexualidade e do exame como instrumento de vigilância e identificação dos riscos.

Em um artigo intitulado “Inquérito Eugênico”, publicado em janeiro de 1930 no *Boletim de Eugenia*, Renato Kehl define o método eugênico:

O desenvolvimento de uma criança depende, em grande parte, de três condições: da hereditariedade, da saúde dos pais no momento da concepção, da saúde da mãe durante a gestação. A criança é também o remate de toda uma linhagem. Ela tem de tal antepassado, a estatura, de tal outro, a cabeleira; deste os olhos; daquele o espírito, dum terceiro o carácter; dum quarto, a tendência profissional. O método eugênico consiste em despistar, systematicamente, as famílias perigosas pelas suas taras e as linhagens pelas suas aptidões; estudar os factores que as perpetuam; destacar a situação destas famílias na colectividade; determinar as camadas; encontrar os ascendentes e collateraes; identificar os emigrantes e os immigrantes. (KEHL, 1930: 3)

De acordo com a citação, os ideais eugênicos são acompanhados de propostas de identificação das raças consideradas inferiores e perigosas. O periódico apresenta outros debates sobre a melhoria das raças. A promoção da imigração de europeus, a educação eugênica e a esterilização de criminosos são alguns temas debatidos nos números do periódico. Não há no *Boletim de Eugenia* menções à homossexualidade. Apesar disso, o modelo eugênico apresentado é representado pelo homem branco que constitui família e que auxilia na constituição de um país desenvolvido e próspero. Considerando a posição ocupada pelos homossexuais na sociedade, podemos dizer que a norma instituída não incluía outras expressões da sexualidade.

O volume XXV da *Revista do Brasil*, publicado em 1924, apresenta um conto escrito por Júlio Cesar da Silva, onde é explicitada a percepção da homossexualidade como desvio do modelo eugênico. Também é possível notar a associação entre homossexualidade e o perigo social, considerando os termos utilizados e as caracterizações do personagem homossexual. Ainda que seja um conto de ficção, o texto ilustra a racionalidade do momento histórico e da revista em que foi publicado. A *Revista do Brasil* foi dirigida por Paulo Prado e

Monteiro Lobato, e no volume indicado há outros textos que debatem os caminhos para a evolução do país com base nos pressupostos eugênicos.

*O crime do moço verde* é narrado por Nhonho, amigo do homem assassinado chamado Edgar. O assassino Eurico também faz parte do ciclo de amizades, apesar das ressalvas apresentadas por Nhonho sobre o seu caráter. É Nhonho o primeiro a desconfiar que Eurico foi o autor do crime. As descrições dos personagens exacerbam as diferenças entre Edgar e Eurico, estabelecendo a motivação para o crime.

A flor dos rapazes, o Edgar. Bom de coração, generoso, afectuoso, rico de amizades sinceras e muito parasitado de piratas elegantes, essas piranhas sociais que vivem à lambugem dos endinheirados. Eu era seu íntimo, por afinidades mentaes e de sentimento. Encontravamo-nos quasi todas as noites no club, sendo a mim que elle confidenciava suas impressões mais subteis e seus amores (SILVA, 1924: 115).

O assassinato foi consumado com um punhal que Edgar guardava em um móvel. A lâmina foi inserida nas costas e atingiu o coração. Quando Nhonho vê a cena do crime, de prontidão suspeita de Eurico, o moço verde. E assim o descreve:

Eurico Nunes — a creatura mais detestável que jamais conheci. Travamos relações numa casa de pensão, e desde o primeiro momento senti por elle invencivel antipathia. Essa impressão era geral. Ninguém alli o tolerava. Eurico "não entrava". Como, porem, sou delicado e maneiroso e sei conservar a mascara que quero, não o repelli — nem repelli a sympathia, o apego, a attracção que desde o encontro inicial o "antipathico" demonstrou por mim. Rejeitado de todos, achegou-se ao que menos o rejeitava e acabou envolvendo-me totalmente Gostava de sahir commigo em passeios longos e dava-me o braço na rua, ostensivamente, com um tal ou qual aspecto, como a provar aos passantes que também elle possuia um intimo. E eu, meio por fraqueza, meio por curiosidade deixava-o fazer (SILVA, 1924: 115).

Foi através de Nhonho que Eurico e Edgar tornaram-se próximos. Entretanto, a intenção de ambos em relação a Eurico era observar de perto o homem.

Eu, confesso, dava-me com elle por curiosidade apenas, visto que a tenho malsã, amiga de escabichar esses becos infestos da psychica humana. E como Edgar era dotado de idêntica mania, **pulo** logo a par do meu caso. Elie, immediatamente, ardeu por conhecer Eurico, e embora eu reluctasse em aproximar creaturas tão oppostas, pois nada de bom adviria disso ao meu amigo, acabei cedendo. Apresentei-lho uma noite, no clube, de passagem, e como Edgar não tivesse memoria prompta para amor proprio, no dia seguinte perguntou-me pelo "Moço Verde". O appellido pegou incontinentemente e desd'ali ficou Eurico conhecido assim na roda, e breve na cidade. De facto, era um achado tal alcunha. O homem era verde por fóra e por dentro. Se o roseo na creatura humana dá sensação de belleza e saúde, o verde unicamente suggere más qualidades — doenças do corpo e da alma. Edgar cultivou habilmente aquella paradoxal amizade. O "Moço Verde" tornou-se para elle um caso de laboratório; objecto de carinhoso estudo de pathologia. O analysta provocava experiencias curiosíssimas, estimulando a perversidade verde do nosso homem e recolhendo em frasquinhos scientificamente etiquetados os



alcalóides extrahidos, as essencias ultimas captadas. Lembro que um dia me disse: — E' interessantissimo! Estou a desmontal-o peça por peça e com vontade doida de remettelo áquelle terrível psycho-analista do Freud (único instrumento de precisão capaz de bem apprehender a mechanica cerebral do nosso "Moço Verde". (SILVA, 1924: 116-117).

A motivação para o crime, segundo o personagem Nhonho, seria a inveja de Eurico em relação a Edgar. Isso porque Edgar explicitava a distância entre ambos.

Eurico invejava-o, da peor especie de inveja — a inveja verde. Não podia supportar a distancia que os separava, o violento em excesso do contraste social. Um, bello, forte, generoso, rico. adorado das mulheres e dos homens, toda facilidade na vida, e carinhos, e sympathy irradiante; outro, o inverso, a exhalar repugnância moral e mental, a correr de si as mulheres, a espantar os homens. Um, rubro de papoula; outro, verde de sapo venenoso. Alem disso, por mais que Edgar disfarçasse, Eurico comprehendia que o que o ligava a elle era a curiosidade malsã pela verdolencia de lagôa de sua alma de monstro (SILVA, 1924, p. 117).

Nhonho acompanha os policiais até a casa de Eurico. Inicialmente, este nega o crime, mas acaba admitindo e pedindo ajuda para fugir. Ele é levado até a cena do crime, antes de ser preso.

— Edgar!

Era a noiva que chegava e com aquelle grito desmaiou abraçada ao cadaver do noivo.

Olhei para Eurico e vislumbrei em seus olhos um brilho de volúpia. O monstro estava gosando talvez o mais intimo prazer da sua vida... ((SILVA, 1924: 120).

*O conto do moço verde* retrata a racionalidade do perigo relacionado àqueles que fogem da norma eugênica estabelecida. O conto também explicita a ideia da periculosidade associada a esses indivíduos. Assim, a construção da narrativa da monstruosidade indica o perigo que oferecem aos sãos, justificando o controle sobre esses indivíduos. No conto isso se dá pelo encarceramento. No próximo capítulo, abordaremos crimes reais nos quais se verifica a convergência da punição e do tratamento no processo de recuperação dos indivíduos em relação às normas instituídas.

#### 1.4. Os crimes e os saberes

A utilização dos exames e a interpretação dos resultados estão conectadas à construção de saberes que produzem as características entendidas como normais. Conforme apresentado anteriormente, os conhecimentos relacionados às ciências humanas promovem as linhas que separam as normas desejadas e, em consequência, os desvios (FOUCAULT,

2002). No campo das práticas jurídicas, esse processo viabiliza justificações para o controle dos indivíduos identificados como potencialmente perigosos (FOUCAULT, 2002). O uso dos saberes no funcionamento dos procedimentos criminológicos está relacionado a uma perspectiva específica denominada criminologia positivista.

Nas últimas décadas do século XIX, o ponto de vista criminológico toma o criminoso como objeto de análise e intervenção. Análises morfológicas buscavam a relação entre corpo e comportamento para auxiliar nas investigações criminais (FERLA, 2005). Cesare Lombroso, considerado o fundador desse viés criminológico, desenvolveu a tese da origem atávica do comportamento antissocial. A racionalidade dessa ciência em formação caracterizava indivíduos incapazes de cumprir as leis como consequência da estrutura bio-antropológica anormal tornando-os criminosos natos (FERLA, 2005). Nesse sentido, os crimes revelavam as patologias dos indivíduos.

As ações “anti-sociais” corresponderiam a desvios biológicos em relação a um padrão estabelecido como normal. Isso fez dos médicos atores centrais na nova criminologia. O olho treinado e especializado do cientista médico seria o único capaz de identificar na multidão os sinais indicadores do desvio. A medicina adentrava ao ambiente das instituições penais pela porta da frente e com a autoridade científica debaixo do braço. As delegacias, prisões, penitenciárias, manicômios, institutos disciplinares, deveriam se transformar em instituições terapêuticas, de caráter científico, o que implicaria, dentre outras coisas, em produção de conhecimento (FERLA, 2005:18).

De acordo com essa perspectiva, a virtualidade criminosa justificaria a rede de instituições disciplinares e a vigilância contínua. O crime estaria presente mesmo antes do ato, pois sua gênese estava relacionada à determinação biológica e moral (FERLA, 2005). A concepção de atavismo preconizava que o indivíduo atávico possuiria sinais denunciadores da sua anormalidade (FERLA, 2005). Os estigmas dos criminosos natos, as marcas corporais, foram registrados para o projeto de identificação das características indicativas do mal.

Essa racionalidade outorgou aos saberes a possibilidade de subsidiar na identificação e tratamento dos grupos associados ao perigo social. Por isso, partimos da análise de discursos científicos sobre a homossexualidade para demarcar os estigmas promovidos nesse processo. O próximo capítulo destina-se à análise de enunciados sobre as gêneses da homossexualidade a partir de três obras pertencentes ao campo médico-psicológico no Brasil, na integração com os projetos criminológicos. O acesso aos arquivos confere atenção aos acontecimentos e aos jogos de poder e saber envolvidos nas funções enunciativas e nas possibilidades de enunciação (GREGOLIN, 2004). Assim, os enunciados agenciam a memória porque apontam para as relações com os domínios dos objetos em análise.

Ao invés de ser uma coisa dita de forma definitiva - perda no passado como a decisão de uma batalha, uma catástrofe ou a morte de um rei - o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra a operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquiva, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 1986: 121 apud GREGOLIN, 2004: 32).

## **Capítulo 2. As causas da homossexualidade e os riscos**

Neste capítulo, será discutido o uso dos saberes médico-psicológicos em prol da inteligibilidade da homossexualidade como desvio sexual. Pretende-se apresentar o exame como forma de exercício do poder, capaz de identificar o indivíduo homossexual como corpo desviante através de exames antropométricos, psicológicos e endocrinológicos. Além disso, busca-se compreender a associação entre homossexualidade e perigo social, considerando que as obras pesquisadas analisam crimes nos quais a homossexualidade é identificada como um componente das motivações para a infração cometida.

No capítulo são descritas três perspectivas distintas sobre a homossexualidade, de acordo com os olhares de cada autor. Apesar disso, chama atenção as semelhanças nos procedimentos adotados. Por exemplo, a obra de Gualter Lutz (1939) que destaca a psicogênese da homossexualidade também faz uso das classificações biotipológicas. No mesmo sentido, o livro de Leonídio Ribeiro (1938) evidencia o uso das classificações biotipológicas e das questões relacionadas ao sistema endocrinológico, mas também destina algumas páginas para a discussão da psicologia do homossexual. Viveiros de Castro (1934) apresenta um quadro mais amplo, destacando algumas hipóteses sobre a gênese da homossexualidade, como patologia do psiquismo, efeito da degenerescência ou comportamento provocado por ambientes desajustados em relação à norma.

As semelhanças citadas derivam de uma racionalidade que marca o tempo em que as obras foram produzidas. Dessa forma, paradigmas científicos que conferem termos e hipóteses, atravessam as diferentes lentes que serão apresentadas. Isso significa dizer que há uma racionalidade circundante, ainda que a polissemia relacionada às gêneses da homossexualidade possa ser verificada. Portanto, as diferenças e repetições assinaladas compõe uma etapa importante da análise sobre os discursos científicos que discutem a homossexualidade na qualidade de anormalidade.

### **2.1. As gêneses da homossexualidade na obra de Viveiros de Castro**

A cadeia perversão-hereditariedade-degenerescência criada pela Medicina no final do século XIX e início do século XX, e largamente utilizada no cenário jurídico, marca as exposições de Castro sobre os crimes passionais (MARTINS JÚNIOR, 1996). Desse modo, a percepção de constituições anômalas que necessitariam da intervenção médica ou da contenção penal é deflagrada nas exposições do autor. O trabalho de Castro focaliza as questões sexuais de acordo com esse parâmetro. O jurista maranhense, com atuação de destaque no Rio de Janeiro, foi o principal autor a debater o tema, discutindo a questão sobre

o viés médico-jurídico, abordando as condutas “sadias” e patológicas.

À medida que o sexo ia sendo figurado como simbolização do bem e do mal e que se percebia que este constituía um elemento fundamental para que o ideal disciplinar pudesse gerir politicamente o corpo, a vida e proliferação, crescia o interesse pelo estudo dos crimes sexuais. Dentre os juristas que se dedicaram ao assunto, Francisco José Viveiros de Castro foi o mais destacado, por ter sido o primeiro a centrar a atenção sobre esse tipo de delito, aprofundando conceitos e dando forma a procedimentos que permitissem a melhor maneira de trata-lo (MARTINS JÚNIOR, 1996:63).

Para o delineamento do tratamento, Castro defendia a aplicação de um exame do estado mental do ator do delito. Isso seria imprescindível para a separação entre criminosos e degenerados, pois o primeiro deveria ser punido e o segundo recolhido em um manicômio, estrutura institucional capacitada ao tratamento do indivíduo irresponsável em relação a infração cometida. Neste capítulo, a exposição da obra do autor ajuda a compreender a produção dos discursos médico-jurídicos em relação à homossexualidade, aspecto importante para o trabalho, considerando o objetivo de discutir a associação entre a conduta considerada patológica com o perigo social.

Na obra *Attentados ao Pudor*, Viveiros de Castro (1934) caracteriza condutas consideradas inadequadas e que maculam o pudor da coletividade. Em um dos capítulos, a pederastia é enfocada com o autor assinalando as características da considerada “inversão sexual” e também discutindo as possibilidades de origem da pederastia. Inicialmente, o autor cita textos literários e sacros para argumentar que a história da inversão sexual é longa e repleta de mudanças em relação à liberação e a proibição dos atos. Citando a obra do Dr. Chevalier, caracterizada como uma exposição histórica do desenvolvimento da pederastia, Viveiros de Castro indica os pontos principais do texto. O relato auxilia na reflexão sobre as distintas percepções sobre a homossexualidade ao longo do tempo. Segundo o autor, os primeiros vestígios dos vícios e da prostituição contra a natureza deveriam ser procurados na Caldeia, nação semita que existiu entre o final do século X (ou início do IX) e meados do século VI a.C. Entre os hebreus, a legislação de Moisés assegurou severidade diante da “propagação do vício”. A tragédia de Sodoma exemplifica a ideia da punição divina em relação ao ato pecaminoso.

O autor também cita o culto de Baal em algumas nações como uma instituição marcada pela prostituição masculina, cujos adeptos estavam protegidos pelo divino. “Os padres ligados ao templo eram belos moços sem barba, de corpo depilado, unguentos de óleos perfumados, prostituindo-se em honra do deus” (CASTRO, 1934). O autor indica que escritos mitológicos retratam a pederastia entre deuses e semideuses e entre deuses e homens. Jupiter amou Ganimedes, assim como Apolo a Jacinto e Aquiles a Pátroclo. De acordo com Viveiros

de Castro, o desenvolvimento da pederastia na Grécia esteve associado ao culto dos exercícios corporais, aos concursos, jogos e combates que mediam agilidade e força. Além disso, o enfoque estético dos corpos *seminus* nos ginásios e campos de competição propiciou a admiração apaixonada pela beleza. Assim, comentários e comparações expressavam o direcionamento daquela cultura em relação aos sentimentos estéticos. Na visão do autor, esse caminho frutificou o vício da pederastia (CASTRO, 1934).

A pederastia tornou-se um costume público nos últimos tempos da República Romana. No primeiro dia da puberdade de um filho, as famílias patrícias traziam um jovem escravo para dividir o leito e satisfazer os primeiros "ímpetos voluptuosos" deste. No dia do casamento, o jovem romano cortava o longo cabelo que caracterizava esse grupo de escravos para simbolizar fidelidade à esposa (CASTRO, 1934). Ainda nas fronteiras de Roma, o autor relembra as condutas de algumas figuras eminentes:

Os Césares não respeitaram a decência. Calígula violou brutalmente Catullo, moço de família consular, e alguns príncipes estrangeiros, dados em reféns. Nero casou-se com dois homens: mutilou Sporus e fez d'elle sua mulher e depois por sua vez tornou-se mulher de seu liberto Doryphoro. Adriano fez loucuras por um moço da Bithvnia, chamado Antinous. Heliogabalo excedeu a todos. Vestia-se de mulher, tomava o nome de imperatriz, conferia as dignidades do estado aos seus amantes recrutados nos circos, no exército, na marinha, em todos os lupanares, pela sua força de Priapo (CASTRO, 1934: 214).

O autor destaca que a religião cristã buscou combater o desenvolvimento da pederastia. Cita a primeira epístola de São Paulo aos romanos, quando este estigmatizou a homossexualidade e a denominou como uma paixão infame. "São Paulo, em sua primeira epístola aos Romanos, estigmatizou em termos vehementes o vício, que elle denominou *passiones ignominiae*" (CASTRO, 1934: 214). No campo das leis, o mesmo período foi marcado pela pena de morte editada pelos filhos de Constantino. Segundo o autor, a pena destinava-se àqueles que se entregassem aos vícios contra a natureza.

Apesar dos estigmas advindos da organização religiosa e das punições estabelecidas pelos legisladores, a chamada pederastia não foi extinta. "Durante a idade média pouco a pouco a inversão sexual foi se alastrando" (CASTRO, 1934: 214). Importante notar que nas palavras do autor, a homossexualidade recebe diferentes denominações. De modo geral, pederastia e vício da pederastia são os termos e expressões mais utilizados. Adiante mostraremos que a ideia da "inversão sexual" aparece revestida de pressupostos médico-psicológicos, constituindo mais uma denominação para a suposta anormalidade.

Para ilustrar a vivência da homossexualidade na Idade Média, aqui denominada como pecado infame, Viveiros de Castro indica a prática entre os Templários:

O processo dos Templários durante Felipe, o Bello revelou que essa ordem religiosa renovava o culto de Baal. Durante o pontificado de Sixto IV, os cardeais requereram permissão para commetter o peccado infame durante os três mezes caniculares e o papa deferiu esse estranho pedido (CASTRO, 1934: 215).

Outros personagens históricos são citados na construção do argumento de que a

chamada pederastia acompanha a história humana. O militar romano Julio Cesar, papa Paulo II, o pintor italiano Giovanni Antonio Razzi e Shakespeare são algumas figuras citadas em decorrência de narrativas sobre suas relações homossexuais. Após essa exposição, Viveiros de Castro adentra o século XIX e XX referenciando discursos sobre a homossexualidade a partir de olhares médicos. Seu interesse é descrever e discutir as condições em que se exerce a pederastia.

Casper e Tardieu são referenciados como os primeiros a empreender observações científicas sobre a homossexualidade. Em 1849, além das observações, Casper foi o primeiro a sustentar a possibilidade congênita da inversão sexual (CASTRO, 1934). Tardieu, autor da obra *Étude medico-legale sur les attentats aux moeurs*, descreveu sinais físicos para o reconhecimento da suposta inversão.

Viveiros de Castro destaca as contribuições de Westphal, que em 1870 apresentou a inversão sexual como um sintoma de um estado neuropático ou psicopático anormal. Assim, a inversão sexual seria uma perversão instintiva das relações sexuais. “Neste sentido que uma mulher é fisicamente mulher e psiquicamente homem e que um homem, pelo contrário, fisicamente homem é psiquicamente mulher” (CASTRO 1934: 218). Westphal (apud, Castro 1934) apontou causas para o estado patológico: caracteres congênitos e hereditários, e precocidade e exaltação das manifestações sexuais.

A dimensão hereditária foi reforçada pela produção de Kraft-Ebing, psiquiatra e professor da Universidade de Graz, autor da obra *As Psicopatias Sexuais*, de 1886. Kraft-Ebing propõe uma classificação para as perversões do instinto sexual relacionando-as com atos impulsivos ocasionados pelas patologias do instinto (CASTRO, 1934). O autor sugere concomitância entre a inversão sexual e os estados de perturbação neuro ou psicopática. Assim, infere que a inversão sexual seria um efeito da degenerescência congênita ou adquirida. Ainda no campo da psiquiatria, Charcot e Magnan desconsideravam a inversão sexual como uma monomania instintiva ou entidade mórbida, mas sim como um episódio de uma enfermidade mais profunda virtualmente presente nos degenerados.

“Quais as causas que levam o homem a essa inversão?” o jurista busca responder à pergunta a partir de quatro perspectivas. A primeira relaciona a inversão sexual com a loucura. A segunda indica deformidades no desenvolvimento do corpo. A terceira elabora a ideia de que a inversão sexual é uma conduta marcada pelo vício. A quarta estabelece uma dimensão congênita como a fonte para a inversão. A exposição das quatro hipóteses assinaladas pelo autor busca demonstrar as diferentes percepções sobre o assunto. Apesar disso, todas apontam para uma gênese da homossexualidade e oferecem inteligibilidade ao desvio. Ao estigma promovido pela perspectiva do pecado somam-se os olhares médico-psicológicos que observam o corpo e a conduta, e enxergam as patologias.

Segundo o autor, a relação entre inversão sexual e loucura é justificada pela frequência das psicopatias sexuais nos alienados. Castro (1934) indica que essa observação é

atestada por todos os psiquiatras “Todos os psychiatristas são accordes em attestarem a frequencia e a importância das psychopathias sexuaes nos alienados” (CASTRO, 1934: 223). Assim, em todos os estados mórbidos seria encontrada exaltação, depressão ou perversão da sensibilidade genital. Onanismo, satiríase, exibicionismo e pederastia são citados como psicopatias que compõem estados mais abrangentes da loucura, tendo em vista a frequência com a qual foram observados nos alienados.

O autor faz referência a três características da inversão sexual relacionadas à loucura, apontadas pelo Dr. Chevalier (CASTRO, 1934). Em primeiro lugar, a inversão sexual nos quadros de alienação é percebida como um sintoma do estado patológico. A segunda característica é que a inversão sexual é sempre adquirida, pouco importando se o estado mórbido de onde ela emana seja hereditário como a “idiotia” ou adquirido como a mania. “O impulso é de curta duração, fugaz, transitório, aparece, desaparece, resultando algumas vezes longas remissões durante as quaes a função genital se executa regularmente” (CASTRO, 1934: 223). E por último, a terceira característica diz que a inversão sexual, neste ponto, denominada como anomalia, não origina modificações nos sentimentos, aptidões e ocupações. Assim, o autor resume que a inversão sexual nos estados mórbidos é mais uma enfermidade da vontade do que uma enfermidade dos genes.

Sobre a perturbação do desenvolvimento físico, segunda causa citada para a inversão sexual, Viveiros de Castro cita Brouardel, autor que caracterizou certos indivíduos acometidos pelo infantilismo durante a puberdade. Para ilustrar, descreve um menino que aos dez anos é esperto e de inteligência precoce e que na puberdade passa por um estacionamento no desenvolvimento físico que impacta nas qualidades citadas. Viveiros de Castro caracteriza esse indivíduo da seguinte forma:

Voz aguda, carnação molle e sem pellos, nádegas proeminentes, formas arredondadas. No ponto de vista psychico o mesmo estiolamento, é um espirito sceptico, indifférente a tudo, incapaz de um pensamento original. Os órgãos genitales apresentam-se anormaes, o membro é extremamente pequeno, os testiculos atrophiados. Em razão de sua conformação excitam depressa os appetites depravados e não tardam em ser arregimentados pelos agentes da pederastia (CASTRO, 1934: 224).

De acordo com o autor, a explicação para esse estado é variável. São algumas causas: trabalho excessivo nas oficinas, habitação em alojamentos insalubres, alcoolismo prematuro, onanismo e vida sedentária. Brouardel (apud CASTRO, 1934) resume como a junção da hereditariedade com a habitação nos grandes centros. Na exposição sobre a obra de Leonídio Ribeiro, mostraremos que essa perspectiva é semelhante às hipóteses e observações relacionadas à intersexualidade. Apesar disso, a definição descrita no livro de Viveiros de Castro destaca os fatores ambientais, enquanto Leonídio Ribeiro enfatiza o papel do sistema endocrinológico na origem da intersexualidade, cabendo ao ambiente a possibilidade de estimular o desenvolvimento da condição biológica. A causa congênita, última hipótese citada, também apresenta semelhanças com os pressupostos da intersexualidade.



Os viciosos, terceira causa, são caracterizados como pessoas que durante parte da vida tiveram relações regulares com o sexo oposto, mas que a partir de certa idade procuram outros homens como último excitante para a virilidade quase extinta. (CASTRO, 1934). O autor afirma que isso ocorre após o homem ter “esgotado com as mulheres toda a série de voluptuosidades, e ficarem com a sensualidade *blasée*” (CASTRO, 1934: 225). O perfil traçado dos integrantes dessa classificação inclui várias características: são homens instruídos, gozam de razão lúcida e quase sempre ocupam boa posição no mundo e possivelmente detêm grande fortuna. Constituem família com uma mulher e filhos e desempenham suas funções com facilidade. Nada destoam do modelo de provedor até que um dia a paixão os domina e comprometem o nome, família, honra e trabalho (CASTRO, 1934).

A paixão os domina a tal ponto que não recuam diante de consideração alguma para satisfazê-la, expõem-se ao roubo, ao assassinato. Uns procuram ao acaso, pelas ruas, pelos bordeis, seus cúmplices; outros tomam exclusivamente um epebo como amante, o installam mais ou menos luxuosamente segundo seus meios, pagam todas as suas despesas, mostram-se ciumentos. Para a satisfação desses ignóbeis vícios ha ao lado da prostituição feminina a prostituição masculina, constituindo uma sociedade organizada, com sua língua, seu pessoal, sua hierarchia, seu recrutamento, seu ensino, suas tradições, suas modas, seus hábitos, sua criminalidade, sua solidariedade, sua psychologia (CASTRO, 1934: 225-226).

Na mesma classificação inclui a prostituição masculina como um efeito do vício e também os classifica em diferentes grupos. Informa que os mais novos eram conhecidos como *petit-jesus*. Essa denominação refere-se aos meninos infelizes predispostos aos vícios, em decorrência de fatores como ociosidade, hábitos adquiridos na infância, efeitos da habitação nos grandes centros, abandono parental e a promiscuidade dos centros operários (CASTRO, 1934). Quando mais velhos eram chamados de *jesus*, e sobre eles Viveiros de Castro tece comentários sobre suas tendências à criminalidade:

Os *jesus* não são sinão os insumissos em quem a audácia, a experiência com a idade tornaram-se extremamente cynicos. Procuram os logares mais freqüentados para suas explorações exhibindo toilette excêntrica que os faz logo reconhecidos, cabellos frisados, roupas muito justas desenhando as fôrmas, dedos carregados de aneis, exhalando perfumes penetrantes e nas mãos lenço, flores ou algum trabalho de agulha. Esta canalha fornece um grande contingente ao exercito da criminalidade. Todo *jesus* é mais ou menos um ladrão, apoderase do que cahe sob suas mãos, dinheiro, jóias, roupas, cartas, papeis de familia, etc. O assassinato está longe de ser raro (CASTRO, 1934: 226-227).

A pederastia é apontada como instigadora de crimes. São citados assassinatos, ocorridos entre os anos 1838 e 1877, que segundo o autor seriam consequências das relações entre homens. Entretanto, Viveiros de Castro enfatiza que o principal crime associado à pederastia é a chantagem. Segundo ele, os *jesus* procuravam informações sobre os homens

para chantageá-los. De posse do nome, família e posição, extorquiam os indivíduos, que temerosos pela desonra familiar e social cumpriam as exigências (CASTRO, 1934).

Concluindo a exposição sobre o tipo viciado, Viveiros de Castro (1934) resume as características desses indivíduos. Indica que os pederastas agem, sentem e vivem diferentes dos outros homens, tendo em vista que seu vício provoca mudanças no seu psiquismo. Assim, a personalidade passa por um processo de transposição, nas palavras do autor “uma inversão das qualidades características do sexo, enfim na efeminização” (p. 228). Descreve os hábitos dos indivíduos destacando aqueles característicos das mulheres: apreço por enfeites, cores vistosas, perfumes e joias; portam pentes, espelhos, caixas de pó de arroz e leques. Aponta enfraquecimento da energia, virilidade e coragem, e por isso, escolheriam profissões que não demandassem qualidades viris. Sobre o tipo viciado, Viveiros de Castro afirma uma graduação na “instalação da aberração”. A descrição dessas características refere-se àqueles em que o vício dominou completamente as paixões e as condutas.

O último tipo é descrito como uma inversão congênita e psíquica. Não resultam de vícios adquiridos nos ambientes e estilos de vida, tampouco de um desequilíbrio mental. Apresentam lucidez, inteligência e são capazes de desenvolver atividades com brilhantismo. No campo moral, são caracterizados como dignos e honestos. A inversão é congênita e, portanto, faz parte da formação física e psíquica. Tal personalidade manifesta-se desde a infância e se acentua na adolescência. De acordo com Viveiros de Castro, uma característica que diferencia esses indivíduos daqueles descritos nos outros tipos é a consciência de sua deformidade. Tal aspecto promoveria relutância e luta contra os impulsos.

O autor pergunta sobre a causa da inversão congênita. Cita os estudos do Dr. Chevalier que buscou reunir diferentes visões sobre o assunto.

Schopenhauer vê na pederastia uma nova prova da organização da natureza em vista de um fim, isto é, de uma lei. Querendo evitar a propagação pelos velhos, incapazes a partir dos cinquenta anos leva esses indivíduos a derramar sua semente onde não pode fecundar. A perversão resulta de uma afinidade electiva necessaria pelas causas finaes e não do vicio ou de um estado pathologico, porque os perigos que oferece são pouca cousa ao lado das degenerações de que preserva: o instincto de reprodução quer a todo custo salvar a integridade do typo. Ulrichs explica este enyigma por um descuido de Deus, botando a alma de uma mulher no corpo de um homem e a alma de um homem no corpo de uma mulher. Mantegazza admite que existe nos pederastas uma anomalia anatômica, consistindo em que os nervos destinados aos órgãos genitais nos indivíduos são estão neles no *rectum*, donde resulta um desvio do foco erogeneo (CASTRO, 1934: 231-232).

Krafft-Ebing pontuou que a perversão é uma tendência transmitida pela hereditariedade e agravada pela degenerescência

Assim um pederasta por vício ou outra qualquer causa transmittiria a seu filho sob a forma innata sua anomalia adquirida, como se transmite uma particularidade physica qualquer. Para demonstrar sua opinião elle invoca — 1.º o facto do apparecimento precoce da vida sexual nos casos de inversão congenita, 2.º o character exagerado que toma nesta moléstia o lado psychico do amor. 3.º a freqüência muito grande das neuroses, da hysteria, da neurasthenia, etc (KRAFFT-EBING, 1886 apud CASTRO, 1934: 232)

Em concordância com essa ideia, Ribot também indicou os elementos da hereditariedade como a causa (CASTRO, 1934). Para o Dr. Chevalier, a perversão congênita resultaria do hermafroditismo embrionário retardado em sua evolução para a diferenciação dos sexos. Segundo ele, na evolução sexual das espécies animais, as formas assexuadas dão lugar às diferenciações masculinas e femininas após uma infinidade de gradações. Como consequência desse processo, todo indivíduo passa pela etapa do hermafroditismo orgânico, para dar lugar ao triunfo de um dos sexos. Assim, a inversão congênita seria uma anormalidade na diferenciação entre o masculino e o feminino (CASTRO, 1934).

As várias hipóteses apresentadas na obra, ainda que distintas, fortalecem a ideia mais ampla que define a homossexualidade como um desvio. Seja como uma consequência de fatores ambientais, ou como fruto de uma herança mórbida ou ainda como uma disfunção no aparato biológico, a homossexualidade é descrita como desvio da norma. As diferentes justificativas ecoam os vieses de cada especialista do campo médico, e conferem inteligibilidade científica ao suposto desvio.

Ressalta-se também a associação entre homossexualidade e o perigo social. Para os autores que falaram sobre as influências externas, a gênese da homossexualidade estava conectada aos ambientes marginalizados, capazes de degenerar as condutas. Assim, o homossexual seria produto de lugares, onde a ordem e o progresso estariam enfraquecidos diante da pobreza e da virtualidade criminosa. Quando o texto menciona a prostituição masculina, também estabelece uma ligação com a criminalidade, principalmente por meio de ameaças contra a honra de clientes, a chantagem.

Após a explanação das diferentes causas da inversão sexual, Viveiros de Castro enuncia “A pederastia deve ser punida?”. Inicialmente, ele cita três autores, Magitot, Dr. Moll e Kraft-Ebing que pontuam a necessária distinção de dois grupos: os viciados e os congenitamente invertidos. A repressão penal é forte e energicamente recomendada para o primeiro grupo

Quando se trata de debochados, de viciados, uns procurando excitante para a virilidade enfraquecida, outros vivendo do torpe commercio de seu corpo, a repressão penal deve-se fazer sentir enérgica e forte, principalmente contra aquelles que corrompem menores ( CASTRO, 1934: 233).

Para aqueles cuja causa da inversão é congênita ou psíquica, o autor opina que a punição seria uma crueldade. Esses indivíduos, também chamados de uranistas, seriam incapazes de conter as inclinações constituintes de suas personalidades (CASTRO, 1934). Nesse ponto, ampliam a discussão de que a patologia sexual nos casos congênitos teria relação com um descontrole das inclinações, um adoecimento da vontade e do juízo porque se expressava como um desejo irrefreável e forçosamente realizado. Viveiros de Castro cita um trecho do livro *As Psicopatias Sexuais* em que esse aspecto é retratado:

(...) se o uranista tem um sentimento perverso, não é por sua culpa, mas sim uma predisposição anormal. Seu desejo sexual pode ser muito repugnante no ponto de vista estético; mas encarado no ponto de vista mórbido do uranista é um desejo natural. Demais, na maioria desses infelizes, o instinto sexual perverso se manifesta com uma força anormal e sua consciência não considera o instinto perverso como uma tendência contra a natureza. Eles não têm pois contrapesos morais e estéticos para contrabalançarem seu impulso. Muitos homens de uma constituição normal são capazes de renunciarem à satisfação de sua libido sem sofrerem em sua saúde por esta abstinência forçada. Muitos nevropathas, e todos os uranistas o são, tornam-se doentes quando não podem satisfazer seu instinto natural ou quando esta satisfação tem lugar de uma maneira que eles consideram perversa (KRAFFT-EBING, 1886, apud CASTRO, 1934: 234).

Após essa discussão, Viveiros de Castro relata três casos criminais nos quais a pederastia é identificada como um elemento constituinte dos acontecimentos e das motivações. Exemplificaremos a construção da narrativa a partir de um deles. Trata-se de um crime ocorrido em 1885 e analisado pelo médico Souza Gomes. Apesar do período do acontecimento não corresponder ao recorte temporal estabelecido para este trabalho, importa assinalar a leitura e os acréscimos empreendidos por Viveiros de Castro. Além disso, foi possível perceber semelhanças nos procedimentos e análises empreendidas segundo as referências trazidas pelo autor na obra de 1934.

Cândido S., português de 26 anos, viúvo, morador da Rua da Candelária, vivia na companhia de Alberico a quem protegia e sustentava. Alberico é descrito como um rapaz inteligente, com precedentes questionáveis envolvendo furtos e ligação com más companhias com as quais se entregou ao “vício da pederastia”. Para alguns, Cândido também seria um viciado, o que explicaria a amizade e proteção que concedia a Alberico. A harmonia entre os dois teve fim no dia 15 de abril de 1885. Quando Cândido preparava-se para sair, Alberico desferiu marteladas em sua cabeça. Após o assassinato, roubou dinheiro de um recipiente onde Cândido guardava dinheiro. Tal ato visou confundir as ações da justiça. Em seguida, Alberico troca de roupa, lava as mãos e se dirige à cidade. Passa pelo barbeiro e faz a *toilette*.

Joga as roupas ensanguentadas ao mar e toma café em um bar do Largo do Rocio. Após, dirige-se ao teatro Sant'Anna onde assiste ao espetáculo com atenção, tendo em vista que durante sua confissão relata tudo que viu e ouviu. Por fim, volta para casa e sai logo em seguida fingindo surpresa pelo assassinato de seu companheiro. Inicialmente nada diz sobre o crime, alegando inocência. Porém, se enreda em contradições e acaba confessando sua autoria. Em 12 de novembro de 1885 é condenado a galés perpétua. No ano seguinte, ao entrar novamente em júri é condenado com a mesma sentença. Após a abolição da pena de galés em 20 de setembro de 1890 cumpriu a pena de 30 anos de prisão e trabalho (CASTRO, 1934).

O autor assinala os dados anamnésicos registrados pelo Dr. Souza Gomes. Alberico, brasileiro, nascido em Angra dos Reis, Estado do Rio, solteiro, 22 anos de idade. Foi descrito como inteligente e de constituição robusta. Sobre sua ascendência, aponta que seus avós e mãe morreram em consequência de moléstias mentais. O pai foi um médico estudioso que na velhice se entregou ao vício do álcool e morreu louco. A figura de um tio é citada, pois este também foi um adicto e alienado. Longe do lar, Alberico trabalhou como caixeiro em diferentes estabelecimentos comerciais, sendo demitido após acusação de pequenos furtos. Nesse período, suas companhias são os “gatunos e viciados precoces”. De acordo com o médico, e com a reiteração de Viveiros de Castro, esse meio o corrompeu a ponto de ser acusado de pederastia. Antes do crime, Cândido dedicava amizade a uma moça com quem pretendia casar. Assim, a motivação para o homicídio foi o ciúme.

Há ainda a descrição de dados psíquicos e antropométricos. A inteligência de Alberico é destacada. Ele sabia ler e escrever. Segundo a descrição, manifestou-se covarde quando ficou assustado diante do corpo ensanguentado da vítima e fraco por não conseguir esconder a autoria do crime. Para o médico, demonstrou insensibilidade moral quando foi ao teatro após o assassinato. Em 1893, Alberico é submetido a um exame antropométrico na Casa de Correção onde estava.

<i>Craniometria</i>	
Diametro antero-posterior maximo .....	198
Transversal maximo .....	150
Indice cephalico .....	75,75
Diametro iniaco .....	187
Diametro temporal maximo .....	143
Diametro sub-auricular .....	135
Diametro frontal minimo .....	117
Diametro bi-mastodeio .....	128
Indice frontal .....	78
<i>Face</i>	
Diametro bi-goniaco .....	100
Diametro bi-zygomatiko .....	134
<i>Anthropometria</i>	
Altura .....	1m.68
Grande envergadura .....	1m.70
<i>Dynamometro</i>	
Mão direita .....	54 H
Mão esquerda .....	30 H
<i>Outras observações</i>	
Cabellos castanhos, barba abundante, lobulos soltos. Molestias anteriores á prisão, bexigas e boubas.	

CASTRO, 1934

A imagem ilustra o uso das medidas antropométricas como suporte para a identificação do desvio da norma e dos significados que o desvio representaria sobre as virtualidades do acusado, conforme pressupostos explicados no capítulo anterior sobre o processo de vigilância.

Por fim, a observação sobre Alberico assinala seu lugar de vítima diante de uma hereditariedade adoecida. Ele seria vítima das leis da herança direta dos pais e avós e da herança colateral do tio alienado. “Alberico se não era um alienado, tinha um cérebro viciado e, portanto, apto à concepção das maiores loucuras” (CASTRO, 1934: 239).

O caso de Alberico representa a inversão sexual do tipo viciada. Dessa forma, os ambientes em que ele circulava e as companhias encontradas promoveram o desvio que se frutificou em um cérebro já viciado, herança de sua ascendência. A compreensão do crime se dá pela busca dos sinais físicos - exames antropométricos-, descrição do psiquismo e dos caracteres genéticos. Dessa forma, a motivação para o crime é assinalada com o panorama construído a partir dos procedimentos médico-psicológicos.

Constitui objetivo de este trabalho perceber a utilização dos saberes em prol da inteligibilidade da homossexualidade e da identificação desses indivíduos através do atravessamento entre a medicina e o aparato legal. O caso ilustrado une o exame do corpo a uma apreensão do psiquismo, ainda que de forma breve. Outros autores descrevem procedimentos mais detalhados sobre o exame do corpo homossexual e sobre a gênese psíquica da homossexualidade. Assim, utilizaremos a obra *Homossexualismo e Endocrinologia*, de Leonídio Ribeiro, para ilustrar os estudos sobre as supostas anormalidades do aparato biológico dos homossexuais e a obra *Auto-acusação, homossexualismo e transvestitismo* para observar a utilização da psicanálise criminal como um saber capaz de explicar a gênese da homossexualidade.

## **2.2. Homossexualidade e a biotipologia criminal na obra de Leonídio Ribeiro**

A obra *Homossexualismo e Endocrinologia*, publicada em 1938, deriva de observações coordenadas por Leonídio Ribeiro no Laboratório de Antropologia Criminal, do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro. Em 1925, Ribeiro passou a ocupar a posição de professor de Criminologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e no contexto da Revolução de 1930, angariou o cargo de diretor do Gabinete de Identificação da Polícia Civil do Distrito Federal, onde implantou um Laboratório de Antropologia Criminal (GUTMAN, 2010). Os resultados obtidos conferiram ao autor o Prêmio Lombroso de 1933. Inicialmente, o autor define a obra como uma contribuição ao estudo da inversão sexual. Indica que tratará a homossexualidade masculina sob o aspecto médico- social seguindo paradigmas que entendem a chamada inversão como resultante da predisposição congênita ligada a alterações no funcionamento das glândulas endócrinas.

Desse modo, Ribeiro enfocava a homossexualidade segundo os pressupostos lombrosianos, que considera algumas características físicas como denunciadoras das inclinações para o crime. Tal perspectiva foi marcadamente discutida no âmbito das ciências médicas e jurídicas no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Afrânio Peixoto (1876-1947), Oscar Freire (1882-1923), Arthur Ramos (1903-1949) e Nina Rodrigues (1862-1906) foram alguns dos autores que discutiam a predisposição ao crime baseados na ideia de que era possível antever o delito pela identificação das características do corpo.

Segundo Gutman (2010), Leonídio Ribeiro foi um representante do seu tempo. No que se refere aos estudos sobre a homossexualidade, o projeto do médico tomou a homossexualidade dos discursos moralistas e religiosos para aplicar a hegemonia cientificista.

Assim, “às mãos da cirurgia” deveria explicar a gênese da homossexualidade e corrigir o desvio. Nesse sentido, a obra de Ribeiro auxilia na compreensão do projeto de investigação da origem, mas também da perspectiva de intervenção sobre o corpo supostamente desviante.

Ao todo, 195 indivíduos foram detidos e fichados pela Polícia Civil do Rio de Janeiro pela prática de pederastia passiva. As observações de Ribeiro referem-se a essa população. Sendo assim, verifica-se a convergência do saber médico com o aparato policial que outorga ao médico e a sua equipe a possibilidade de observar indivíduos em busca das características comuns que justificaria a pederastia enquanto desvio, mas também como predisposição ao crime.

Gregório Maraño é indicado como referência no estudo da intersexualidade<sup>1</sup>. O professor da Universidad de Madrid escreveu o prefácio da obra de Leonídio Ribeiro. Nas palavras de Ribeiro, a gentileza do eminente mestre europeu “será novo estímulo para as pesquisas que estamos realizando, no Brasil, afim de tentar esclarecer alguns pontos, até então pouco conhecidos, da biologia do homem criminoso, em nosso meio” (RIBEIRO, 1938, p. 8). Um dos trechos do prefácio resume a intenção de modificar o olhar sobre o homossexual enquanto delinquente. Maraño, assim como Leonídio, defendia o predomínio da medicina, considerando a possibilidade do tratamento, em detrimento da punição e do cárcere. Apesar disso, Maraño estabelece a predisposição à delinquência como resultante da homossexualidade.

Un homosexual es un anormal, y como tal, cae dentro de la jurisdicción del médico. Ahora bien, sobre el terreno de la homosexualidad puede surgir la delincuencia; y surge, en efecto, en muchas ocasiones, por razones diversas: la principal de todas la de que la inadaptación del individuo al medio, fuente principal del delito, es mucho más intensa en los individuos homosexuales que en los que no lo son (RIBEIRO, 1938: 9).

Em seguida, Maraño adentra em sua perspectiva das causas da homossexualidade. Afirma que todo homossexual teria uma base orgânica intersexual possível de ser verificada pelo exame. Quando não verificada no aspecto físico do homossexual adulto, tal anormalidade poderia ser investigada durante a puberdade. Assim, recomenda que para além do exame do corpo atual, a busca pela história das transformações do corpo durante a infância e adolescência seria necessária. Mas ainda que nas duas investigações não fosse encontrada sinais da anormalidade, Maraño argumenta que a intersexualidade não poderia ser negada, pois a soma orgânica é sempre bissexual e que todo homem ou mulher carrega os vestígios do sexo contrario de modo latente.

Sobre a relação entre estado intersexual e perversão do instinto, Maraño afirma que a relação entre os dois fatores não é determinista. Ao aparato biológico deveriam ser somadas

---

<sup>1</sup> Para aprofundamento do debate sobre a história da opoterapia e endocrinologia associadas ao campo criminológico: LIMA, Rodrigo Ramos. Terra de ninguém ou a Terra de todo mundo?: A opoterapia como recomendação para o tratamento de homossexuais detidos no Laboratório de Antropologia Criminal do Rio de Janeiro (1931-1951). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.



as causas exógenas capazes de ativar a predisposição adormecida. A causa principal citada refere-se às condições das primeiras atividades sexuais durante as etapas finais da idade infantil e durante a puberdade. De acordo com ele, a decisão pela normalidade e anormalidade sexual seria definida durante esses momentos. Além dessas condições, aponta que a permissividade ou correção oferecida pelo ambiente também provocaria efeitos na decisão. Sobre esse aspecto, indica que influências contrárias seriam eficazes para a moderação ou anulação da predisposição homossexual. Cita as questões éticas e religiosas como exemplo de influências inibidoras.

Del juego recíproco de una y otras influencias resultará la conducta futura del individuo; y así vemos hombres con levisima apariencia intersexual, que por efecto de una enérgica influencia exógena favorecedora de la homosexualidad, se hacen homosexuales declarados; y hombres francamente afeminados en su morfología, que por la acción de una de esas enérgicas inhibiciones, mantienen durante toda su vida el instinto dentro de lá mas rigurosa normalidad (RIBEIRO, 1938:11).

Apesar de indicar “modalidades clínicas e sociais” distintas, a posição de Maraño, reafirmada por Ribeiro nas páginas seguintes, é a de que todos os homossexuais são iguais em relação a base orgânica intersexual, ainda que em medidas variáveis. Sendo assim, a interpretação médica abarcaria todos, sem exceção. A classificação proposta por Maraño divide a homossexualidade em quatro tipos:

**1º Homossexualidade completa, permanente, declarada** - refere-se aos homens que desde o começo da sua atividade sexual apresentaria a inversão da libido. Tomam consciência da homossexualidade e a adotam frente ao amor, aos outros e a si próprio. Tal grupo é apresentado com dois subtipos: **a) homossexual cínico** - aquele que conscientemente define sua libido como normal para sua natureza. Esses indivíduos sustentariam tal percepção através da literatura e do convívio com outros homossexuais. A moral social não atingiria a percepção da normalidade, e conseqüentemente “actuan en la vida de los instintos con libertad natural y, a veces, cínica” (MARAÑO, apud, RIBEIRO, 1938: 13). **b) homossexual vergonhoso** - nesse grupo, as influências inibidoras preponderiam sobre a energia do instinto. Diferente do subgrupo anterior, o sentimento de culpa os domina, e assim conservam em silêncio o seu destino. Ao falar desse grupo, Maraño o associa ao perigo social considerando que a sensibilidade reprimida poderia fomentar a agressividade. Assim, poderiam recorrer a crimes tristes e transitórios em decorrência de explosões dos sentimentos ocultos.

**2º O homossexual latente com surtos acidentais** - segundo Maraño, o elemento patológico é evidente nesse grupo, e por isso de grande interesse médico legal. Os homens desse grupo apresentariam predisposição à homossexualidade, mas a libido permaneceria sufocada em relação aos elementos do sexo normal, no sentido biológico, e também sufocadas diante das inibições sociais. Entretanto, quando surgem circunstâncias anormais no organismo, a homossexualidade surgiria como sintoma. Assim, alterações em decorrência de

estados tóxicos como alcoolismo, cocaína e morfina; enfermidades como a neurosífilis ou ainda como decorrência da velhice provocariam mudanças capazes de descortinar a homossexualidade latente. O interesse médico legal, para além das questões relacionadas à enfermidade, decorreria das atividades homossexuais ocorrerem de modo escandaloso e delitivo. Assim, tais ações seriam recorrentes na esfera jurídica, e nesse ponto Marañon reafirma o tratamento em oposição à penalidade. “Las aparências de su actividad sexual les hacen caer de lleno en la esfera de la justicia; pero su verdadeiro sitio es la clínica” (MARAÑON, apud RIBEIRO, 1938: 16).

**3º A homossexualidade dos prostituídos** - a particularidade desse grupo, segundo a exposição do autor, é a ineficácia do tratamento médico e a indicação da primazia policial sobre esses casos. São descritos como indivíduos que obtêm lucro através da anormalidade e que quase sempre apresentariam sinais claros da intersexualidade. Em decorrência da prostituição, enfatizariam a intersexualidade por meio de roupas e gestos afeminados. A mencionada impossibilidade do tratamento decorreria do desinteresse desses indivíduos na cura.

**4º Neurose sexual com complexo de homossexualidade** - esse grupo seria composto por homens que não são homossexuais, mas que interpretaram e deformaram fatos reais em decorrência do desequilíbrio neurótico. Seriam indivíduos extremamente preocupados consigo mesmo, e que no decorrer da puberdade e adolescência internalizariam fracassos da vida afetiva, dificilmente esquecidos. Além disso, possíveis vivências homossexuais na puberdade e adolescência que, segundo Marañon, poderiam ser consideradas etapas passageiras do desenvolvimento, no neurótico são exacerbadas e rememoradas na vida adulta com alto grau de desconforto e autoacusação.

A classificação proposta por Marañon demonstra a atenção médica diante da homossexualidade enquanto desvio. Com exceção dos prostituídos, tendo em vista o desinteresse na cura, assinala a possibilidade do tratamento para os demais grupos. Leonídio Ribeiro inicia sua exposição lembrando o papel da medicina e da psiquiatria no século XIX, quando inicia a busca pela gênese da homossexualidade. De acordo com ele, o intuito era a modificação de legislações baseadas em antigos preconceitos que relacionava a homossexualidade com o pecado, o crime e o vício (RIBEIRO, 1938). A suposição da anormalidade e da doença acompanhava a proposta do tratamento em detrimento do castigo. Do mesmo modo que a medicina havia reorganizado o destino dos loucos, retirando-os das prisões, a homossexualidade enquanto doença seria enxergada como uma enfermidade tratável (RIBEIRO, 1938).

A perspectiva de Ribeiro evidencia o corpo como o campo a ser investigado na busca pela origem da anormalidade. Os estudos endocrinológicos empreendidos são associados a uma ideia anterior referente à hereditariedade mórbida. Exemplificando, o autor cita um

trecho do livro *Lições de Medicina Legal* de Cesare Lombroso que indica a inversão sexual como resultante da herança mórbida que acentua os fatores etiológicos como a neurastenia e a masturbação excessiva. Também cita Havelock Ellis que descreve motivos favorecedores da inversão, como a separação dos sexos nas escolas, desilusões amorosas e sedução de pessoas experientes, mas que exigiriam predisposição orgânica.

Leonídio Ribeiro afirma que a questão da homossexualidade deslocou a temática do campo moral para a esfera médica. Em sua visão, os dados positivos produzidos pelos saberes científicos comprovaria a existência da anomalia, ainda que graus e tipos distintos fossem observados. O médico discute a teoria psicogenética de Freud para afirmar a necessidade do aspecto orgânico na gênese da homossexualidade. Dessa forma, não invalida os pressupostos psicanalíticos, mas assinala a incompletude da teoria que focaliza apenas o desenvolvimento do psiquismo, atravessado pelas influências ambientais, como o terreno no qual a homossexualidade se estabelece.

Foi, sobretudo, depois das recentes conquistas da ciência da constituição, esclarecendo uma série de fenômenos até então desconhecidos, e por intermédio de novos conhecimentos, especialmente no campo da endocrinologia, que se caminhou para encontrar a verdadeira solução de problema tão complexo como esse dos desvios pathológicos da sexualidade humana (RIBEIRO, 1938: 37).

A teoria constitucional endócrina de Marañón, admitida por Ribeiro, diz que todo indivíduo apresenta, ao mesmo tempo, elementos dos dois sexos. As características da biologia masculina e feminina seriam dadas pelas proporções da constituição corporal que tenderia para um ou outro extremo. A intersexualidade seria definida pela localização das características no meio das duas vias de organização do corpo (RIBEIRO, 1938). A diferenciação sexual é descrita como um processo de sucessão de duas etapas relacionadas à virilidade e a feminilidade. A infância, marcada por um período de indiferenciação, é sucedida por um período de feminilidade orgânica que também se transforma para o desenvolvimento da virilidade. Durante a velhice, novamente a indiferenciação seria a característica sexual do corpo.

A diferença entre o desenvolvimento da mulher e do homem é explicada da seguinte forma: nas mulheres, o período de indiferenciação termina na puberdade, quando passam para a fase feminina que se conserva durante toda a vida sexual, amadurecendo lentamente. Durante o climatério, de maneira breve e atenuada, apareceria características da virilidade. No homem, da indiferenciação infantil surge a puberdade marcada por uma fase feminina, também breve e atenuada. Essa etapa, rapidamente superada, leva a fase viril que ocuparia toda a vida sexual até o seu declínio (MARAÑÓN, apud RIBEIRO, 1938).

Em suma, a diferenciação sexual ocorreria quando um sexo se desenvolve enquanto o outro permanece inibido, mas não extinto. Para melhor nomear esse processo, estabelece dois componentes: a sexualidade principal e a acessória. Assim, a distinção entre um homem e

uma mulher é definida pela diferença quantitativa dos mesmos elementos. Nessa perspectiva, a homossexualidade é considerada um fenômeno condicionado ao estado de bissexualidade orgânica, em outras palavras, um estado intersexual (RIBEIRO, 1938).

Era noção corrente que os sexos se distinguem um do outro por seus caracteres distintos e nítidos, havendo uma oposição em cada indivíduo, entre o sexo masculino e o feminino, ao ponto de se pensar na existência de dois hormônios dotados de propriedades opostas, quando se trata apenas de uma ação de grãos diferentes. Está hoje provado que os dois hormônios, masculino e feminino, têm uma composição química semelhante, e até que é possível a transformação de um deles no outro, dentro do próprio organismo (RIBEIRO, 1938: 44).

Na exposição sobre o assunto, Ribeiro destaca a importância dos fatores externos como ativadores da predisposição homossexual nos casos de intersexualidade. O elemento do contágio é evocado para explicar a quantidade de casos observados da homossexualidade em ambientes como os quartéis e escolas, e influências da moda e literatura (RIBEIRO, 1938). O médico enfatiza a opinião de Maraño sobre a diferença da homossexualidade congênita e adquirida. Para o autor espanhol, seria difícil acreditar na influência ambiental como a única causa da homossexualidade. “É muito violento supor que uma alteração assim tão ligada à profundidade psicológica e instintiva, como o homossexualismo, possa aparecer sem uma base de predisposição original” (MARAÑO, apud RIBEIRO, 1938: 45).

Considerando então a questão ambiental, Ribeiro discute o papel da cultura na mediação das predisposições orgânicas. Porém enfatiza que em certos casos, a homossexualidade involuntária, nervosa, ultrapassa as convenções ou proibições culturais. Desse modo, o tratamento por meio da higiene endócrina ou opoterápica seria o único caminho para a cura (RIBEIRO, 1938). A discussão sobre tratamento no lugar do castigo é novamente assinalada a partir das palavras de Jimenes de Asúa:

Nada mais absurdo do que castigar os atos de sexualidade desviada. Si se enjeitar a concepção de que o homossexual o seja por sua própria vontade e hoje se interpretam endocrinologicamente essas inversões; si o homossexualismo se pode curar, segundo afirma STEINACH e LICHTENSTERN, mediante a transplantação de glândulas genitais, é impropriedade que se continue a aplicar castigos. Um tratamento médico opoterápico bem dirigido, prudentes operações cirúrgicas em certos casos, em suma, quando o indivíduo tenha demonstrado ser perigoso para a sociedade e particulares, medidas asseguradoras de guarda e proteção, constituem o único procedimento eficaz contra os homossexuais (JIMENES DE ASÚA, 1938, apud RIBEIRO, 1938: 55).

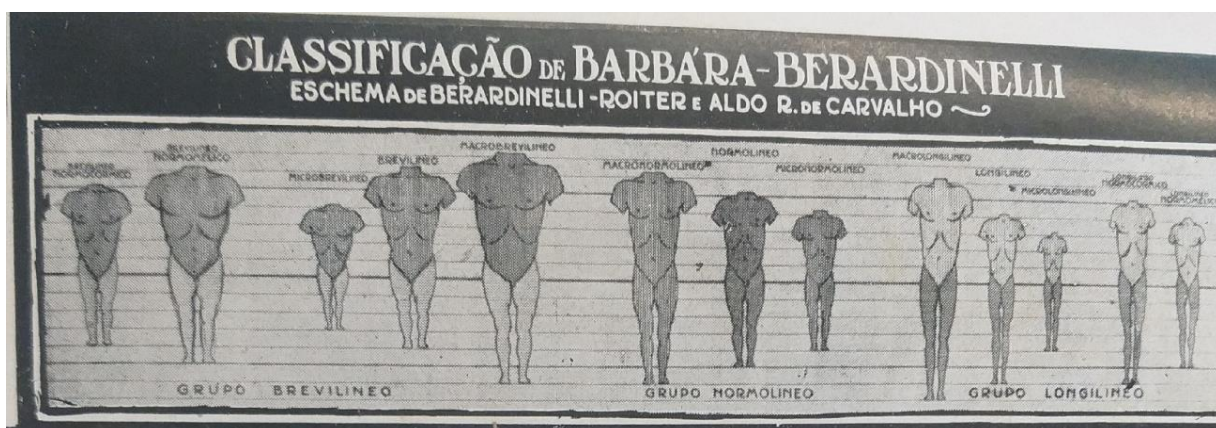
Ao apresentar a homossexualidade como sintoma de um desvio biológico, e, portanto passível de intervenção, assinalam a possibilidade da cura ao invés da reclusão. Assim, o desvio sexual poderia ser extinto em suas raízes orgânicas e não apenas afastado do convívio social através do cárcere. Apesar disso, lembramos que as observações de Leonídio Ribeiro ocorrem em um Instituto Legal, espaço de encontro do saber médico e da instituição policial. Considerando os 195 homens detidos e estudados, é possível apontar uma continuidade

e coexistência entre os dois poderes, conforme a discussão sobre os paradigmas da Criminologia Positiva apresentada no capítulo anterior. Outro trecho citado por Ribeiro explicita o funcionamento das investigações e intervenções médicas empreendidas na convergência com o aparato legal:

El delincuente es una unidade biologica. Nos interessa desde el doble punto de vista fisico e psicologico. Lombroso acertó al estudiar al hombre criminal. Con sus investigaciones, los dogmas intangibles y abstractos del Derecho Penal clasico, sufrieron un duro golpe. El delito no es una entidad metafisica, sino un acto humano; y como todos os actos humanos, derivados de la conducta, la investigación essencial que, en relacion con él, precisa llevar a cabo, el dela personalidad del sujeto que lo produce. Una ciencia genetica de la criminalidad, sólo puede operar sobre el material biologico del hombre delincuente (MARIANO RUIZ FUNES, 1921: 321, apud RIBEIRO, 1938: 55-56).

Desse modo, a investigação do psiquismo ou da constituição biológica ofereceria subsídios para o esclarecimento da conduta criminosa. Não bastava descortinar o crime, seria necessário analisar as motivações encontradas na personalidade e/ou na biologia de quem comete o crime.

No Laboratório de Antropologia Criminal, fundado em 1932 no Rio de Janeiro, foram estudados 195 homens definidos como “homossexuais profissionais”. Através da perspectiva biotipológica, os dados são apresentados como uma contribuição à discussão da inversão masculina no Brasil (RIBEIRO, 1938). Apresentaremos os resultados do enquadre da população examinada segundo a classificação biotipológica. A importância dessa discussão refere-se à tentativa dos examinadores de identificar os sinais corporais da homossexualidade e da criminalidade. A classificação utilizada é ilustrada na seguinte imagem:



RIBEIRO, 1938

Os dados apresentados a partir desse método antropométrico indicam:

75 do grupo normolineo.....	38,46%
10 do grupo brevilineo.....	5,12%

110 do grupo longilineo ..... 56,41%

Além da classificação estabelecida, foram mensurados outros componentes da constituição corporal. Membros superiores e inferiores, abdome, tórax, tronco, altura e peso são definidos como normais ou deficientes. A pressão arterial foi medida para a divisão dos hipertensos e hipotensos. Outro quadro expõe as profissões, raças e idades. Além disso, são divididos entre homossexuais confessos e não confessos em alusão a classificação de Marañon:

Confessos ..... 183 isto é 93,84%  
 Não confessos ..... 12 isto é 6,15%  
 Solteiros ..... 193 isto é 98,97%  
 Casados ..... 2 isto é 1,02%  
 Brancos ..... 119 isto é 61,05%  
 Mestiços ..... 67 isto é 34,35%  
 Pretos ..... 9 isto é 4,61  
 De edad até 20 anos ..... 74 isto é 37,94%  
 De 21 a 30 ..... 99 isto é 50,76%  
 De 31 a 40 ..... 20 isto é 10,25%  
 De mais de 40 ..... 2 isto é 1,02%  
 De profissões domesticas 84 isto é 43,07%  
 Comercio ..... 34 isto é 17,43%  
 Operarios ..... 16 isto é 8,20%  
 Alfaiates ..... 17 isto é 8,71%  
 Outras profissões ..... 44 isto é 22,56%

### **Cabelos**

De distribuição masculina ..... 177  
 De distribuição feminina ..... 18

### **Pelos:**

Ausentes ..... 72 36,92%  
 De distribuição normal ..... 117 60,00%  
 De distribuição anormal e exagerada ..... 6 3,07%

### **Os pelos do pubis**

De distribuição masculina.....	91	46,66%
De distribuição feminina.....	36	18,46%
De distribuição intermediária.....	58	29,74%

Além dessas informações, Leonídio Ribeiro afirma que em dois terços dos casos foram verificados distúrbios nas glândulas genitais e supra-renais. Assim, reafirma sua posição em relação aos pressupostos da intersexualidade. O médico também assinala que todos os casos poderiam ser incluídos no grupo de homens cuja homossexualidade é declarada, conforme classificação de Marañón anteriormente apresentada.

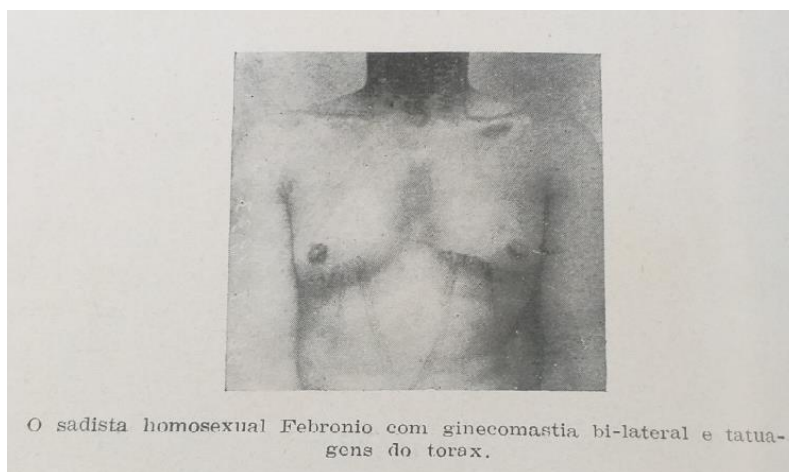
Sabemos que são homossexuais e adotam, diante de si proprio e da sociedade, uma atitude com plena consciência de sua inversão. A vida humilhante com que a moral social marca esses indivíduos, afirma o mestre hespanhol, é anulada por esta consciência profunda da normalidade e até da excelência de seus desvios. Não existem, por isso, as inibições sociais que em outros invertidos mantem a anormalidade praticamente inexistente, ou soterrada na consciência. E assim atuam na vida dos instintos com natural liberdade e, às vezes, até com cinismo (RIBEIRO, 1938: 109).

As observações apresentadas pelo médico demonstram que o exame enquanto procedimento tomou proporções amplas. Mensurações antropológicas e aspectos endocrinológicos são destacados como vias de acesso para a explicação da sexualidade considerada anormal. Apesar disso, questões psicológicas não são desconsideradas, há inclusive a aplicação do teste de Rorschach em um dos casos apresentados. Adiante, apresentaremos outro caso em que a análise psicanalítica também se faz presente. Trata-se do caso de Febrônio Índio do Brasil, homossexual descrito como um sadista. A análise apresentada por Leonídio Ribeiro é bastante representativa do uso dos saberes e procedimentos capazes de identificar os sinais da criminalidade. Há também a perspectiva da degenerescência, tendo em vista que o criminoso é identificado como mestiço.

Trata-se de um indivíduo com a perversão do instinto genital, conhecida pelo nome de sadismo, por isso que existe uma relação íntima entre seu prazer sexual e a dor provocada pela vítima. Febrônio constitui sob este aspecto um dos poucos casos registrados na literatura médico-legal de todos os tempos, e o primeiro estudado no Brasil de grande sadismo, tendo especial interesse científico por se tratar de um mestiço (RIBEIRO, 1938: 118-119).

#### **2.2.1. O caso Febrônio**

O objetivo da exposição deste caso é perceber as associações entre os crimes e a homossexualidade de Febrônio, e também descrever os procedimentos de análise empreendidos. Inicialmente, o autor caracteriza o grande sadismo como manifestações exacerbadas do sentimento de prazer sexual ligado à dor provocada na vítima (RIBEIRO, 1938). De acordo com ele, tais casos foram observados apenas em indivíduos anormais que apresentavam estigmas da degeneração. Também afirma que o grande sadismo é encontrado mais em tipos de “organização efeminada” e não em indivíduos de masculinidade excessiva. Sobre esse aspecto, uma fotografia de Febrônio é apresentada e o autor indica a presença de ginecomastia bilateral e ausência de pelos no tórax. De acordo com ele, essas características seriam sinais da intersexualidade.



RIBEIRO, 1938

A trajetória de Febrônio é descrita com diversas passagens no cárcere e instituições psiquiátricas. Os crimes enumerados incluem furtos, estelionato, exercício ilegal de profissões, homicídio e ferimentos graves. “Em toda parte onde foi assinalada sua presença, ficaram vestígios de sua indole perversa, especialmente do prazer que sentia em martirizar, produzindo dor nas pessoas que o rodeavam” (RIBEIRO, 1938: 117). O autor cita a ocasião em que Febrônio amputou a perna de um colega quando estava internado na Colônia Correccional. Para ele, a particularidade dos crimes de Febrônio é a presença da perversão do instinto genial denominada sadismo.

Resumidamente, os antecedentes criminais iniciam em 1912 quando esteve na Colônia Correccional após ser preso por vadiagem. Em seguida, foi preso em 1914, onde permaneceu por dois anos, após cometer roubo. Entre 1916 e 1919 foi preso em três ocasiões, novamente por vadiagem. Em dezembro de 1919 foi recolhido na Casa de Detenção por estelionato. Do ano 1920 a 1922 foi processado três vezes por roubo e uma vez por vadiagem.



Em 26 de setembro de 1922 foi internado na Colônia Correccional onde permaneceu até 27 de março de 1925. Em 1927 foi mais uma vez recolhido à Casa de Detenção após cometer homicídio.

É afinal denunciado como autor de varios crimes de homicidio praticados contra menores, que costumava atrair para o mato ou lugares ermos e distantes da cidade, onde procurava torturá-los para, em seguida, praticar com eles atos de pederastia ou atentados ao pudor (RIBEIRO, 1938: 120).

No exame antropológico é identificado como um indivíduo robusto. As medidas são extensamente descritas, indicando a minuciosidade na busca do enquadramento do criminoso em relação às normas. Inclui medidas como o diâmetro da cabeça, formato do rosto, largura das orelhas e nariz e descrição dos pêlos corporais. De acordo com Leonídio, suas respostas eram vagas e inconsistentes. Apresentava sentimentos éticos exagerados e ausência de distúrbios psico-sensoriais. Seus crimes estavam ligados a supostas revelações espirituais e a uma “imaginação viva, que o conduz a concepções verdadeiramente fantásticas” (p.125).

A sorte lhe tem sido favoravel, mas isto “por obra e graça do demonio (sic), como veiu a saber por meio duma revelação em sonho ocorrido ha anos: “em logar ermo, vi aparecer uma moça branca de cabelos louros e longos, que me disse que Deus não morrera e que eu teria a missão de declarar isto a todo mundo. Deveria nesse proposito escrever um livro e tatuar meninos com o simbolo D.C.V.X.V.I. que significa Deus vivo, ainda que com o emprêgo da fôrça” (RIBEIRO, 1938:125).

A leitura psicanalítica empreendida por Murillo de Campos assinala as influências do ambiente violento de Febrônio durante sua infância. Segundo a descrição do exame, ele apresentava acentuada fixação materna. A permanência, durante a adolescência, nas prisões e colônias correccionais contribuiu para a determinação da fixação à fase sádico-anal do instinto sexual (RIBEIRO, 1938). Murillo de Campos afirma coincidência entre as tendências psicosexuais e a sua constituição física, descrita como uma natureza eunucoide sinalizada pela bacia larga, ginecomastia e tronco e membros glabros (RIBEIRO, 1938).

Os exames realizados por Murillo de Campos e Leonídio Ribeiro fizeram com que o advogado de Febrônio requeresse exame de sanidade mental. Assim, Febrônio foi recolhido ao Manicômio Judiciário, onde foi examinado pelo psiquiatra Heitor Carrilho. O seu parecer é significativo, pois estabelece que a psicopatia de Febrônio, que também se expressa na homossexualidade, produz um estado mórbido que interfere na utilização da vontade e é caracterizada por desvios éticos:

1. Febrônio é portador de uma psicopatia constitucional caracterizada por desvios éticos, revestindo a forma da loucura moral e perversões instintivas, expressas no homossexualismo com impulsões sádicas, estado esse a que se juntam ideias delirantes de imaginação, de caracter místico; 2. As suas

reações anti-sociais, ou os atos delictuosos de que se acha acusado, resultam desta condição morbida que lhe não permite a normal utilização de sua vontade; 3. Em consequência, a sua capacidade de imputação se acha prejudicada ou diminuída; 4. Deve-se ter em conta, porém, que as manifestações anormais de sua mentalidade são elementos que definem sua ineludível temibilidade e que, portanto, deve ele ficar segregado *ad vitam*, para os efeitos salutares e elevados da defesa social, em estabelecimento apropriado a psicopatas delinquentes” (CARRILHO s/d, apud RIBEIRO, 1938: 131).

O trecho ilustra o viés criminológico de afastar do convívio social os indivíduos que apresentam risco. A partir dos exames, o risco é reafirmado como um componente intrínseco à constituição física e psicológica. Sendo assim, a periculosidade é o que define a virtualidade desses indivíduos, pois tenderiam para o mal. A obra de Leonídio Ribeiro apresenta classificações e medidas para a identificação do sujeito perigoso. E nessa perspectiva, a homossexualidade é associada a estados psicopatológicos e também compreendida como disfunções do corpo.

### **2.3. Gualter Lutz e a psicogênese da homossexualidade**

Membro da Sociedade Brasileira de Criminologia (SBC), médico-legista da polícia e professor de medicina legal da Universidade do Brasil (DIAS, 2021), Gualter Lutz defendia a relação da criminologia com a psiquiatria. Para o médico, os aspectos biotipológicos adivinham da constituição mental, e por isso os estudos criminológicos deveriam averiguar o grau da influência do psiquismo nas condutas criminosas. A obra de Gualter Lutz aqui descrita foi produzida em 1939 e aborda um crime cometido em 8 de dezembro de 1935. A narrativa dos fatos inclui análises psicológicas do suspeito, indivíduo identificado como homossexual, a partir de paradigmas psicanalíticos. Gualter Lutz foi um médico legal que tinha os vieses da psicanálise como instrumento de trabalho. Assim, a psicanálise criminal como disciplina capaz de subsidiar decisões jurídicas é retratada nesta obra. A vida pregressa do acusado é pesquisada com vista à elucidação do seu psiquismo, incluindo os fatores familiares que seriam a base para a gênese do seu mundo mental. Assim, a homossexualidade é referida como um aspecto relevante para a sua conduta e para o crime cometido. Com a exposição do estudo empreendido por Lutz, pretende-se descrever o uso do saber psicanalítico para a produção de sentidos sobre a homossexualidade. Além disso, descrever a utilização de exames, e suas interpretações, para o processo de inteligibilidade e identificação da conduta homossexual.

### 2.3.1. O crime e a autoacusação

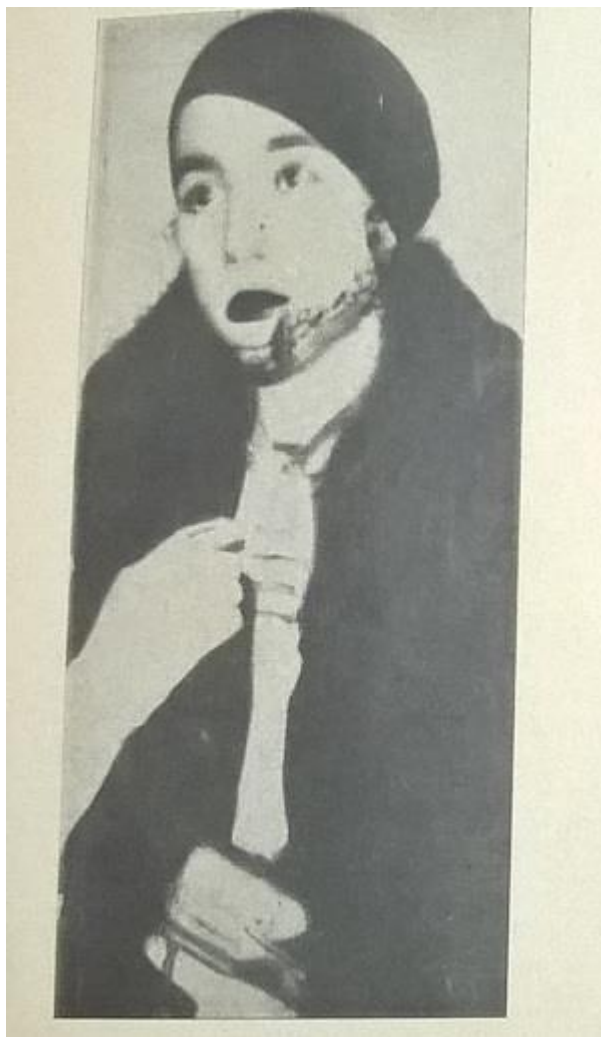
Resumidamente, em 08 de novembro de 1935, um adido naval foi apunhalado e morto no apartamento em que residia. Exames posteriores indicaram a quantidade de nove perfurações. A porta do local estava destrancada e o cadáver foi encontrado nu, com exceção das meias e sapatos. As circunstâncias propiciaram suposições sobre um “possível homossexualismo ligado ao crime” (LUTZ, 1939). Um aspecto provocou empecilho no processo de investigação: a embaixada a qual pertencia a vítima confiscou todos os documentos encontrados no apartamento. Dessa forma, o crime parecia caminhar para uma inconclusão definitiva. Entretanto, no dia 11 de dezembro, um jovem procurou uma delegacia para admitir a autoria do crime. Apesar de desejarem a elucidação dos fatos, os gestos, falas e condutas do jovem causaram estranhamento.

Longe de se apresentar contrito, penitente e compenetrado da gravidade do seu gesto, o jovem falava com volubilidade, utilizando-se do espanhol e do francês, pois parecia não compreender, nem falar, a nossa língua. Pior ainda: à sua conduta faltava a compostura que se deveria esperar de qualquer um, no momento de tomar um passo tão grave, como o de se entregar à Justiça como responsável por um homicídio. Interrompia ele a todo momento as suas declarações, com gestos e exclamações teatrais, clamando pelo primeiro nome da vítima, e ensaiava passos de tango em plena delegacia, para não falar em outros atos bizarros (LUTZ, 1939: 60).

No depoimento comunicou o nome R.M.S, informou que seria natural de Gibraltar e que teria conhecido o adido na capital do país que este representava (LUTZ, 1939). A dúvida sobre a autoria do crime permaneceu, e alguns testes foram empregados para a confirmação de que a auto-acusação poderia ser efeito de um estado mental patológico. Em alguns deles, R. obteve surpreendente êxito. Reconheceu um pente, colocado entre vários outros, deixado pelo assassino no apartamento e acertou a cor de uma das poltronas do ambiente. Entretanto, informou o número de quatro apunhaladas ao invés de nove (LUTZ, 1939). Ele também acrescentou à narrativa a informação de que teria vindo de Buenos Aires dentro de uma mala e que trazia ordens de um chefe chamado “Wladimir Nicolovitch” para assassinar o adido e tomar posse de documentos.

A partir do dia 12 de dezembro, o caso ganhou notoriedade nos jornais e a investigação dos jornalistas revelou uma foto do homem que se auto-acusava, travestido de mulher. A foto foi publicada pelo jornal *A Noite* no dia 16 de dezembro. Quando questionado, R. negou que seria ele na imagem, mas não conseguindo sustentar a mentira, alegou que não era sua a autoria do crime, desfazendo a narrativa estabelecida até ali. Nessa direção, sua irmã que chegara à delegacia no dia 20 de dezembro expressou abalo em relação à situação.

Denominada como Margarida no livro de Lutz, na delegacia evidenciou sua perspectiva sobre o irmão: “R. você está mentindo; você não tem coragem de matar um frango, quanto mais um homem. Você vai negar tudo e dizer que não matou ninguém; que no dia do crime você estava em São Paulo” (LUTZ, 1939: 63).



LUTZ, 1939

A irmã do auto-acusador firmou uma declaração autorizando a transferência de R. para um Hospital Psiquiátrico. O trabalho de Lutz com R. é demandado pela justiça para a produção de um exame de sanidade mental. De acordo com o registro do autor, R. foi transferido para o Manicômio Judiciário, onde permaneceu de fevereiro a outubro de 1936. Em 22 de dezembro de 1937, R. foi solto por sentença do MM. Juiz de Direito, que considerou o réu incapaz de imputação. Em novo julgamento, ocorrido em 30 de novembro de 1938, os jurados decidiram pela inimputabilidade do réu por 4 votos contra 3 (LUTZ, 1939).

Para este trabalho, os pormenores sobre o crime e a auto-acusação são menos relevantes do que a busca pelas causas empreendida pelo médico Gualter Lutz. Sob o aporte da psicanálise, Lutz registrou a vida pregressa, a autobiografia, as disposições familiares, dados psicossomáticos e a suposta gênese homossexual de R. Nas palavras de Lutz, a homossexualidade não seria inata, e sim um estado relacionado à disposição familiar e às experiências sociais capazes de influenciar a formação do psiquismo. Assim, entraremos na descrição dos procedimentos e interpretações com vista a compreender a racionalidade psicanalítica enunciada como um saber capaz de oferecer inteligibilidade à homossexualidade.

### **2.3.2. A psicogênese da homossexualidade**

Diferentemente das perspectivas que procuravam no corpo as causas da homossexualidade, Gualter Lutz investiga primeiramente a história familiar. Assim, o cenário familiar no qual R. foi inserido teria uma disposição singular capaz de interferir nas etapas do desenvolvimento do psiquismo, sendo a homossexualidade consequência desse processo. Um dos instrumentos de análises utilizados é a autobiografia de R.. O uso do discurso do paciente como objeto de análise destoa de outras perspectivas que mensuram os componentes do corpo baseados em uma norma, ainda que Lutz não abra mão desse ponto de vista. Apresentaremos a autobiografia intercalada com as interpretações estabelecidas pelo médico. A narrativa de si empreendida por ele revela conteúdos mentais, opiniões e impressões sobre os acontecimentos da sua vida. Certamente, o texto proporcionou elucidação sobre as singularidades de R.. A autobiografia é dividida em tópicos que abarcam desde a infância na Espanha até o dia em que procurou a delegacia, no Rio de Janeiro, para assumir o crime contra o adido.

Antes de ocupar-me de mim mesmo nesta auto-biographia e narrar os primeiros tempos de minha vida, devo descrever a situação em que achavam meus paes, situação muito especial e que ao meu vêr influiu constantemente no decorrer dos meus dias, enchendo-os de amargura e entristecendo-me a infancia. Devo dizer que meus paes não sao casados. Na época do meu nascimento (11 de janeiro de 1915) viviam elles na Capital de São Paulo, levando em commum uma existencia nada placida e que durava ha dois annos. O character de meu pae, bohemio e dissipado era o principal causador desse estado de coisas, o que levou mamãe a procurar na separação unico recurso que lhe restava, paradeiro a uma vida repleta de desgostos. Logo depois do meu nascimento, romperam violentamente, conseguindo mamãe depois de muito trabalho e por sentença judicial manter-me em seu poder juntamente com minha irmã um anno mais velha do que eu e que papae havia raptado escondendo-a em Bello Horizonte (LUTZ, 1939: 76)

O histórico familiar começa com Tia P., que veio da Espanha para trabalhar em um cabaré de São Paulo. Esta é caracterizada como uma pessoa severa, em contraste com o ambiente em que vivia. Nesse ponto, a narrativa é temporalmente anterior à Primeira Guerra. A mãe de R. era irmã mais jovem da Tia. P e foi trazida ao Brasil para trabalhar no mesmo estabelecimento na função de caixa (LUTZ, 1939).

Segundo o relato, a mãe de R. foi envolvida na disciplina draconiana de Tia. P, que exigia desta o máximo recato. Apesar da vigilância severa sobre ela, a jovem foi seduzida por um galanteador que frequentava o lugar. Desse encontro nasceu R. e sua irmã. O homem era casado, e assim, quando R. nasceu a mãe já buscava o fim da relação. Com essa intenção, embarcou R. e sua irmã, juntos a uma ama também espanhola, para a Europa. Posteriormente, a mãe casou-se com um corretor e foi morar em Ribeirão Preto. De acordo com o autor, a mulher impôs a si própria uma vida rigorosa e reclusa, pois considerava seu relacionamento anterior, união não oficializada, como uma sentença de afastamento do convívio social.

Viveu uma vida de esquizóide, porém de esquizóide estênica, agindo com energia férrea nos momentos precisos. Falecendo o companheiro, tomou ela providências imediatas e completas para assegurar seus direitos (...). Foi viver em São Paulo, onde se isola completamente. Aí preocupa-se morbidamente com a opinião pública: não deseja que a filha a visite luxuosamente vestida; proíbe de estacionar à sua porta o automóvel da filha. Até mesmo uma cadelinha de sua propriedade é sujeita, por sua vez, a um isolamento ascético (LUTZ, 1934: 68).

Sobre a irmã, informa que ela nasceu um ou dois anos antes de R. É descrita como uma jovem leptômica e de personalidade estênica, ou seja, enérgica e combativa. É protetora em relação a R., tendo como norma a frase “Enquanto eu viver, nada há de faltar a R.” (LUTZ, 1939: 70). A descrição da mãe e da irmã é importante, porque posteriormente o médico psicanalista estabelece uma relação entre a homossexualidade e a presença de figuras femininas enérgicas na vida de R.

Em relação ao pai, a descrição do tipo físico é realizada a partir de uma foto e as características psicológicas são estabelecidas através dos relatos de R.

Trata-se evidentemente de um pícnico: cabeça grande, de conformação arredondada; nariz de contornos não angulosos, face sem saliências; tronco muito amplo, cinta escapular não saliente sobre a largura do tronco; mão curta, fisionomia animada e expressiva, contrastando com a pose do filho, visto na mesma fotografia. Psiquicamente, as informações mostram como ciclotímico, com largo círculo de relações, expansivo e atirado nos negócios, bebedor e jogador, otimista, bonacheirão e boêmio (LUTZ, 1939: 69).

Destaca-se o uso das classificações de biotipos e temperamentos, ainda que sua intenção seja a construção do olhar psicanalítico sobre o caso. Provavelmente, os paradigmas

da época e a linguagem conceitual estabelecida conduziram a tais descrições. Ou ainda, em sua prática como médico e psicanalista, procurou a alternância e complementaridade entre os dois campos do conhecimento. Também é possível dizer que a busca sobre os temperamentos e demais características dos pais, tinha como intenção descobrir tendências de R. conforme procedimento estabelecido nos paradigmas da hereditariedade e degenerescência.

Para evitar mais aborrecimentos ou outra tentativa de meu pae para apoderar-se de nós, mandou-nos mamãe para a Hespanha de onde é natural, em companhia de uma ama também hespanhola que foi encarregada de nossa criação (...). As lembranças mais remotas que conservo de minha primeira infancia são do tempo em que eu devia ter seis annos mais ou menos. Converso-as muito nitidas e são bastante risonhas. Viviamos então em Valência. Gostava com loucura de ir aos acampamentos de ciganos que sempre havia perto de casa. Passava horas esquecidas entre elles, vendo-os dançar e cantar e lembro-me perfeitamente que não tinha o menor receio de permanecer entre elles apezar das historias que sempre ouvia, mesmo em casa a respeito dos roubos de creanças. Confesso que gostaria de ser roubado pelos ciganos e levar a mesma vida que elles levam, nomades, alegres, e sem preocupações. Naquele tempo era esse o meu ideal (LUTZ, 1939: 76-77).

Lutz estabelece a narrativa da vida pregressa de R. da infância à juventude. Com poucos meses de idade, R. embarcou para a Espanha, junto com a irmã e uma ama. Permaneceu na Europa até os 8 anos de idade. Passaram parte desse tempo em Valência morando com a ama, e outra parte em Madrid com a Tia P., que com o tempo havia se mudado para a Espanha onde morava outra irmã (LUTZ, 1939). O médico registrou que uma das primeiras lembranças de R. foi a de ter caído sentado em um braseiro, e outra a de ter quase caído de uma ponte empurrado por uma menina. As lembranças sobre a convivência com a ama não são felizes, mas o período com ela foi descrito por ele como a época em que mais desfrutou da liberdade. Ela não os cercava de carinhos e os castigava. Nesse ambiente, a postura de R. contrastava com a da irmã. Enquanto ele se sujeitava aos castigos, Margarida a enfrentava. “Para castigá-la, a ama lhe espetava a língua com alfinetes, ao que Margarida revidava indo mostrar a dentadura postiça da ama a quem quisesse ver” (LUTZ, 1939: 72).

Passaram a morar com Tia P. em Madri. E esta estabeleceu o rigor que outrora estabelecera com a mãe das crianças. Nessa época a irmã já havia adotado a conduta de proteger o irmão, até mesmo confessava travessuras que ele havia cometido. Outra tia, chamada Tia C., impressionou R. em uma visita em Madri. “A impressão sobre R. foi fortíssima. Ficou completamente extasiado pela nova tia, não menos bela que bondosa” (LUTZ, 1939: 72). Esta morava em Paris, e brevemente regressou ao lugar onde exercia o ofício de chapeleira e modista. Uma noite chegou um telegrama da França, comunicando que que Tia. C teria cometido suicídio.

Com aproximadamente 8 anos e meio, R. retornou ao Brasil com a irmã para morar com a mãe e o padrasto. Viveram em Ribeirão Preto onde R. frequentou um colégio do tipo externato, enquanto Margarida frequentou uma escola de freiras. Na escola, R. foi considerado um pouco “efeminado”, e dado a leituras de aventura (LUTZ, 1939). Fora da escola, a mãe manteve os filhos apartados do convívio social, em razão dos motivos assinalados anteriormente. O relato também revelou certo antagonismo entre R. e o padrasto. Este morreu em 1931, e de posse dos valores que lhes cabiam, mãe e filhos mudaram-se para São Paulo. Na cidade, reencontrou o pai que lhe propiciou trabalho, apesar de R. abandonar a colocação e passar a viver sem remuneração, revezando entre morar com a mãe e a irmã.

Segundo Lutz, o período em Valência foi marcado pela ausência de figuras masculinas. Nesse tempo, R. passou a observar um campo onde soldados faziam exercícios físicos. A interpretação do autor sugere esse acontecimento como a gênese do interesse nos mistérios dos homens. Observá-los provocou volúpia e interesse, mas principalmente culpa. “O mistério dos homens, daqueles seres, para ele tão desconhecidos, invade o menino, que é tomado por estranha volúpia, quando, do seu esconderijo espia os soldados que se descobrem, para exonerar a bexiga” (LUTZ, 1939: 131). Lutz associa essas experiências com um sonho relatado por R. quando esteve adoecido na infância e posteriormente quando foi submetido à eterização no Pavilhão de Observações do Hospital Psiquiátrico pelo psiquiatra Dr. Aauto Botelho.

Nessa pseudo-percepção, que o emocionou profundamente, R. viu uma parede da qual saía um jato d’água (evocação daquele outro jato que costumava fitar). Em seguida discerniu que o jorro se transformava em uma fileira de ratos. Êstes, além de símbolos fálicos, evocando mais uma vez o órgão que o menino olhava no campo de exercícios, constituíam também uma transformação terrorista do sonho (ou da visão) para punir o pequenino “voyeur”, de acordo com as exigências do seu sentimento de culpa (LUTZ, 1939: 132).

Nota-se o destaque dado ao nível inconsciente interpretado através do sonho. Diferentemente de outras propostas que focaliza disfunções corporais como a gênese da homossexualidade, Lutz procura sinais do psiquismo evocados no sonho e na pseudo-percepção provocada pelo processo de eterização. Em comum, a busca pela origem do desvio sexual a partir de saberes e técnicas de investigação.

Em Madrid não havia acampamentos de ciganos; acostumei-me logo a outro meio de distração: permanecia horas seguidas assentado num banco do boulevard fronteiro à casa, um dos mais centricos da cidade, vendo o desfilar da multidão. Gostava principalmente de observar os chapéus das mulheres. Usavam-se então grandes chapéus de palha carregados de fructas multicores reproduzidas em cera (...). Assim passei dois annos em Madri até que um dia



apareceu um senhor que vivia no Brasil e que fora encarregado por minha mãe de trazer-nos para cá. Quando chegamos aqui, minha irmã e eu, fomos logo para Ribeirão Preto onde mamãe morava. Começa ahi o peor tempo de minha vida. Fui matriculado no externato Cezario Motta. Não sabendo sequer uma palavra de portuguez os primeiros tempos de escola foram um martyrio; não comprehendia os meus collegas; elles riam-se de mim chamando-me hespanholito gallego e aborrecer-me o tempo todo com brincadeiras estupidas (...). Em casa reinava grande serenidade. Mamãe até hoje muito aspera e nervosa levava uma vida muito retrahida, não mantendo relações de amizade com pessôa alguma e raramente saindo de casa. Compreendi mais tarde o motivo dessa reclusão. Vivia comnosco o amazio de mamãe que embora nos tratasse materialmente bem, não deixando faltar cousa alguma afim de proporcionar-nos conforto e bem estar phisico, descuidava completamente o lado moral de nossa educação. Posso com franqueza dizer que não conheci a vida do lar. Elle, ou por não gostar de nós ou por ser muito ranzinza raramente nos dirigia a palavra; quando o fazia era em tom aspero e impertinente. Assim não deve causar estranheza a grande aversão que eu lhe votava. Ainda hoje, annos passados conservo delle uma lembrança nada sympathica. Mamãe também tratava-nos com a rispidez propria do seu genio facilmente irascível (LUTZ, 1939: 78-79).

Lutz destaca que na criação de R. as figuras femininas eram enérgicas e até mesmo violentas. O autor destaca que no ordenamento social, e no inconsciente da coletividade, tais características são associadas aos homens. Revelando outro sonho de R., Lutz indica a confusão e desprazer sentidos por ele em suas relações com as mulheres dotadas de predicados da virilidade “a mulher se acha diante de um cavalo, verdadeiro representante da robustez, que tanto impressiona as crianças, pela magnitude de todos os seus órgãos. No sonho, contudo, é a figura feminina que o espeta impiedosamente e é o másculo animal que se deixa espetar sem protesto ” (Lutz, 1939: 133).

Criado nesse ambiente fechado às expansões familiares, sem caricias e branduras tão necessárias à formação de uma creança, meu carater retrahiu-se transformando-me em um individuo reservado e desconfiado. No intimo sou porem affectuoso e sobretudo muito sensivel (...). Na escola o tratamento que recebia das professoras era totalmente diverso daquele que me dispensavam em casa. Levavam-me com doçura e eu agradecido correspondia sendo um bom discipulo. Para mim era a hora mais agradável do dia a hora de partir para a escola. Quando não podia ir por motivos independentes de minha vontade chorava de raiva. As ferias eram um castigo para mim: passar tres mezes sem poder sahir de casa ouvindo ralhos e às vezes ouvindo o que era peor, sem ouvir absolutamente nada pois que ninguem vinha falar-me (LUTZ, 1939: 80).

O isolamento de R. é assinalado como determinante na psicogênese homossexual descrita por Lutz. Com exceção da escola, não havia possibilidade de construir relacionamentos com outras pessoas. A preocupação de sua mãe com a opinião pública

prendia R. na exclusividade do círculo familiar. Lutz supõe que a ação da mãe decorria do sentimento de culpa em relação ao seu passado, mas também indica a possibilidade de um ciúme excessivo. O médico destaca que o superego de R., aspecto moral da personalidade, determinado principalmente pela mãe e Tia P., estabeleceu tabus relacionados às mulheres. Assim, a instância moral do seu psiquismo censurou mulheres femininas e núbéis e mulheres mais velhas que funcionassem como mães substitutas (LUTZ, 1939).

Para a fixação definitiva desse tabú sempre atuou o conhecimento intuitivo de que enlevar-se por qualquer moça seria um crime horroroso, por isso que cominado com a perda do amor materno. Como R. não conseguisse transpor a fase de Édipo, não podia arrostar com tamanha penalidade, que o privaria, ao mesmo tempo, do amor e da subsistência hauridos da mãe. (...) Mas no seio da família, R. só podia se manter, enquanto se cingisse ao papel passivo-dependente da fase oral ou bucal. Si qualquer outro impulso mais evoluído tentasse prorromper, era êle esmagado no limiar do consciente e recalçado para as profundezas. É que, no círculo familiar, atuava a barreira do incesto. Qualquer pensamento impuro seria crime nefando: seria a mais torpe e hedionda de tôdas as baixezas (LUTZ, 1939: 134-135).

Segundo Lutz, tais dificuldades vivenciadas na situação psicológica foram contornadas através do deslocamento do objetivo do amor. Assim, o autor aponta que a adoção do homem como objetivo seria decorrência da constelação familiar na qual R. esteve inserido e não como uma característica inata. Portanto, na interpretação do autor, a psicogênese da homossexualidade de R. seria uma reação frente à sua constelação familiar.

Por esse tempo ocorreu um acontecimento muito importante para mim. Minha irmã foi internada num collegio de religiosas de São Paulo. Para esse fim teve de ser baptisada pois as freiras exigiam o attestado de baptismo. Mamãe fez baptisá-la juntamente comigo. Assaltou-me então uma onda de misticismo. Com grande fervor recebi a primeira comunhão. Jejuava, fazia mortificações, cheguei ao extremo de collocar pedrinhas nos sapatos para mortificar-me. Pensei seguir a vida religiosa. Quiz ardentemente entrar para o Seminario. Mamãe não consentiu. Fugi de casa. Foram buscar-me. Pouco tempo depois nem sequer pensava em Deus. Entrei depois no Ginasio do Estado. Estudava muito. Continuava a não manter relações de amizade com nenhuma pessoa. Fora do ambiente escolar não procurava meus collegas para divertir-me ou estudar com elles. Em algumas materias como Geographia, Historia do Brasil, Historia Universal, Litteratura etc. brilhava. Em outras como Latim, Arithmetica e Algebra tinha notas infimas. Só estudava o que me agradava. As disciplinas que detestava como Algebra e outras não queria saber dellas. Passava nas provas à custa de “colas”. Às vezes sentia grande desanimo, tinha vontade de abandonar tudo e ir-me embora de casa. Sonhava muito com viagens e com paizes exóticos. Uma grande sede de aventuras empolgava-me (...). Foi então quando aconteceu um facto muito importante que devia mudar o rumo de nossa vida. Morreu o amigo de mamãe. Não tendo mais nada que nos prendesse à Ribeirão Preto, cidade que mamãe detestava, ella liquidou alguns negocios, vendeu a casa, recebeu alguns seguros de vida que elle tinha feito em seu favor e mudamo-nos para São Paulo (...). Pensava agora em trabalhar e contava para isso com alguma pêssoas que poderiam auxiliar-me. Emquanto não apparecia a opportunidade,

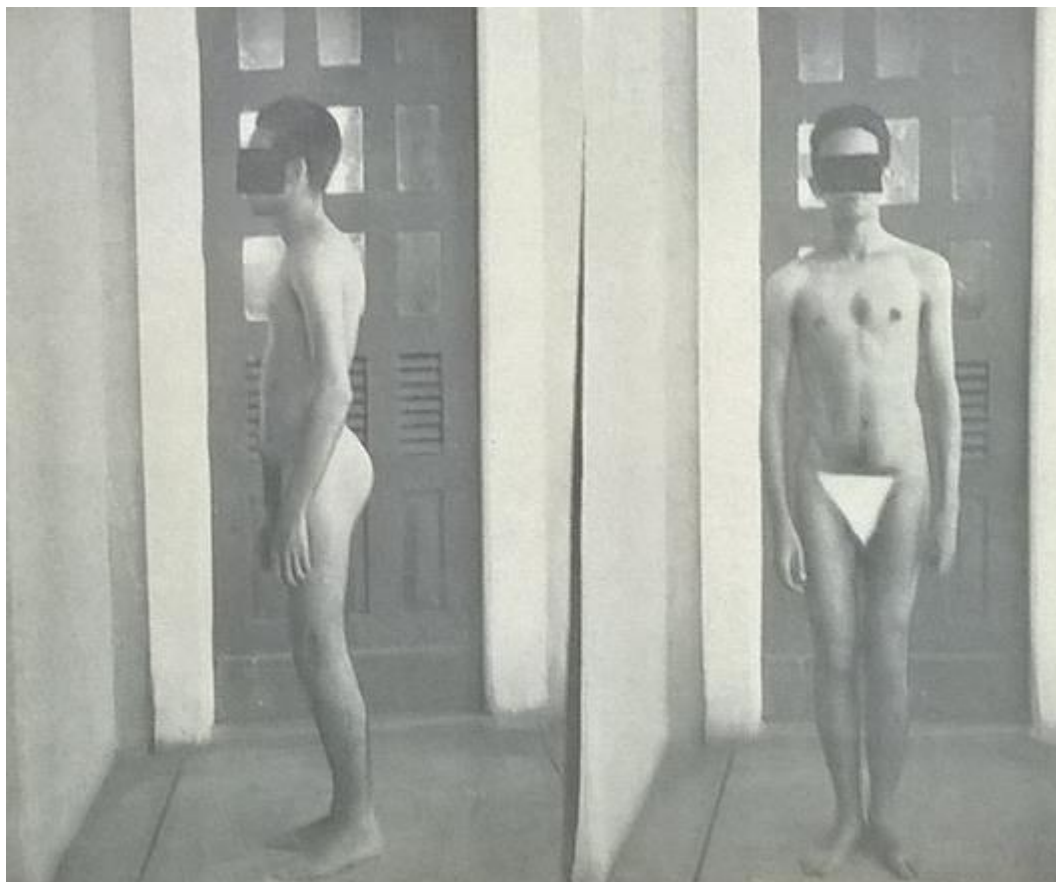
ficava em casa lendo. Para conseguir livros tornei-me sócio de uma bibliotheca. Mamãe desesperada de vêr-me em casa sem nada fazer, aborrecia-me chamando-me de vagabundo. Vagabundo porque? Eu queria trabalhar mas não tinha emprego. Quando o emprego apparecesse então sim trabalharia. Já havia falado com todas as pessoas conhecidas que podiam proporcionar-me collocação. Num desses dias, em casa tivemos um forte altercado. Mamãe deu-me dinheiro e eu sahi de casa. Fui a Santos, lá fiquei uma semana. Vim ao Rio onde cheguei de manhã e parti na mesma noite para São Paulo completamente desnorteado. Lá lembrei-me de procurar meu pae que eu sabia onde morava por intermedio de minha irmã que havendo brigado tambem com mamãe por não querer mais supportar a vida monacal que levavamos, havia o procurado e passara a viver em companhia delle. Papae conseguiu-me uma optima collocação no Instituto de Café do Estado. Mais tarde aborreci-me também com elle; brigamos e eu fui morar sozinho numa pensão familiar que procurei. Durante os doze mezes que trabalhei no Instituto levei uma vida muito socegada. Tinha dezoito annos de idade e apesar de morar sosinho e ser mais ou menos independente comportava-me bem e continuava pouco communicativo não fazendo relações com os outros rapazes companheiros da casa ou collegas de serviço (...). Ao cabo de um anno extinguiu-se a sessão do Instituto onde trabalhava e todos nós fomos despedidos (...). Ao ver-me desempregado, procurei aproximar-me de mamãe o que consegui por intermedio da minha irmã (...). Julgava eu que ella me trataria doutra forma uma vez que ja era um rapaz de dezoito annos. Enganei-me porem; em casa tudo continuava na mesma. Mamãe imutavel: a mesma rispidez, o mesmo mau humor, a mesma intolerancia; continuava a tratar-me como se fosse um garoto de oito annos (...) Os mezes passavam lentos e monotonos. Um dia exasperado rompi com mamãe. Fui procurar meu pae sendo bem recebido por elle. Prometeu-me emprego e promptificou-se a pagar-me a pensão. Arranjou-me um quarto numa pensão conhecida continuando elle a morar só noutro local. Passavam-se alguns mezes e eu continuava na mesma: desempregado (...). Enjoado com esse estado de coisas, resolvi tentar a sorte fora de São Paulo (...). Retirei meu dinheiro do banco e empreendi a aventura. Vim ao Rio onde demorei-me uns dois dias embarcando depois para Victoria, capital do Espirito Santo. Nesta ultima cidade permaneci uma semana. Gastava sem medida e o dinheiro já estava no fim. Não procurava trabalho mas eu estava convencido que qualquer coisa ia cahir-me do céu. Ao fim de sete dias como nada conseguisse na capital capichaba resolvi regressar ao Rio. Não tinha plano nenhum; estava completamente no ar sobre o que aqui devia fazer (...). Foi então quando pensei em ingressar no convento. Devo lealmente esclarecer que não sentia a mínima vocação para a vida religiosa. A mesma fé em Deus que tão forte era nos tempos de menino, tinha-a perdido sem saber como. Sem pensar mais e sem preoccupar-me com o futuro, apresentei-me uma tarde no Mosteiro de São Bento onde fallei com o superior. Depois de algumas horas de demarches fui recebido na ordem e nessa mesma noite dormia tranquilo e feliz na casa do Senhor (...). Aos sete mezes porém da vida claustral comecei a sentir saudades da vida cá de fora (...). Depois de algumas tentativas do abbade para reter-me e fazer-me desistir dessas ideias consegui minha liberdade (...). Uma vez restituído à liberdade voltei a São Paulo onde novamente procurei mamãe (...) Passei um tempo socegado em casa. Para distrair-me tratava com carinho de nosso pequeno jardim. O tempo que subtraia à leitura empregava-o tratando das plantas (...). Consegui um emprego na casa de um judeu corrector de cambio onde trabalhei por dois mezez. Passei então por uma phase de grande abatimento moral. Não achava o que fazer, que rumo tomar, qual o caminho a seguir. Em novembro de mil novecentos e trinta e quatro

embarco novamente para o Rio, apresento-me novamente no convento onde consigo ser aceito e um mez depois mandam-me para o Mosteiro da Bahia onde permaneci 10 mezes para novamente sahir em Outubro do anno passado. Regresso à São Paulo indo morar com mamãe. D. Abbade da Bahia deu-me attestados de bôa conducta afim de facilitar-me collocações em São Paulo. Permaneci dois meses em São Paulo. No dia nove de Dezembro do anno passado embarcava para o Rio, depois de brigar em casa. Essa briga foi motivada pelo facto de haver-me vestido de mulher. Cheguei ao Rio no dia dez pela manhã e na noite de onze apresentei-me no 5º districto policial declarando-me autor da morte do Tenente de cuja noticia tive conhecimento pela leitura dos jornais (LUTZ, 1939: 76-88).

A partir da situação envolvendo a auto-acusação de R., Lutz reafirma a ideia da repressão da heterossexualidade latente. O autor indica que no primeiro contato de R. com a foto do adido, este demonstrou estranhamento diante da figura do homem, dada suas características “anafrodisíacas”.

Si a homossexualidade fôsse realmente um impulso feminino, represado dentro de um corpo de homem, o homossexualista deveria preferir homens virís. Desde cedo pudemos perceber que o ideal homossexual de R. é o de rapazes ainda incompletamente formados - em suma, o de efebos com figuras de Adonis. (...) Buscando um ente dotado de falo para objetivo dos seus amores, o homossexualista está buscando a mulher, apenas modificada para se adaptar aos seus complexos e aos seus tabus. Atrás de tôdas essas acomações jáz a hetero-sexualidade latente, enganada mas destruída. (LUTZ, 1939: 138).

O relato apresentado foi utilizado para a construção da psicogênese da personalidade de R. e também para a psicogênese da homossexualidade. Antes disso, o autor apresenta um exame psicossomático do paciente. Sobre sua constituição corporal, R. é identificado como um leptossômico típico. É descrito como esbelto, de face ovoide e queixo fraco, crânio pequeno coberto de cabelos muito abundantes e barba circunscrita limitada ao queixo e lábios. Não é realizada mensuração antropométrica. E sobre isso, o autor informa: “dispensamos a indicação de mensurações antropométricas, que nada acrescentariam ao diagnóstico constitucional por demais evidente em face desses dados e em face da fotografia do paciente (LUTZ, 1939, p.106).



LUTZ, 1939

Outro tópico do capítulo aborda a personalidade psíquica de R.. São estabelecidos parâmetros acerca da vida instintiva, temperamento, psicomotricidade, caráter e inteligência. A partir desse ponto, o conteúdo mental apresentado por R. é examinado e traduzido através do aporte psicanalítico. Sendo assim, o corpo do paciente é observado, mas é no psiquismo e nas condutas relatadas que Lutz busca a gênese para suas ações e inclinações. Acerca de sua vida instintiva, o autor registra o predomínio dos instintos de nutrição e defesa, o primeiro representado pela gulodice infantil e o segundo pela falta de coragem e iniciativa. Sobre o instinto sexual Lutz afirma: “o instinto sexual, além de narcísico, tem aspirações homossexuais, coartadas pela timidez e falta de iniciativa” (p. 107).

Em relação ao temperamento, o comportamento do paciente é evidenciado como representante do tipo esquizotímico. O contato precário com o ambiente e a interiorização são as características de R. associadas com esse temperamento. O retraimento dificultaria relações interpessoais significativas, conforme observado no relato do paciente que nutria poucos relacionamentos (LUTZ, 1939). Em relação à psicomotricidade, o médico indica ausência de energia na fisionomia do paciente. Sua gesticulação é caracterizada como harmônica e discreta e suas atitudes como delicadas e atenciosas. Sobre a inteligência e

caráter, faltaria têmpera em sua conduta, segundo o registro do autor. “Extremamente delicado, atencioso e dócil, além de dotado de boa inteligência, carece de ambição e de objetivos que canalizem e reforcem a Vontade” (p. 111). Lutz assim conclui o parecer psicossomático:

Estamos, pois, diante de um indivíduo pertencente corporalmente e psiquicamente ao grupo esquizotímico. Pela sua inadaptação, pode ser considerado um esquizoide com acentuados traços de infantilismo e de farsante patológico e homossexualismo psíquico. Semelhante conclusão não colide apreciavelmente com o diagnóstico anterior de esquizoide e mitomaníaco, feito pelos médicos legistas Prof. Dr. Antenor Costa e Dr. Bourguy de Mendonça e também com os assentamentos clínicos do Pavilhão de Observações do Hospital Psiquiátrico (antigo Hospício). Tais dados estão bem longe de esclarecer a conduta de R., que um dos primitivos peritos, em conversa, capitulou de paradoxal e disparatada. Com efeito, não há psicose nem quadro temperamental que proporcionem um padrão de conduta abrangendo os fatos descritos na vida do acusado. Urgia, pois, ir avante, passando do terreno constitucional e orgânico para o estudo dos distúrbios reacionais, isto é, das acomodações patológicas suscitadas pelas vicissitudes da vida, ou seja, dos conflitos intra-psíquicos importando em neuroses e psico-neuroses (LUTZ, 1939: 112).

O estudo psicanalítico proposto buscava esclarecimentos não elucidados nas classificações patológicas vigentes. A conduta de R. excedia o padrão comportamental das patologias cogitadas pelos médicos que o examinaram. Para Lutz, as ações de R. seriam consequências das vicissitudes da vida que propiciaram conflitos na vida mental, sendo esse campo objeto de estudo psicanalítico. Apesar disso, o médico também define tais ações e inclinações como “acomodações patológicas”, o que demonstra intenção de conferir sentido a um quadro considerado anormal segundo os pressupostos da normalidade médica e também psicanalítica.

Neste capítulo, buscamos compreender como os saberes médico-psicológicos ofereceram significados ao desvio sexual e como procederam na identificação de indivíduos possivelmente perigosos. Destaca-se o uso do exame como uma via de acesso às motivações e localizações das gênesis da homossexualidade, e também do crime. A ligação entre as duas coisas possivelmente influenciou na afirmação de que os homossexuais, e os locais onde circulam, são perigosos para o funcionamento da norma instituída como correta. Em suma, o capítulo propôs uma reflexão sobre o homossexual enquanto corpo identificável. Constitui uma etapa relevante para o projeto que discute as discriminações vivenciadas no contexto da epidemia da Aids, quando a conduta homossexual foi definida como arriscada, revisar o uso dos saberes direcionados para a produção de estigmas.

### **Capítulo 3. Identificação do risco na epidemia da Aids**

Os resultados que serão apresentados foram coletados na Hemeroteca Digital Brasileira e nos documentos digitalizados pelo Arquivo Nacional. Na Hemeroteca Digital foram consultados os periódicos *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil*, *A Tribuna* e *Manchete* no período de 1983 a 1989. Para o objetivo da pesquisa foram buscados termos que aludiam aos processos de discriminação da Aids já conhecidos através das fontes bibliográficas. Dessa forma, foram pesquisados “peste gay”, “aids + policia + homossexuais”, “aids + crime”, “aids + discriminação”. Inicialmente foram catalogadas 112 notícias. Com a análise do conteúdo dos recortes dos jornais foi verificado que a maioria não correspondia aos objetivos estabelecidos, ainda que contribuíssem para a percepção do momento histórico. Dessa forma, permaneceram apenas as notícias que demonstravam os processos de discriminação diretamente relacionados ao contágio da Aids, e a associação entre homossexualidade e risco.

Na plataforma digital do Arquivo Nacional as buscas foram menos extensas. Foram pesquisados os termos “aids + homossexualidade” além desses termos separados. De imediato, os documentos que revelavam discriminações no âmbito das instituições públicas foram catalogados. E a partir desse ponto, as pesquisas foram direcionadas para acréscimos nessa discussão. Antes dos resultados, apresentaremos o campo da História das Doenças como referencial norteador para a análise da aids em relação aos objetivos do trabalho.

#### **3.1 O campo da História das Doenças**

Segundo Le Goff (1985) as doenças são entidades abstratas que necessitam dos sentidos humanos para alcançarem uma existência. Antes desse processo são apenas o conjunto de sintomas, um complexo modo de sentir que indica alterações no corpo. O agrupamento dos sintomas já indica um esforço intelectual, base para a construção da doença e da sua comparação com outros quadros patológicos. A partir do diagnóstico, ou seja, a etiqueta que nomeará a doença e que representa a junção dos sintomas, a doença será tratada visando a remissão dos sintomas e possivelmente a cura (LE GOFF, 1985). O autor reflete que essas operações classificatórias são fruto da experiência humana, que diante dos mistérios do universo iniciou a tradição de conhecer, nomear e classificar os fenômenos desconhecidos. Considerando que os esforços intelectuais acompanham os discursos que circulam nos tempos históricos, os conhecimentos sobre as doenças também são circunscritos ao tempo nos quais são construídos. “A medicina científica esforça-se por uma certa racionalidade, mas os médicos são também irracionais, dado que são humanos” (LE GOFF,

1985, p. 360).

Neste trabalho, tal concepção norteou a proposta de refletir sobre as percepções que cercaram a epidemia da aids e conferiram sentidos à doença. Coadunando com a ideia de que as representações, os medos e as ações de contenção não foram respostas naturais à epidemia, pensamos que o processo de identificação dos riscos foram produtos de ideias produzidas em outros momentos históricos sobre o grupo apontado como o mais suscetível ao contágio: o grupo homossexual. Assim, questões sociais, econômicas, políticas e culturais influenciaram as ações empreendidas. Também é possível delinear alguns caminhos na produção da associação entre essa parcela da população com o perigo social. A homossexualidade também foi historicizada através do arcabouço médico-psicológico com o objetivo de demonstrar que a orientação sexual também foi patologizada a partir do crivo dos cientistas e do tempo em que viveram. Nesse sentido, o caminho seguido foi o de compreender a construção da homossexualidade como uma vivência dissidente, capaz de influenciar nas condutas perigosas, para posteriormente perceber as ressonâncias dessas ideias na conjuntura da epidemia da aids. As doenças, e mais especificamente as epidemias, são pontos de desorganização social (REVEL e PETER, 1995), e por isso momentos privilegiados para o estudo das significações sociais e históricas.

A doença é quase sempre um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna frequentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e as tensões que o traspassam. O acontecimento mórbido pode, pois, ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma. Um exemplo real, entre dez outros possíveis, prediz a riqueza desses temas: o da exclusão social em tempo de epidemia, que pode ir da suspeita ao massacre e pode dirigir-se, segundo os casos conhecidos, aos pobres ou aos notáveis, aos judeus ou aos médicos, aos soldados, aos reformados e cujo sistema, mal conhecido, toca provavelmente o coração das sociedades antigas (REVEL e PETER, 1995: 114).

A doença como objeto da História acompanhou uma virada epistemológica na década de 1970, quando as diversas atividades humanas foram concebidas como foco possível de estudos historiográficos (OLIVEIRA, 2021). No caso específico da produção historiográfica sobre enfermidades, Oliveira (2021) aponta três aspectos importantes que representam rupturas sociais. O primeiro aspecto inscreve-se no plano individual. A perda da autonomia e liberdade do indivíduo doente sobre o corpo que passa a ser cuidado por outros em procedimentos pré-definidos pertencentes ao campo de atuação dos profissionais. A segunda ruptura refere-se ao conhecimento científico quando a doença em questão ainda está fora dos catálogos norteadores de diagnósticos e prognósticos. Nesse cenário, a problemática é conhecer os mecanismos da nova moléstia e os caminhos para o tratamento e prevenção. O terceiro aspecto é a ruptura no campo sociocultural, em consonância com a exposição de Revel e Peter, referente aos processos de desorganização e reorganização social. Desse modo, a ênfase dos trabalhos



direcionados para o campo da história da doença pode ser a experiência do adoecimento na perspectiva de quem adoece, a percepção dos cuidadores e cientistas acerca dos desafios relacionados aos tratamentos ou ainda a perspectiva mais ampla sobre a representação coletiva da enfermidade em questão.

Nascimento et. al. (2018) citam Herzlich para indicar a inseparabilidade entre indivíduo e sociedade, e a possibilidade de enfatizar o indivíduo no campo da História das Doenças. A doença abarca a dimensão social e individual, considerando que o corpo individual quando compreendido como corpo saudável ou como foco de doença torna-se objeto do domínio público (NASCIMENTO, et. al., 2018). Nesse sentido, as autoras discutem a possibilidade de pesquisas que denotem “o conjunto de imagens, sentimentos, configurações plásticas ou literárias, bem como valorações, pelo qual, apesar de seus diferentes modos de manifestação, doenças específicas vêm sendo ao longo do tempo representadas nas mentalidades coletivas (NASCIMENTO, et. al., 2018). Trata-se da visão das autoras sobre a representação social da doença.

Nesse sentido, Nascimento et. al (2018) empreendem observações sobre a representação social de algumas doenças. Ao abordarem o caso da lepra indicam a modificação do nome da doença para hanseníase, discutida durante os anos 1960, objetivando alterar o imaginário milenar que recaiu sobre a lepra. Citada no texto bíblico, a doença foi concebida em uma associação com a impureza, e por isso representava um castigo divino (NASCIMENTO, et. al 2018).

No mesmo sentido, a análise da peste bubônica a partir de retratos históricos do século XIV demonstra o cenário de terror associado à doença e também sua relação com o castigo divino. Denotando a possibilidade de modificação e sobreposição das representações sociais, as autoras falam sobre a tônica da doença no final do século XIX e início do século XX. Novas ideias sobre a doença foram construídas por médicos cientistas e políticos. Assim, a identificação do microrganismo causador da doença reforçou a posição médica e o controle médico-administrativo em prol das medidas profiláticas necessárias para a contenção da peste bubônica. Com isso, um processo de sobreposição fez com a peste ainda representasse o mal concebido em outros tempos, mas também o poder da ciência nos tempos mais recentes (NASCIMENTO, et. al., 2018).

A tuberculose também é analisada sobre o viés da representação social das doenças pelas autoras. A doença inspirou poetas descontentes com a vida social que a concebiam como objeto de desejo. Por outro lado, a partir da segunda metade do século XIX, a racionalidade burguesa delineou a imagem do corpo necessária aos projetos de desenvolvimento que marcam o período. Nesse cenário, concepções da medicina, biologia e eugenia desenharam a imagem do corpo saudável capaz de gerar descendentes benéficos aos projetos em voga. Com isso, duas percepções podem ser identificadas no período que compreende o século XIX e início do século XX: de objeto de desejo, a tuberculose passa a ser rejeitada com horror

(NASCIMENTO, et. al., 2018).

Ao falar de outra doença, a sífilis, Batista (2021) demonstra que a associação entre as doenças com o mal constituiu um aspecto recorrente da relação do homem com as enfermidades. Batista reflete sobre três aspectos que indicam o julgamento moral em relação à sífilis. O primeiro aponta a doença como um castigo divino, processo similar à peste bubônica. Dessa forma, a doença é assimilada em associação a culpabilidade diante de erros cometidos no nível das condutas e comportamentos. Citando a origem do termo “sífilis”, Batista lembra que a atitude de Sísifo de adorar um rei em detrimento da adoração a Deus o levou ao estado de adoecimento. O segundo aspecto apontado indica a ligação da doença com algo sujo e desconhecido. O viés da doença, portanto, foi recoberto pela concepção da degradação e sujeira, aspecto posteriormente somado à conduta sexual. A exposição pública constitui o terceiro elemento citado pelo autor, consequência das marcas cutâneas da doença. Por fim, a sífilis foi concebida como uma enfermidade que afligia não somente o corpo físico mas também o caráter dos enfermos, fato marcante no século XIX quando a doença foi considerada um problema social (BATISTA, 2021).

Em relação a aids, Nascimento et. al, (2018) também apontam mudanças na representação social da doença. Na década de 1980, quando se anuncia a epidemia da aids, a doença também é associada a um grande mal. A concepção do homossexual como principal componente do “grupo de risco” da doença desconhecida e letal ocasionou a associação entre o grupo com a “encarnação do mal”. Dessa forma, o conjunto de imagens e sentimentos relacionados à doença foi preenchido por julgamentos morais que concebiam a doença como resultado de condutas desregradadas. Já na segunda década da epidemia, alterações nos perfis epidemiológicos desconstruíram a noção rígida de que somente uma determinada população estava suscetível à transmissão da doença. Nascimento et. al. (2018), apontam o aumento significativo de casos de mulheres soropositivas como um aspecto que influenciou na representação social da enfermidade.

De suas primeiras vítimas e formas de transmissão construiu-se a relação com (homos)sexualidade, sendo chamada inclusive de câncer gay. Da alta letalidade anterior aos medicamentos antirretrovirais, veio a associação com as antigas pestes. Destes dois aspectos, vieram a estigmatização e a culpabilização das vítimas, a moralização e identificação da doença como castigo divino. Alguns estudos foram bastante eficazes em mostrar o quanto dessas construções, incorporadas ao senso comum, foram motivadas pela visão de mundo predominante no meio médico e imprensa, principais instituições responsáveis pela sua difusão. Podemos, portanto, afirmar que a representação social da Aids, durante os primeiros anos da epidemia, foi composta pela associação com a peste, a morte e a homossexualidade (NASCIMENTO, et. al., 2018:44).

Reiterando a perspectiva de Nascimento, Vianna (2014) discute a relação da aids com as ideias de contágio e transmissão. Citando Czeresnia (1997), Vianna aponta que o contágio remetia a ameaça e perigo, relações constantes nas vivências das pestes. Nesse sentido, contágio direcionava o medo das doenças aos identificados como fonte do mal que aterrorizava

os coletivos. Por outro lado, a percepção contemporânea de transmissão articula-se com os progressos científicos capazes de traduzir os mecanismos das doenças transmissíveis e realocar a visão dos castigos divinos para os agentes etiológicos. Entretanto, a “Aids teria atualizado processos subjetivos, reativando as imagens simbólicas da peste que coexistiram com as explicações fundadas no conhecimento científico, sendo, ao mesmo tempo, uma doença contagiosa e transmissível” (VIANNA, 2014: 42).

Segundo a autora, a retomada do contágio em relação a aids, e os consequentes processos de estigmatização, possui relação com a associação da doença com a perspectiva da homossexualidade como desvio, elemento fora da ordem. Assim, a noção de impureza como algo que oferece perigo ao padrão estabelecido promoveu justificativas para a construção de narrativas sobre o contágio, ainda que o conceito de transmissão não fosse ignorado.

A visão de que os homossexuais eram perigosos porque traziam a ameaça de contágio da Aids, portanto, consistia em ataque à sua identidade e reforço da marginalização da sexualidade e da homossexualidade, através de uma acusação simultânea da sexualidade e da doença. Para Eribon, através das definições coletivas, a sociedade determina um lugar estigmatizado para os homossexuais que é marcado pela injúria, elemento de afirmação externa do que o indivíduo é. Essa marginalização teria sido reforçada pela Aids, acoplando um novo elemento, uma doença mortal, às práticas sexuais consideradas desviantes (VIANNA, 2014: 43).

Com essa exposição, pretendemos indicar a História das Doenças como uma via de acesso às racionalidades dos momentos históricos nos quais as doenças foram discutidas. As questões sociais, culturais e políticas oferecem o contexto de produção dos discursos e também das direções para as intervenções propostas. Destacamos principalmente os apontamentos dos autores citados em relação aos grupos específicos associados às predisposições aos adoecimentos. Tal processo está intimamente relacionado aos estigmas e exclusões sociais constituídos sobre os vieses justificadores dos discursos religiosos e, posteriormente, às concepções científicas. No caso da aids, conforme apontado, a junção dos dois elementos esteve presente na capilaridade do medo da população apontada como grupo de risco, em um sentido epidemiológico, e foco de perigo em suposições preconceituosas.

### **3.2 Desvio sexual e caráter**

O final da década de 1970 e a década de 1980 foram marcados por movimentos que acompanharam o processo de redemocratização do Brasil. Assim, a reorganização do país

possibilitou a ebulição de reivindicações sociais, entre elas aquelas relacionadas à despatologização da homossexualidade (CARNEIRO, 2015). A 6ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID), em 1948, incluiu o “homossexualismo” na subcategoria desvio sexual (320.6), na Categoria 320 “personalidade patológica” (LAURENTI, 1984). Na 8ª Revisão, em 1965, o homossexualismo foi incluído na Categoria Desvio e Transtorno Sexual (302), com uma subcategoria definida como Homossexualismo (320.0). A 9ª Revisão, em 1975, acompanhou os primeiros movimentos expressos em direção à despatologização.

De acordo com Carneiro (2015), a partir deste momento, os médicos que continuaram utilizando as categorias passam a sofrer ataques de outros médicos e psicólogos. Além desse campo de práticas e estudos, os ativistas homossexuais impactaram no processo de despatologização. No Brasil, é possível dizer que o plano internacional impactou decisivamente na reorganização dos usos das categorias. Entretanto, esse não foi um acontecimento pacífico. Os seguintes documentos demonstram essa disputa e o uso das classificações para embasar discriminações: o primeiro é uma reivindicação do grupo Outra Coisa, identificado como homossexualista e lésbica-feminista direcionado ao governador de São Paulo Franco Montoro, na Folha de São Paulo em 1982; o segundo consiste em uma cópia catalogada pelo Centro de Informação da Polícia Federal de uma matéria publicada no jornal *Correio de Notícias*, em 1984, escrita por Ciro Ludgero, identificado como um advogado e clérigo da Igreja Mórmon; e o terceiro, uma “Carta aberta dos homossexuais aos brasileiros”, produzida pelo mesmo grupo Outra Coisa em 1984.

A reivindicação do grupo Outra Coisa foi produzida por meio do Encontro das Entidades Civis no jornal *Folha de São Paulo*, em 09/12/1982, e posteriormente publicada no *O Jornal* em 29/12/1982.

Pedimos ao sr. Governador que ordene ao Secretário da Segurança Pública o fim da repressão e prisão arbitrária de homossexuais feitas pelas polícias civil e militar em razão de sua sexualidade específica, mas alegando motivos outros como, falta de registro em carteira de trabalho, atentado à moral pública e aos bons costumes, etc. Essas prisões dão-se mais frequentemente através de batidas policiais ilegais e ferem o artigo 153§12 da Constituição Federal que diz: "Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente." As batidas são geralmente ordenadas pela Seccional Centro de Polícia (comandada pelo delegado titular Wilson Richetti) e realizadas pelos distritos policiais que cobrem o centro da cidade. Ex.: o 4º Distrito Policial. 2) Solicitamos ao sr. Governador Franco Montoro determinar ao seu Secretário de Saúde que peça ao Ministério da Previdência Social a imediata exclusão do parágrafo 302.0. do Código de Saúde do INAMPS que rotula o homossexualismo como "desvio e transtorno sexual". Este código é idêntico em todos os seus parágrafos ao Código de Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) e reconhecidamente anacrônico e anti-científico no tocante à homossexualidade. Prova disso é que vários países da Europa e Estados Unidos da América já excluíram o parágrafo. 302.0. de seus códigos de saúde nacionais. O PMDB posicionou-se oficialmente contra ele através do Jornal "Folha de São Paulo" de 14 de junho de 1982 na coluna "PALANQUE - O homossexual e a lei". Por essa razão

solicitamos aos políticos eleitos do PMDB (vereadores, deputados estaduais e federais, senadores e presidente do partido) enviarem cartas de protesto ao ministro da Previdência Social e fazerem pronunciamentos nas tribunas, exigindo a exclusão do referido parágrafo do Código de Saúde do INAMPS. Fim da discriminação ao homossexual no trabalho nas repartições públicas, órgãos e empresas estatais e escolas de âmbito estadual e municipal. Os homossexuais, se identificados, são reprovados no recrutamento e seleção e caso já estejam trabalhando tem suas promoções dificultadas (TOSTA, 1982, apud ARQUIVO NACIONAL, 1984: 45-46).

Os três pontos levantados pelo Grupo fornecem informações sobre a vivência do homossexual em um contexto de patologização e de associação com desordem moral. Expressam a experiência da vigilância policial e do uso dos dispositivos das leis como base para a repressão. Em seguida, apontam para o anacronismo da classificação da homossexualidade como desvio e transtorno sexual e solicitam a exclusão da categoria nos documentos do INAMPS. Por fim, apontam a vivência de discriminações no âmbito do trabalho. Nesse ponto da exposição dos documentos, interessa apontar para os diferentes, mas complementares, dispositivos utilizados nas discriminações. Sendo assim, a vigilância policial infundada pode justificar-se por classificações médicas que indicam condutas consideradas anormais. Do mesmo modo, o preconceito em uma repartição pública pode encontrar respaldo nas ações policiais que identificam os homossexuais como desordeiros que atentam contra a moral.

Segundo Facchini (2003), o primeiro movimento homossexual no Brasil, definido através de um projeto político, foi o grupo SOMOS em 1978 na cidade de São Paulo. Antes dessa iniciativa outros grupos existiram, entretanto, estes delinearão suas ações nos próprios guetos, fomentando a sociabilidade entre os homossexuais, mas com pouca iniciativa política. MacRae (1985, apud FACCHINI: 2003) comenta a tentativa de João Silvério Trevisan na organização de um grupo em 1976. O grupo foi dissolvido em poucas semanas. Já em 1978, o boicote ao jornal *Lampião da Esquina*<sup>2</sup>, reuniu 15 ou 20 pessoas que debateram a questão do jornal e outros relevantes para a vivência homossexual no Brasil. A primeira aparição pública do grupo se deu através de uma carta endereçada ao sindicato dos jornalistas assinada com o nome provisório: Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais. Em dezembro de 1978, o grupo foi rebatizado passando a ser conhecido como SOMOS - Grupo de Afirmação Homossexual.

Em 1980, o SOMOS passa por mudanças internas que o desmembraram em três grupos: o SOMOS, o Grupo Lésbicas-Feminista, depois conhecido como GALF - Grupo de Ação Lésbicas-Feminista, e o Grupo de Ação Homossexualista, posteriormente alterado para

---

O jornal *Lampião da Esquina*, publicado entre 1978 e 1981, promoveu visibilidade para questões sociais e políticas relacionadas à vivência dos homossexuais. Sua proposta foi estabelecer espaço de publicidade para essas temáticas, ampliando o debate anteriormente restrito aos "guetos". Além disso, de acordo com Silva e Farias (2021), o jornal ocupou a lacuna existente na imprensa comum que pouco projetava os anseios da população homossexual. Nesse sentido, o *Lampião* explicitava a imagem estigmatizada dos homossexuais referidos em outras mídias através da perspectiva do desvio dos "bons costumes", destacando a visão do próprio grupo na direção da luta contra o preconceito e estigmas.

Grupo Outra Coisa. As mudanças ocorreram por divergências na condução do grupo e nos tipos de ações que deveriam seguir. Apesar disso, os três grupos mantiveram relações em ações políticas compartilhadas, como aponta Facchini:

Após a “racha”, a campanha contra o delegado Richetti voltou a reunir os fragmentos do SOMOS, e os movimentos feminista e negro, num ato público realizado em frente ao Teatro Municipal, no final da tarde de 13 de junho de 1980, que seguiu em passeata pelas ruas do centro. Em paralelo a isso, o grupo Outra Coisa se aliava ao Libertos e ao Eros, formando o Movimento Homossexual Autônomo. Passada a efervescência produzida pelo ato, a relação entre os fragmentos do SOMOS volta a se deteriorar (FACCHINI, 2003: 92)

O Grupo Outra Coisa manteve sua participação política discutindo e atuando em temas como a violência, temas ligados a homossexualidade, participação democrática e foi o primeiro grupo a divulgar informações sobre a aids, em julho de 1983 (FACCHINI: 2003). O grupo encerrou suas atividades em 1984 por problemas financeiros e falta de interesse dos militantes na continuação das atividades do movimento.

Passando para o segundo documento citado, de 1984, percebemos a promoção da lógica da patologização em funcionamento, confirmando a disputa entre as narrativas:

1. Através de publicação no jornal "CORREIO DE NOTÍCIAS", CIRO LUDGERO, advogado e clérigo da IGREJA MÓRMON, levou seu protesto contra os meios de comunicação social que abordam o "homossexualismo como ato perfeitamente normal e com naturalidade."
2. O autor explica que "Ainda há poucos dias vimos a polêmica que se criou em torno de confidências de alguns homossexuais, de nossa cidade no vídeo de milhões de TVs, espalhados por todo o mundo, foram observadas pessoas que se apresentaram insinuando a homossexualidade (quando não a confessando e aliciando abertamente, como foi o caso de um programa de uma apresentadora muito conhecida no Brasil), em horários que adolescentes e mesmo crianças são expressivos em termos de audiência". 2.1. "Homens com vozes e gestos femininos e mulheres com características masculinas, alcançam horários de grande audiência, sendo muitas destas programações dirigidas à dona de casa. Revistas com filmes exaltando o fenômeno são oferecidas ao público sem a menor reserva".
3. Conforme CIRO LUDGERO, “as leis são cada vez mais inócuas para conterem essa verdadeira promoção dos desequilibrados sexuais, dos ídolos da juventude tidos, inclusive, como intelectuais que assumem publicamente a sua condição homossexual numa autêntica apregoação". 3.1. "Os resultados de tanto desequilíbrio, em termos de sexualidade, podem ser medidos pelo índice de separações no lar, pela propagação de doenças venéreas". 3.2. "A perda do sentimento comunitário e cívico tornam-se cada vez mais evidentes, abrindo com isso as portas a toda espécie de exploração, colocando aqueles indivíduos à mercê desses falsos valores, que vão sendo, inclusive, tolhidos em sua liberdade" (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1984: 3).

O texto retrata o uso da patologização como justificativa para impedir aparições em programas televisivos. A ideia de anormalidade embasa o argumento de que os homossexuais não deveriam ocupar espaços de visibilidade, dada a possibilidade de influenciarem

adolescentes e crianças. Há ainda a associação entre homossexualidade, desequilíbrio homossexual e desorganização familiar e cívica. Destaca-se também a menção às doenças venéreas como resultado do desequilíbrio relatado. O documento está disponível no acervo digital do Arquivo Nacional. A fotocópia indica que foi catalogada no ano da publicação pelo Centro de Informação do Departamento de Polícia Federal.

O grupo “Outra Coisa”, representado pelo jornalista Antonio Carlos Tosta, apresentou a Carta dos Homossexuais aos Brasileiros no *II Ciclo de Estudos: Movimentos Sociais e Movimentos Populares* que ocorreu nos dias 09 e 10 de outubro de 1984 em São Paulo. Foi promovido pela Secretaria de Estado da Promoção Social (SEPS). Segundo o documento disponível no acervo digital do Arquivo Nacional, o objetivo do evento foi “proporcionar aos participantes um conjunto integrado de conhecimento sobre os Movimentos Sociais e Populares existentes, que favoreçam o melhor desempenho ao nível de atendimento à clientela acolhida nas Unidades da SEPS” (ARQUIVO NACIONAL, 1984: 2). Nesse contexto, o seguinte trecho da carta, que já havia sido apresentada em outro evento no mesmo ano, foi lido pelo jornalista:

Como reivindicação prioritária do Movimento Homossexual Brasileiro, exigimos que o Ministério da Saúde decrete imediatamente a extinção em todo o território nacional do Código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças, que de maneira antiquada e anti-científica rotula o homossexualismo como desvio e transtorno sexual. Tal reivindicação conta até o presente com o apoio não só de três das mais importantes associações científicas, como também de 308 políticos (do Governador de S. Paulo, Vice-governador do Rio de Janeiro a centenas de parlamentares dos principais estados e de todos os partidos nacionais), e de mais de 16 mil cidadãos que assinaram o documento contra o famigerado Código 302.0 e contra toda manifestação de preconceito e discriminação anti-gay. A segunda reivindicação, igualmente prioritária, e também referendada pelos mesmos signatários acima mencionados, é que seja aprovada uma lei que garanta a livre opção e expressão sexual dos cidadãos, punindo a discriminação sexual da mesma forma como deve punir a discriminação racial. Chamamos atenção para que façam cumprir a Constituição, no que se refere à garantia da igualdade de direitos de todos os cidadãos brasileiros, sendo, por conseguinte, intolerável e anti-constitucional a diuturna discriminação social sofrida pelos gays de ambos os sexos no que se refere ao trabalho, admissão em estabelecimento de ensino, progressão funcional, etc. É absolutamente intolerável a discriminação anti-gay praticada pelo Exército, Diplomacia e Polícia no Brasil. É também abominável a intolerância da Igreja Católica e demais religiões em relação aos homossexuais considerando que grande parte da responsabilidade histórica para tal violência originou-se na moral judaico-cristã imposta pelo clero, cumpre que este mesmo clero atualize-se no campo da moral-sexual, deixando de estigmatizar os homossexuais e as outras expressões de prazer sexual não procriativo (OUTRA COISA, 1984, apud, SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1984: 42-43).

A carta em muitos aspectos retoma as reivindicações do documento de 1982, o que pode indicar insistência para que os assuntos sejam considerados importantes e urgentes. Em relação à classificação do CID há avanços com o apoio de políticos e de signatários da sociedade civil. A carta também aborda o papel da Igreja no fomento a discriminações embasadas na moral judaico-cristã. Dessa forma, o texto apresenta dois movimentos,

representados pela ciência e pela Igreja, que direcionam discursos capazes de conferir à homossexualidade o sentido do desvio.

Em ambos os textos, o grupo Outra Coisa menciona discriminações ocorridas nos ambientes de trabalho. A pesquisa no acervo digital do Arquivo Nacional sobre homossexualidade na década de 1980 resultou em achados que corroboram que a orientação sexual considerada desviante motivou demissões ou, no mínimo, reclamações de outros funcionários. Importante notar que até este ponto não há menção sobre a Aids. Dessa forma, as demissões são fruto de uma história de discriminações e possivelmente pelos discursos que identificava a homossexualidade como um desvio e transtorno sexual. O primeiro caso é de uma denúncia feita ao Serviço Nacional de Informações (SNI) contra um servidor do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico:

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA CENTRAL	
Huyze	
INFORME Nº <b>03838</b> /42/AC/82	
DATA	: 14 DEZ 82.
ASSUNTO	: ATIVIDADES DE JONAS PEREIRA DA SILVA.
AVALIAÇÃO	: B-3.
DIFUSÃO	: SC-1.
<p>JONAS PEREIRA DA SILVA, natural da PARAÍBA, SDQ, ex-funcionário da SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE (SUDECO), atualmente servidor (técnico) do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, supostamente homossexual e elemento de esquerda, vem articulando a criação de grupos de agitação de tendência esquerdista, no âmbito do órgão em que trabalha.</p>	

Arquivo Nacional, 1984

A denúncia é motivada por duas questões: a suposta homossexualidade e envolvimento com movimentos de esquerda. O documento conta com o parecer do órgão que investigou tais informações. Concluíram que as referências do servidor, oferecidas por colegas do trabalho, não confirmavam a denúncia. Assim, associam a boa conduta relatada pelas pessoas contatadas como incompatíveis com a homossexualidade e/ou com o envolvimento com a esquerda:

As pesquisas realizadas pela ASI/CNPq junto a Chefes e companheiros do nominado, não confirmaram, o constante no referido telex. Ao contrário, todas as informações obtidas ressaltam uma conduta profissional muito boa: ótimo técnico, muito cioso de suas obrigações, defensor veemente de suas ideias, prestimoso e colaborador. Quanto à sua conduta pessoal, no âmbito do CNPq, também são boas as referências: bom companheiro e bom espírito de cooperação. Por vezes, reúne-se, além das horas de expediente, com companheiros do Trópico Úmido, para discutir assuntos pertinentes àquele programa, do qual foi assessor. A ASI/CNPq ligou-se ainda com a DSI do Ministério do Interior que, após pesquisas realizadas junto à SUDECO, junto aos Srs. PAULO DANTE e ROBERTO CAVALCANTE, com quem o nominado teve ligações funcionais, confirmaram suas qualidades



profissionais e também não foi apurado que pudesse constituir indícios de uma possível atuação do nominado em atividades esquerdistas (SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1984: 5)

A partir do documento não é possível afirmar que a averiguação realizada também se preocupou com a suposta homossexualidade do servidor. Entretanto, demonstra que a homossexualidade estava sob vigilância a ponto de ser mencionada em uma denúncia contra a conduta de alguém. Em outro caso, ocorrido em 1984, o Diretor Regional do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) é denunciado e sua conduta considerada imprópria é expressamente associada com a homossexualidade:

Acreditamos que o senhor não tenha conhecimento do que se passa na Diretoria Regional do DENTEL de Belém: O Diretor Regional Dr. ROBERTO sã duas coisas sabe fazer com perfeição: uma é ameaçar os funcionários e a outra é ser homossexual.

Não vamos citar muitas aberrações porque o tempo é pouco.

Comprou uma Geladeira para rifar, obrigando os funcionários a passá-la e aqueles que não conseguiram passar todos os números eram obrigados a comprá-los, porque caso contrário, sendo Chefes de Seção perderiam a Chefia e os que não tivessem Chefia poderiam ser colocados no SID. Essas ameaças ele fez com a maior cara de pão, reunindo todo o pessoal, não teve nem a decência de usar outros métodos. Ainda mais por ser Rifa proibida em Repartição.

A mordomia dele é a melhor possível para um Diretor Regional, chega ao ponto de não comprar nem um rolo de papel higiênico, sai do DENTEL desde o material de limpeza, de tudo, nada ele quer comprar.

Desconfiamos que até luz e água dele o DENTEL paga.

Quanto aos seus romances, não satisfeito com os escândalos que deu na cidade de Manaus, ainda trouxe o seu amante para morar na Diretoria, fazendo-o às vezes de Fiscal do DENTEL ou Segundo Diretor.

O pior está para acontecer, pois ele se invocou por um Engenheiro do DENTEL; o rapaz não sabe mais o que fazer para se sair do Dr. Roberto, sua única esperança é o amante saber e fazer aquele escândalo para o Engenheiro se livrar dessa situação horrível.

Se tivéssemos no momento uma máquina fotográfica, lhe mandaríamos a pose do Diretor Regional de biquini com o seu amante na praia do Mosqueiro, coisa digna de manchete de primeira folha de jornal.

Era o que tínhamos a esclarecer e aguardar suas providências, para resguardar o bom nome do DENTEL.

Arquivo Nacional, 1984

Nesse recorte, o enfoque na sexualidade do diretor é o que mais chama atenção. Citada como argumento para a reclamação e também como ofensa, a vivência sexual é adjetivada como escândalo. A denúncia foi direcionada ao chefe do Serviço Nacional de Informações da agência de Belém. A agência responde que a homossexualidade do diretor era do conhecimento dos órgãos de informações da área e que as demais reclamações não puderam ser confirmadas, tendo em vista a ausência de pessoas confiáveis no DENTEL. Não há menção a punições ou advertências, ainda que confirmem a informação da homossexualidade do diretor, incluindo a informação de que este reside com o “jovem que trouxe de Manaus” (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1984).

O último caso de denúncia nos órgãos públicos, de 1984, recebeu o seguinte título:

“Denúncia pública de corrupção no Departamento de Estradas de Rodagem contra o ‘gay’ Darcy Deitos por corrupção e falta de moral” (SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES, 1984). Inicialmente, o autor da denúncia aponta para o acúmulo de cargos do denunciado que totaliza quatro: diretor administrativo, diretor financeiro, economista e tesoureiro. A informação é seguida da pergunta “Não são muitos empregos para um ‘gay’ corrupto? e os desempregados?”. Importante destacar que a denúncia é sobre corrupção, apesar disso, a ênfase sobre a sexualidade parece indicar que a visão do denunciante sobre a homossexualidade é baseada em uma estratificação capaz de delimitar as possibilidades de existência do sujeito homossexual.

Em outro ponto, o denunciante informa que Darcy iniciou campanha política utilizando recursos advindos dos seus cargos públicos. Então indaga “Outros políticos terão as mesmas facilidades e regalias? É justo? É honesto? É decente? Gay não tem vergonha. Não tem medo de nada ou está protegido. Por quem?”. O trecho exemplifica a ideia de que a homossexualidade, enquanto desvio, impacta na determinação do caráter. Assim, não ter vergonha é uma consequência do ser gay.

O objetivo da exposição das denúncias foi demonstrar que os argumentos remetiam à noção de que a homossexualidade correspondia a uma falha moral e que era objeto de vigilância e incômodo. Antes disso foi realizada uma exposição sobre os movimentos contra a classificação da homossexualidade como desvio e transtorno sexual, e também de discursos que utilizaram a mesma classificação para reclamar da presença de homossexuais na mídia. Assim, a hipótese levantada é que as discriminações foram consequência de uma história de patologização, mais recentemente empreendida pela inclusão na Classificação Internacional de Doenças.

Demonstrar que a doença, enquanto fenômeno social e delimitado no tempo, influencia nos processos de estratificação social, tornando corpos mais suscetíveis ao adoecimento é um dos objetivos deste trabalho conforme explanado na introdução. Assim, pensar no adoecimento pela Aids, enfocando na classificação da homossexualidade como grupo de risco, significa pensar nos processos de vulnerabilidade e vulneração (SCHRAMM, 2006) que acompanha os processos de discriminação anteriores ao aparecimento do vírus HIV.

Importante contextualizar o SNI, órgão responsável pela vigilância apresentada nos documentos. De acordo com Quinalha (2017), as tecnologias repressivas utilizadas no período da ditadura militar também foram capazes de irradiar regras em relação às sexualidades. Sob a perspectiva da defesa da moral e dos bons costumes, condutas foram apontadas como inaceitáveis. O autor esclarece que a discussão política pautada na moralidade não foi inaugurada nesse período. Apesar disso, cita a Comissão da Verdade que corroborou a insensibilização do controle de grupos considerados socialmente perigosos durante a ditadura civil-militar.

A estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964 contou com os discursos sobre moralidade e defesa dos bons costumes (QUINALHA, 2017). Para o autor, a defesa das famílias, tradições e promoção dos valores cristãos foram temas que fomentaram o movimento repressivo contra setores classificados como indesejáveis e considerados como ameaçadores à ordem moral e sexual hegemônica.

Assim, as elites militares que capitanearam o golpe, com o apoio decisivo de setores civis, não demoraram a catalisar esse sentimento reacionário difuso em discurso coeso capaz de justificar ideologicamente o novo regime em perfeita sintonia com as demandas por mais segurança, solidez das tradições e respeito à ordem que se estava perdendo ao longo do tortuoso caminho do desenvolvimento. O discurso marcadamente anticomunista, em prol da segurança nacional, apresentou-se em perfeita congruência histórica com a ânsia conservadora pela preservação da família e dos valores cristãos (QUINALHA, 2017: 26-27).

O conteúdo dos Atos Institucionais instaurados no período demonstra a inclusão da moralidade lado a lado às questões econômicas e políticas. Por exemplo, o AI-1, fixado como norma em 9 de abril de 1964, indica a tarefa de “reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil” (QUINALHA, 2017: 27). Sendo assim, observamos o uso dos instrumentos de governabilidade não apenas voltados para os aparatos do Estado, mas também atentos aos costumes do povo brasileiro. No cenário da ditadura civil-militar, a reconstrução moral foi legitimada como objetivo do Estado. O AI-5, de 13 de dezembro de 1968, considerado o mais duro dos atos, outorgou a necessidade de preservação de uma “autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições do nosso povo, na luta contra a corrupção” (QUINALHA, 2017: 27). O autor observa que o modelo de “democracia” imposto não era apenas ocidental e capitalista, mas que os desígnios cristãos estavam presentes na estipulação dos grupos considerados subversivos e socialmente perigosos. Com isso, o regime “precisaria estar permanentemente alerta contra os riscos criados e alimentados por conspiradores de fora e de dentro das fronteiras nacionais” (QUINALHA, 2017, p. 28).

Quinalha (2017) também reflete sobre as dimensões dos aparatos repressivos. O autor aponta que a responsabilidade sobre a vigilância e repressão dos subversivos não esteve centralizada em único órgão estatal. A estrutura repressiva foi estabelecida a partir de diferentes pontos, modificando-se com o tempo, e acompanhando as mudanças ocorridas na elite civil e instituição militar.

Polícias políticas e judiciárias, comunidade de segurança, sistemas de espionagem e vigilância, órgãos de censura e de propaganda política, além do julgamento sumário dos supostos corruptos foram algumas das principais estruturas de que se valeu a burocracia estatal para conformar o já referido “projeto repressivo global”. O fato de não haver um único órgão capaz de centralizar o controle dos dissensos acabou levando a uma multiplicidade de organismos e agências estatais dedicados a essas tarefas. Um grande desafio, para a continuidade do regime, passava necessariamente por articular esses órgãos repressivos de modo a diminuir as tensões entre eles e potencializar as ações conjuntas (QUINALHA, 2017: p. 29).

Nesse cenário, um conjunto hierarquizado de órgãos setoriais de informação forneceu assessoramento ao presidente juntamente ao Alto Comando das Forças Armadas. Trata-se do Serviço Nacional de Informações (SNI), fundado em 1964. Seu objetivo era coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contra-informação e a informação sobre questões de subversão interna” (COUTO, 2003: 66, apud OLIVEIRA, 2012: 40).) De acordo com Oliveira (2012), a estrutura do aparato repressivo no Brasil foi constituída pelos seguintes órgãos:

SNI, as DSIs (Divisão de Segurança e Informações), as ASIs (Assessorias de Segurança e Informação), o CIEx (Centro de Informações do Exterior do ministério de Relações Exteriores), os Serviços Secretos do Exército, Marinha e Aeronáutica (E-2, M-2, A-2), o Centros de Informações e Segurança do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (CIE, CISA e CENIMAR e seus respectivos adidos), além dos diversos departamentos de repressão espalhados pelo país, a exemplo do DOPS e do DOI-CODI (OLIVEIRA, 2012: 40).

Desse modo, podemos observar o lugar de destaque conferido ao SNI no aparato institucional. O Senado Federal deveria aprovar a nomeação do chefe do SNI e, a partir de então, essa figura recebia o *status* de superministro (OLIVEIRA, 2012). O órgão contava com uma agência central localizada em Brasília e doze agências regionais. Segundo Oliveira (2012), o SNI foi estabelecido sob plena autonomia administrativa e independência em termos de jurisdição. A autora refere-se ao órgão como “ministério do silêncio” dada suas características institucionais e também em relação às suas funções na estrutura repressiva. Exemplo disso é que o SNI mantinha informações codificadas que assim permaneciam nas trocas de governantes.

Ressalte-se, ainda, que o monopólio do conhecimento e o sigilo garantem um poder que permite a manipulação política. Em se tratando de um órgão de informação ligado à segurança, o sigilo, e portanto o insulamento e o poder, tornam-se ainda maiores (OLIVEIRA, 2012: 42).

A montagem do SNI foi encabeçada por Golbery de Couto e Silva, nomeado chefe do órgão criado três meses após o golpe. Segundo Fico (2007), Golbery foi assessorado por consultoria norte-americana na delimitação do SNI. A frase “criei um monstro” é citada por Fico (2007) como de autoria do militar. O SNI ganhou força com a posse de Costa e Silva em 1967, período marcado pelo recrudescimento das punições e processos de vigilância dos subversivos, contexto no qual o órgão angariou lugar de destaque (FICO, 2007). Sob o governo de Costa e Silva, o Conselho de Segurança Nacional ampliou as atribuições do SNI. O processo culminou na estruturação de uma vasta rede de espionagem (FICO, 2007). O lugar da rede de espionagem no contexto da ditadura pode ser demonstrado pela instauração da Escola Nacional de Informações (EsNI).

O SNI chegou a ter 2.500 funcionários, mas também contava com colaboradores espontâneos ou remunerados. 15 Em 1971, foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), a partir da experiência de países como

Estados Unidos, Alemanha, Israel, França e Inglaterra. O estabelecimento pretendia formar espiões civis, para que o SNI se transformasse, aos poucos, numa agência como a norte-americana CIA, mas isso nunca chegou a bom termo – aspecto, entre outros, que demonstra o caráter preponderantemente militar da ditadura ultimamente chamada de “civil-militar”. Cerca de 120 pessoas passavam anualmente pela escola, noventa das quais, aproximadamente, eram funcionários públicos civis selecionados em seus ministérios (FICO, 2007: 168-169).

No tocante ao seu funcionamento, o SNI produziu grande quantidade de normas criteriosas, relatórios e documentos. Segundo Oliveira (2012), a farta produção excedia o objetivo de trocas de informações e também edificava um sistema norteador de ações políticas na direção de elementos ideológicos específicos. Cabe lembrar que de acordo com Quinalha (2017), o aparato de vigilância também delimitou como alvo as vivências de sexualidades contrárias ao modelo imposto como norma no período da ditadura. Sendo assim, denúncias contra funcionários homossexuais foi uma prerrogativa adotada pelo SNI, conforme mostraremos neste capítulo.

O Sistema Nacional de Informações, criado em 1964, tinha propósitos mais modestos quando se converteu, a partir de 1967, no ponto de centralização e comando de uma ampla rede de espionagem. A vitória da chamada linha-dura, representada pela decretação do AI-5, fez com que a espionagem passasse a atuar a serviço dos setores mais radicais, divulgando as avaliações que justificavam a escalada e a manutenção da repressão”. Isso é bastante visível no caso das informações produzidas sobre atentados à moral e aos bons costumes, sempre acompanhadas do clamor por mais censura e por atuação mais rigorosa dos órgãos de segurança (QUINALHA, 2017: 31)

Ainda citando o estudo de Oliveira (2012), o SNI extrapolou o funcionamento de um órgão burocrático voltado para instauração de normas. De acordo com ela, o SNI envolveu-se com atentados a bombas, incêndios a bancas de jornais e até mesmo em casos de assassinato. Mas considerando sua posição de destaque na estrutura do governo, a inimizabilidade marcou o funcionamento do órgão. Citando Couto (2003), Oliveira (2012) aponta que o SNI tornou-se “um poder político de fato, paralelo ao Executivo”, atuando como “polícia política, com plena liberdade de ação após o enrijecimento do regime nos governos Costa e Silva e Médici”.

O final dos anos 1970 e a década de 1980 foram marcados pelos processos de redemocratização dos países da América Latina (TEIXEIRA DA SILVA, 2007). De acordo com o autor, é possível assinalar semelhanças entre esses movimentos com outros processos relevantes no panorama mundial. Ele cita a ascensão de Jimmy Carter nos Estados Unidos em 1976 e Mikhail Gorbachev no Leste Europeu em 1985. Apesar dos cenários distintos, alguns aspectos foram refletidos na redemocratização do Brasil. São exemplos: crítica ao domínio de um partido oficial, ou uma instituição que exerça função similar; diminuição do controle exercido pelo Estado no campo da economia; estabelecimento da liberdade de expressão e organização de canais para denúncias de ações repressivas pelas polícias políticas (TEIXEIRA DA SILVA, 2007). Além disso, destaca-se a promoção das discussões sobre Direitos Humanos

no contexto norte-americano que propiciou novos espaços para grupos de oposição no Brasil e no continente. Silva (2007) assinala que a resistência de grupos oposicionistas esteve presente desde os primeiros momentos da ditadura civil-militar. Assim, as mudanças nos planos internacionais reforçaram e fortaleceram a atuação dos movimentos civis.

Somada aos acontecimentos do cenário internacional, a redemocratização no Brasil contou com suas próprias especificidades. A abertura política do Brasil, entre 1975 e 1985, liderada por Geisel e Golbery, esteve relacionada com a oposição civil crescente. Se em um primeiro momento, os militares receberam apoio massivo de parcelas da população, tal aceitação da repressão diminuiu com o passar dos anos e com as informações referentes às ações repressivas (TEIXEIRA DA SILVA, 2007). Desse modo, a classe média que havia apoiado o golpe foi influenciada por uma forte propaganda da mídia e da Igreja Católica contrária às cassações e repressão aos sindicatos trabalhistas. Os recursos oriundos dos Estados Unidos e Alemanha Ocidental destinados a propaganda anticomunista não foi suficiente para estancar a crise. Além disso, ações não partidárias que reuniam estudantes, intelectuais e líderes trabalhadores que ocuparam as ruas entre 1966 e 1968 já deflagrava as revoltas com a ditadura. Em 1974 a vitória do partido MDB, único partido autorizado a compor oposição política durante o regime militar, representou uma expressão significativa da insatisfação instaurada (TEIXEIRA DA SILVA, 2007).

Entre o período de 1974 e 1979, Geisel e Obery deveriam organizar a volta aos quartéis de um modo lento e processual, enquanto o regime militar ainda possuía força e algum prestígio (TEIXEIRA DA SILVA, 2007). A iniciativa da abertura política objetivava que o controle do processo permanecesse sob o controle dos militares. Entre os objetivos destaca-se o veto a atores políticos e partidos anteriores a 1964, e a incorporação de uma nova Constituição que não passasse pelo crivo de uma Assembleia plena e soberana (TEIXEIRA DA SILVA, 2007).

Um pouco mais tarde, contudo, com as sucessivas vitórias eleitorais da oposição em 1976 e 1979, bem como a onda de atentados praticados pelos bolsões radicais, porém sinceros e que culminariam no atentado do Riocentro, em 1981, e na consequente demissão de Golbery e, enfim, na doença de Figueiredo, em 1983, a iniciativa, numa segunda fase do processo de abertura, passaria das mãos do poder militar para a sociedade civil, ensejando as grandes mobilizações de massa para a campanha das Diretas Já ou da eleição de Tancredo Neves, com o governo perdendo a iniciativa das reformas (TEIXEIRA DA SILVA, 2007: 389).

O cenário que envolvia o SNI alterou-se no governo de Ernesto Geisel, em 1974, quando ele promoveu mudanças visando a distensão política (OLIVEIRA, 2012). Isso significou um processo lento de abertura que visava a defesa contra movimentos de esquerda e também

proteção aos militares na passagem do poder aos civis. Nesse contexto, o SNI representava uma ala das Forças Armadas resistente a tais mudanças. A abertura gradual empreendida precisava que o órgão voltasse a exercer funções burocráticas e que seus excessos fossem reprimidos (OLIVEIRA, 2012). A década marcou o esvaziamento gradual do órgão que culminou em sua desmontagem no governo civil de José Sarney em 1985.

### **3.3 Comportamento de risco e estigma na epidemia da Aids**

As atuais concepções sobre saúde indicam a relação entre estado de bem estar e a liberdade. A noção de saúde como ausência de doença dá a lugar à ideia de que a autodeterminação livre também é fundamental para um estado saudável. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 1986, expressa os novos objetivos e desafios relacionados à expansão da noção de saúde. O relatório final da Conferência indica que o exercício do direito à saúde implica em trabalho em condições dignas, alimentação para todos, moradia digna e higiênica, educação e informação plenas, direito à liberdade, à livre organização e expressão, e outros aspectos relacionados ao meio ambiente, transporte, lazer e participação popular (BRASIL, 1986).

Dessa forma, os agentes dos processos de saúde-doença são também sociais e culturais, tendo em vista que as condições de vida impactam no grau de vulnerabilidade dos corpos. Assim, o fenômeno do adoecimento é precedido pela situação de vida, pelo lugar ocupado pelo sujeito que adoce na relação com o espaço e na relação com os outros. Nesse cenário, a liberdade é promotora de saúde por proporcionar a autodeterminação dos sujeitos, permitindo a busca pela qualidade de vida e a recusa dos elementos capazes de destituir o bem estar. Há ainda uma dimensão psicológica relacionada à satisfação de ser quem se é e de buscar felicidade a partir da própria óptica de vida, sem censuras ou punições.

Apesar do que está preconizado nas políticas públicas, a realidade brasileira é marcada por desigualdades que limitam o exercício da liberdade. Segundo Berger (1986), o campo de possibilidades determinado pela localização de um sujeito no interior de um território refere-se ao processo de estratificação social. Assim, alguém é livre para agir, pensar e se relacionar desde que não ultrapasse os limites estabelecidos no nascimento. De acordo com o autor, o controle social é praticado pelos limites impostos pela classe social que coage e interfere na liberdade do sujeito, e em última medida pelo uso da violência. Sendo assim, a localização em um ponto no mapa prediz o que o sujeito pode almejar e também o que ele precisará vencer na intenção de modificar sua situação.

A partir dessa perspectiva, os processos de adoecimento podem ser pensados considerando a localização do sujeito e a sua capacidade de autodeterminação. As limitações nesses cenários, promovidas pela estratificação, podem definir o grau de vulnerabilidade de

determinado grupo. No contexto dos estudos bioéticos, mais especificamente da Bioética de Proteção, Schramm (2006) diferencia vulnerabilidade de vulneração. Para o autor, a vulnerabilidade indica a possibilidade de qualquer ser vivo ser ferido. O termo adquire caráter universal apesar do fato de que nem todos serão objetivamente feridos. Assim, propõe o uso do termo “vulneração” para falar sobre os casos em que a vulnerabilidade se concretiza e não apenas aparece como potencialidade.

Os processos de saúde-doença em um contexto de desigualdade podem ser pensados a partir da ideia de vulneração como a concretização de situações sociais capazes de impactar no adoecimento ou na impossibilidade de preservar ou promover práticas de saúde. A epidemia da Aids é um exemplo de um processo de adoecimento advindo de um agente adoecedor que atingiu majoritariamente determinados grupos, ainda que houvesse a potencialidade de atingir qualquer pessoa. Sendo assim, contingências determinaram a vulneração de alguns grupos e a vulnerabilidade de toda a sociedade.

Uma das formas de transmissão do vírus HIV é pela relação sexual. Assim, o adoecimento que pode resultar do contato com o vírus é atravessado também pelas regulações da sexualidade, e esta relacionada às questões culturais que definem em determinada sociedade as práticas consideradas adequadas e inadequadas. Nesse contexto, à Aids são incorporadas justificativas baseadas nas concepções do uso correto ou incorreto do corpo relacionado à economia sexual.

O comportamento de risco é enunciado pelos saberes médicos e observações epidemiológicas que indicam a relação entre uma prática ou hábito que acentua o risco perante alguma doença. Ainda que a definição de um grupo de risco seja imprescindível para ações alicerçadas em informações epidemiológicas, também são capazes de fomentar estigmas e realçar discriminações. A vulneração aponta para os atravessamentos sociais e culturais que intensificam as fragilidades dos corpos. Segundo Herzlich (2005), os processos de adoecimento também resultam de condições e localizações sociais que tornam alguns sujeitos mais suscetíveis e frágeis aos agentes adoecedores. A autora resume essa concepção ao dizer que o “social atravessa a pele”.

Considerando a existência de sentidos não hegemônicos, é possível dizer que a obstinação nas práticas consideradas arriscadas em um contexto epidêmico indica liberdade? Considerando as orientações médicas, tal obstinação pode ser fruto de uma debilidade no caráter capaz de promover vontades irrefreáveis e desvios morais? A seguir serão apresentadas leituras que embasam e instrumentalizam a posterior análise documental sobre os discursos que associam homossexualidade, aids e desvio moral.



No século XVIII, a população torna-se objeto do Estado e altera o modelo de atuação estatal vigente até esse período. Entre os séculos XVIII e XIX, o Estado toma para si a mensuração e governo de aspectos populacionais, preocupando-se com informações sobre natalidade, mortalidade e morbidade (FOUCAULT, 2005). Se antes o foco estava principalmente na defesa da soberania, neste período o cuidado da população tornou-se foco da governamentalidade.

Na obra *História da sexualidade 1: A vontade de saber*, Foucault aponta para a centralidade da sexualidade nos discursos médicos que estavam calcados em normas sociais (FOUCAULT, 2017). A partir do século XVIII, os governos fomentam os saberes capazes de subsidiar a administração da população. No ordenamento biopolítico importa saber e controlar aspectos como as taxas de nascimentos, fecundidades, óbitos e epidemiologias (FOUCAULT, 2005). Inicia-se a lógica da massificação, da destituição do corpo-indivíduo em prol do conhecimento sobre uma população. Com isso, a sexualidade é centralizada tendo em vista sua articulação com as taxas de natalidade e fecundidade (FOUCAULT, 2017). A vigilância sobre o sexo insere-se na disputa pelas normas sociais capazes de sustentar a racionalidade biopolítica almejada a partir desse século. Com base na construção do desvio a partir dos saberes especializado, a medicina configura-se em uma técnica política de intervenção sobre os corpos (FOUCAULT, 2017).

Durante a década de 1980, a discussão sobre a aids esteve circunscrita às vivências de pessoas homossexuais e transexuais, imprimindo a síndrome a determinadas condutas que contrastavam com a norma heterossexual (PELÚCIO e MISKOLCI, 2009). Na história da homossexualidade diferentes discursos foram adotados para explicar e intervir nas práticas sexuais consideradas desviantes. Inicialmente, a moral religiosa esteve profundamente conectada ao ímpeto de controlar e punir as condutas que ameaçavam a ordem social vigente, outorgando aos desviantes a culpa pelos possíveis castigos divinos em consequência da não obediência ao código moral-religioso.

O mito da destruição de Sodoma e Gomorra inseriu na instituição religiosa cristã o perigo da punição de Deus, e desse modo, justificou os castigos e segregações daqueles que perseveravam nas supostas paixões pecaminosas e nos desejos da carne. Sobre esse aspecto, Richards (1990) em seu estudo sobre sexo e desvio na Idade Média apresenta passagens de textos que afirmavam o perigo da “sodomia” nesse período. Exemplificando, ele cita um trecho escrito pelo filósofo e teólogo Jean Gerson (1363-1429):

por causa deste pecado detestável, o mundo foi uma vez destruído por um dilúvio universal, e as cinco cidades de Sodoma e Gomorra foram queimadas pelo fogo celestial, de modo que seus habitantes desceram vivos ao inferno. Igualmente por causa deste pecado — que suscita a vingança divina —, fomes coletivas, guerras, pestes, enchentes, traições de reinos e muitas outras calamidades acontecem com mais frequência, como atesta a Sagrada Escritura (GERSON [s.d.], apud RICHARD 1990: 76).

Havia a representação de que a conduta sodomita gerava perigo para o todo social. Dessa forma, a “vingança divina” recairia sobre a sociedade em resposta aos desvios de parcela dos indivíduos (RICHARDS, 1990). A ideia de contágio, importante para o desenvolvimento deste trabalho, já se apresentava nesse período nos sermões sobre o perigo da sodomia:

Na verdade, este vício nunca deve ser comparado a qualquer outro, pois ultrapassa a sordidez de todos os vícios. Sem dúvida, este vício é a morte dos corpos, a destruição das almas. Ele polui a carne; ele extingue a luz da mente. Expulsa o Espírito Santo do templo do coração humano; introduz o Diabo, que incita à luxúria. Ele induz ao erro; ele remove completamente a verdade da mente que foi ludibriada (...). Ele abre o inferno, fecha a porta do paraíso (...). Este vício tenta derrubar as paredes da casa celestial e trabalha na restauração das muralhas reconstruídas de Sodoma. Pois este é o vício que viola a sobriedade, mata a modéstia, sufoca a castidade e estripa a irreparável virgindade com a adaga do contágio impuro. Ele conspurca tudo, desonrando tudo com sua nódoa, poluindo tudo. E quanto a si próprio, não permite nada puro, nada limpo, nada além da imundície (DAMIÃO, entre 1048 e 1054, apud RICHARDS 1990: 77).

Assim, os sentidos atribuídos à homossexualidade ao longo da história surgiram como ferramentas para a exclusão, violência e cerceamento de liberdade (PRETES e VIANNA, 2007). Em determinadas épocas, o poder pastoral cerceou e puniu as condutas consideradas pecaminosas de acordo com a associação entre a figura do sodomita e os elementos maléficos presentes na liturgia católica (MOTT, 1998). A gestão das vontades dava-se pela produção da culpa e do medo, tendo em vista que o homoerotismo desagradava um ser onipresente e onisciente. O destino após a morte seria o inferno, considerando que a sodomia era o mais “torpe, sujo e desonesto pecado” (MOTT, 1998). Tal perspectiva esteve presente até o século XIX (PRETES e VIANNA, 2007).

Os estudos liderados por Ribeiro foram realizados principalmente na década de 1930, período da efervescente busca das virtualidades dos sujeitos que estariam marcadas no aparato anatomofisiológico. A perspectiva biodeterminista de Leonídio Ribeiro pretendia identificar os elementos da gênese homossexual alicerçado na vontade de curar essa conduta considerada desviante. Em contraponto à lógica do tratamento, a homossexualidade também já foi percebida como um fator de predisposição ao crime (GREEN e POLITO, 2004). Desse

modo, discutia-se a criminalização e punição da homossexualidade, baseando-se na ideia de periculosidade.

Discursos médico-criminológicos incluíram a homossexualidade na lista das perversões sexuais no final do século XIX (GREEN e POLITO, 2004). Segundo Foucault (2007), o próprio termo “homossexualidade” foi inaugurado por Westphal que o conceituou como uma patologia do instinto sexual. Foucault (2002) analisa as obras de Nietzsche para confirmar a tese de que o conhecimento é inventado pelo homem como forma de dominação de uns sobre outros, tendo em vista que surgem em contextos de relações de poder (FOUCAULT, 2002). Sendo assim, a vigilância sobre os homoafetivos foi engendrada por outros dispositivos circunscritos aos campos da medicina, psiquiatria e psicologia. Ainda que não houvesse códigos jurídicos específicos, a homossexualidade foi associada a crime, vadiagem, pedofilia, e pederastia (GREEN e POLITO, 2004).

A associação entre homossexualidade e perigo social esteve notadamente presente nesse período e produziu justificativas para encarceramento, marginalizações e intervenções através das instituições de sequestro. Tais instituições compõem o funcionamento panóptico da sociedade, onde sujeitos apontados como perigosos são examinados, vigiados e ligados a processos de correção e produção (FOUCAULT, 2002). Essa arquitetura, aparelhada com tecnologias de vigilância, seleciona, adentra, orienta e cria sujeitos produtivos (FOUCAULT, 1999).

O advento do positivismo propiciou que a ideia de anormalidade definisse quais eram as reações sexuais moralmente aceitas e quais denotavam doença e perigo social (PRETES e VIANNA, 2007). As construções sobre a verdade do sexo imputaram nos corpos dos homossexuais os estigmas da anormalidade e do desvio (FOUCAULT, 2017). Inicia-se uma discussão sobre a gênese da homossexualidade:

É justamente com a junção destes dois momentos que dá início em meados do século XIX a movimentação discursiva sobre as causas das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. O que antes era entendido como um pecado, um vício moral, um ato criminoso e que tinha suas raízes no desvio social e moral, agora toma forma de desvio psíquico e/ou biológico. Aquilo que antes era entendido como um vício moral e social, e que era de responsabilidade da religião e do direito, encontra-se nos séculos XIX e XX sob a responsabilidade da psiquiatria, psicologia e medicina (PRETES e VIANNA, 2007: 320).

Almeida et al. (2017) descrevem a relação entre modelo de masculinidade promovido pelo Governo Vargas com internações de homens “desviantes” na Colônia Juliano Moreira entre 1930 e 1945. Segundo as autoras, as fichas de observações desses homens assinalavam

indícios da doença de trabalho e homossexualidade. O modelo do operário viril, provedor da família e cidadão-trabalhador constituía a base do projeto da nação almejada. Isso exemplifica a função das instituições e dos atores que subsidiaram a ordem almejada, oferecendo ferramentas para a correção e tratamento dos desviantes.

No campo da história das doenças, Nascimento (2005) aponta que a tuberculose e a aids foram associadas à lógica do perigo social, convertendo o medo destas doenças no medo de determinadas pessoas apontadas como potencialmente portadoras dos agentes infecciosos:

A transmissibilidade e a incurabilidade, ao mesmo tempo em que demarcam os limites do conhecimento médico-científico, contribuem para a criação de uma experiência coletiva da doença marcada pela estigmatização do doente, pois este, como portador do agente infeccioso, passa metonimicamente a corporificar o próprio mal e consequentemente a morte (NASCIMENTO, 2005: 170).

Reportagens disponíveis no acervo digital do Arquivo Nacional ilustram tais vivências na epidemia da Aids. Uma matéria da revista *Veja* de 1987 informa que na Suécia, naquele ano, pacientes portadores do vírus que mantivessem relações sexuais seriam fichados na polícia e seus comportamentos seriam notificados aos médicos. Na Alemanha Ocidental o primeiro ministro defendeu a publicização dos nomes de quem portassem o vírus, projeto criticado e impedido pela ministra da saúde do Estado (VEJA, 1987).

No Brasil, citam a resistência dos profissionais para trabalharem exclusivamente nos espaços destinados ao atendimento dos sujeitos portadores do vírus, pelo estigma e pelo risco. Exemplificando, o vidro frontal do Hospital Emílio Ribas II em São Paulo, referência no atendimento aos pacientes, foi apedrejado. Importante destacar a corajosa decisão da administradora do hospital: "O vidro frontal do hospital foi apedrejado e decidimos deixar o buraco como um símbolo da resistência ao preconceito" (VEJA, 1987: 62).

O estigma imputado àqueles que integram os chamados grupos de risco também esteve relacionado ao temor da morte pelo contágio. Nesse cenário, o medo do contágio resultava em medo das pessoas identificadas como possíveis transmissores do vírus. É o que se verifica na mesma reportagem da revista *Veja*, que relata a experiência de um homem que buscou elucidação sobre o vírus e a doença em um serviço de saúde em Pirenópolis - GO. O homem não foi atendido, recebeu escolta policial até Goiânia e submetido ao exame.

sado, à transmissão de notícias e recomendações sobre a doença. Na Suécia um paciente que tem AIDS e continua a manter relações sexuais é fichado na polícia e tem seu comportamento irresponsável comunicado aos médicos. Esse é o caso de medida repressiva mais duro de que se tem notícia. Na Alemanha Ocidental chegou a se pensar em uma forma de tornar público o fato de alguém ser portador de AIDS. A idéia do ministro do Interior, o conservador Friedrich Zimmerman, era a de publicar nos jornais os nomes dos aidéticos de forma a que ninguém os procurasse mais para parceiros sexuais. A idéia foi bombardeada pela ministra da Saúde, Rita Sussmuth, que a neutralizou em nome dos direitos individuais da pessoa que estariam sendo lesados.



**Prostitutas em Paris: a AIDS chegou até elas**

SAÚDE — Em toda parte, a AIDS segue despertando também reações irracionais que atingem muito mais o doente do que a doença. Em São Paulo, às voltas com a evasão de pessoal médico e paramédico para trabalhar exclusivamente com pacientes de AIDS, a Secretaria de Saúde conseguiu do governo um adicional de 20% nos salários dos candidatos. Mesmo os vizinhos do Hospital Emílio Ribas II não escondem seu descontentamento com a presença de uma instituição dedicada à AIDS em suas proximidades. “O vidro frontal do hospital foi apedrejado e decidimos deixar o buraco como um símbolo da resistência ao preconceito”, diz Neide Michel Abbud, 32 anos, administradora do Emílio Ribas II, onde dos 65 leitos oferecidos a pacientes com AIDS apenas 35 estão em condições de ser utilizados. Aos outros faltam material médico e pessoal de enfermagem especializado.

Em Pirenópolis, cidade distante 119 quilômetros de Goiânia, o boliviano Juan Frederic Ballon Lopera, de 28 anos, decidiu procurar o posto de saúde da cidade à procura de informações sobre AIDS e acabou preso e quase linchado. Lopera recebeu uma carta de uma ex-namorada que mora na Suíça informando-lhe que estava com AIDS e decidiu saber o que fazer no posto de saúde. Ele viajou sob escolta policial até Goiânia, onde foi examinado no Hospital de Doenças Tropicais e liberado em seguida. Os médicos não acharam quaisquer sinais de AIDS nele. O caso mais espetacularmente revelador do estigma da AIDS e do mal-estar social que gera seu portador pôde ser colhido na França na semana passada. A bela atriz francesa Isabelle Adjani, de 31 anos (*Adele H, Nosferatu e Subway*), perseguida há meses pelos boatos de que estava com AIDS, tomou uma decisão surpreendente. Isabelle irrompeu no concorrido jornal das 8 horas do primeiro canal de televisão da França, no último domingo, dia 18. Ao vivo, em cores, sentada ao lado do apresentador do jornal, ela ouviu uma primeira pergunta que refletia a conversa das ruas. “Então, Isabelle, você está aqui? Nós supúnhamos que você estivesse num túmulo...” A atriz respondeu: “O que acho terrível é ter que vir aqui para dizer que não estou doente...” Ato contínuo o próprio presidente da Ordem dos Médicos da França, Raymond Villay, surgiu no estúdio para atestar diante das câmaras que a bela Isabelle gozava de ótima saúde.

VEJA, 1987

A notícia indica a importância de compreender que os processos de estigmatização foram direcionados não só aos doentes, mas também aos grupos apontados como suscetíveis a doença. Apesar disso, também é possível delinear movimentos de estigmatização que antecedem a epidemia e que foram sobrepostos com o aparecimento desta. A homossexualidade quando concebida como desvio já produzia violência, discriminação e preconceitos. Quando há a identificação da vivência homossexual como um comportamento de risco, o que ocorre é uma justificação da doença baseado na ideia de que o desvio da sexualidade acompanhava um desvio no caráter, ou seja, na possibilidade de autodeterminação da conduta e do caráter.

Aqui entendemos caráter como uma disposição relativamente contínua de uma conduta que modula o comportamento de alguém em certas direções. Apesar disso, compreendemos que o campo de ações do sujeito é mutável e influenciado pelas possibilidades materiais, sociais e culturais. Nesse sentido, causa estranhamento pensar na estipulação de um grupo a partir da homogeneidade de um comportamento de risco. Tal determinismo não encontra respaldo na pluralidade de vivências homoeróticas, ainda que o

aspecto sexual possa identificá-los como grupo. “A suposta homogeneidade teorizada nada tem a ver com heterogeneidade vivida” (COSTA, 1991).

Em suas colocações sobre o estigma, Goffman (2008) diferencia duas condições: a do sujeito desacreditado e a do sujeito desacreditável. O primeiro refere-se às pessoas que apresentam deformidades facilmente percebidas nas interações com outros. Nesse caso, o estigma apresenta-se mesmo que não exista a informação sobre ele. Já o sujeito desacreditável carrega alguma característica distintiva que não é facilmente perceptível para os demais. Para o autor, a homossexualidade é revestida da condição desacreditável.

Goffman também pontua a homossexualidade como representante de um dos três tipos de estigma:

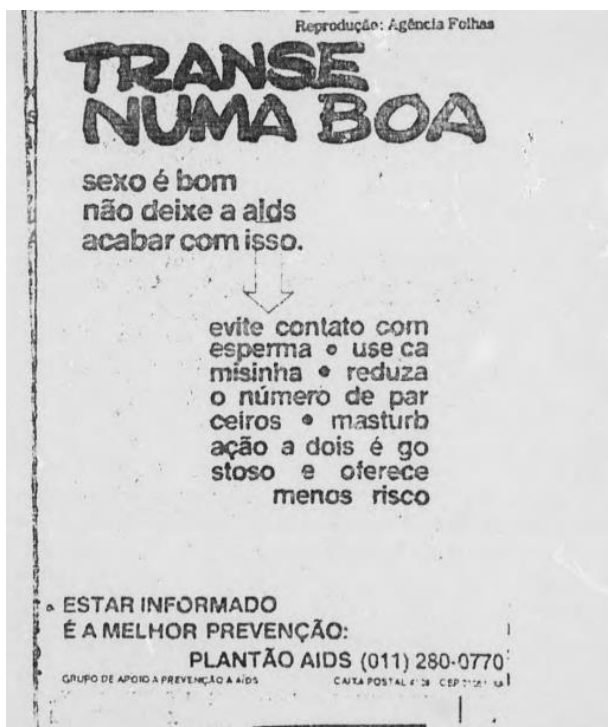
Podem-se mencionar três tipos de estigma nitidamente diferentes. Em primeiro lugar, há as abominações do corpo - as várias deformidades físicas. Em segundo lugar, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através da linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 2008: 14).

Destaca-se a percepção do autor sobre os processos de estigmatização relacionados à homossexualidade como resultante da associação de uma vontade fraca e paixão não natural. Costa (1991) discute ideia semelhante em seu trabalho sobre literatura em que busca o processo que transformou o homoerotismo em homossexualidade. O autor aponta que a literatura naturalista associa o homoerotismo com criminalidade, reforçando a imagem do homossexual como alguém anti-social e refém dos próprios desejos. “A aparente descrição ou constatação naturalista, no fundo nada mais faz do que insinuar que o homossexualismo é isso; é sexo animal, sem freios, vergonha ou moral” (COSTA, 1991, p. 29).

O homossexual, enquanto sujeito desacreditável, vivencia o estigma em maior ou menor grau na proporção da possibilidade de esconder sua “condição” (GOFFMAN, 2008). A epidemia da Aids tensiona esse cenário com a construção da ideia de que o homoerotismo é uma das causas da doença. Mais do que isso, promoveram a ideia de que o desvio da conduta foi capaz de impactar no nível de risco que os indivíduos estavam dispostos a tolerar. Ou ainda, apontar que o risco era inerente ao suposto desvio.

Podemos analisar esse aspecto a partir do seguinte cartaz, e a resposta de um órgão público a ele. Em 1985, o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA) elaborou e divulgou cartazes com o seguinte texto: *Transe numa boa. Sexo é bom. Não deixe a aids acabar com*

isso. Evite contato com esperma e use camisinha. Reduza o número de parceiros. Masturbação a dois é gostoso e oferece menos risco. A mensagem pode ser entendida como contraponto às campanhas que promoviam o pânico em relação ao sexo entre homens e que indicavam, de modo sutil ou não, a sentença de morte para aqueles que insistissem nos prazeres do corpo. Os cartazes foram colados nos espaços de encontros entre homens como saunas, boates, clubes e banheiros públicos em São Paulo.



Arquivo Nacional, 1985

No mesmo ano, o Serviço Nacional de Informações produziu um documento recomendando que o Ministério da Justiça “conhecesse” e tomasse “providências cabíveis” em relação à ação do GAPA. No documento, o SNI argumentou que a linguagem utilizada nos cartazes feria a formação moral do povo brasileiro e promovia o estímulo ao desregramento sexual:

A linguagem empregada no cartaz deturpa a intenção de orientar a população, transformando-o numa peça que agride a formação moral do povo brasileiro, contendo informações que se destinam mais ao chamado "grupo de risco", que são os homossexuais e toxicômanos, constituindo-se a sua divulgação indiscriminada, num estímulo ao desregramento sexual. (Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações, 1985: 3)

O texto informa que os cartazes foram aprovados pelo Centro de Prevenção da Aids, da Secretaria do Estado de São Paulo, mas enfatiza que a ação feria os princípios constitucionais que asseguravam ao Estado a obrigação de zelar pela ordem moral e social da

população. A partir disso, apontamos a vigilância sobre os ambientes e sobre as ações dos indivíduos cujas condutas foram identificadas como arriscadas no contexto da epidemia da Aids.

O Grupo de Apoio à Prevenção da Aids nasceu através da reunião de pessoas engajadas politicamente preocupadas com o avanço da doença e que também consideravam os desdobramentos sociais da enfermidade, como os processos de estigmatização e exclusão social (CONTRERA, 2000). Segundo Contrera (2000), as primeiras discussões sobre a doença foram realizadas no Hospital das Clínicas de São Paulo, em 1983, em reuniões com o médico Ricardo Veronesi cuja abordagem inicial foi marcada pelo desconhecimento, e que por isso expressava preconceito e discriminação. No mesmo ano, sob a liderança de Jean Claude Bernardet, Edward Mac Rae e Nestor Perlongher, o grupo iniciou discussões em resposta a esse tratamento das informações incipientes que marcaram os primeiros anos da epidemia. Contrera (2000) registra uma reunião voltada para a “comunidade gay”, ocorrida em 1985, na qual o médico Paulo Roberto Teixeira apresentou os elementos característicos da doença, de acordo com o conhecimento estabelecido até aquele momento.

A palestra, segundo depoimentos de Cláudio Monteiro e de Áurea Celeste da Silva Abade, foi dramática. As pessoas saíram em pânico, umas choravam e houve outras que desmaiaram. A incapacidade dos apresentadores da palestra de manejarem adequadamente as informações havia levado seus participantes ao colapso nervoso. Nessa palestra foram apresentados slides de pessoas com patologias associadas à aids, que iam desde a candidíase oral até quadros avançados de Sarcoma de Kaposi (CONTRERA, 2000, p. 39).

O relato demonstra a dificuldade de propagar informação de maneira cuidadosa e preocupada com as suscetibilidades daqueles definidos como principal grupo de risco. Os ativistas que estavam presentes na ocasião puderam perceber a importância da divulgação das informações sem o reforço do medo e terror frente à doença (CONTRERA, 2000). A partir desse ponto, em 1985 o grupo optou por formar uma organização não-governamental de base comunitária que uniria três aspectos: prevenção/informação, assistência ao doente de aids, soropositivos e seus familiares, e ativismo político (CONTRERA, 2000). O primeiro presidente do GAPA foi Wagner Carmo Fernandes, professor universitário e publicitário, e nesse período o principal porta-voz do grupo foi Paulo César Bonfim, técnico em patologia clínica do Hospital do Servidor. A sede provisória do grupo foi instalada em uma sala cedida pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (CONTRERA, 2000). Interessante notar a relação do GAPA com o serviço de saúde oferecido pelo poder público. Alguns dos servidores públicos estiveram ativamente posicionados na criação da organização de base comunitária ainda que não abdicasse da posição no governo.



É comum pessoas ligadas à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo lembrar que o GAPA nasceu dentro dela, como se fosse mais um braço do poder, ou um produto seu, uma vez que grande número de seus fundadores eram funcionários públicos oriundos dos serviços de saúde. Esquecem-se, porém, de dizer que esse nascimento lhes foi benéfico, já que quem se manifestava era o GAPA — a voz da sociedade civil — e não a voz do governo. Podiam por meio da entidade denunciar com todas as letras, atos e coisas que, enquanto membros do poder não poderiam dizer. O porta voz do GAPA era o ativista Paulo César Bonfim, que conhecia sobejamente os problemas da saúde pública, mas inegavelmente ele não confundiu os papéis assumidos em circunstâncias diferentes (CONTRERA, 2000: 41).

O GAPA promoveu a disseminação da prevenção sem o caráter alarmista e soturno que marcou as primeiras abordagens informativas sobre as ações preventivas em relação à doença. Nesse sentido, é possível compreender o impacto do cartaz do GAPA. De acordo com Contrera (2000), A Igreja iniciou um ataque direto por meio da mídia acusando o grupo de propagar mensagens pecaminosas. Uma frente política reacionária também tentou bloquear as investidas do grupo em direção a uma abordagem mais informal e também mais solidária aos indivíduos doentes, soropositivos e familiares. No cartaz foi incluída uma menção ao canal DISK Aids, projeto associado à Secretaria do Estado da Saúde. Por esse motivo, os políticos pressionaram a Secretaria, alegando que o orçamento público estava sendo direcionado para a promoção da pornografia (CONTRERA: 2000).

A associação do nome GAPA ao serviço público, e ele como responsável pela produção dos cartazes, foi motivo para a polícia tentar apreender os cartazes por meio de uma liminar. Essa foi a notícia que chegou aos diretores da entidade. Não se sabia se a informação era falsa ou verdadeira mas, sem dúvida, se verdadeira, comprometeria os voluntários que trabalhavam na Secretaria da Saúde e complicaria a posição do Dr. Paulo Roberto Teixeira que havia permitido a guarda dos cartazes (CONTRERA, 2000: 46).

A discussão sobre o GAPA e o polêmico cartaz possibilita reflexões sobre o processo de cuidado em saúde que de acordo com os discursos contrários ao trabalho do grupo exprimia inadequação moral. Desse modo, mesmo em um contexto de propostas incipientes do Estado em relação à epidemia, havia vigilância sobre os projetos que visavam o cuidado e a sensibilidade diante da súbita epidemia. Isso demonstra que principalmente na primeira década, além dos desafios relacionados à enfermidade e à dolorosa experiência do adoecimento, os grupos e movimentos sociais lidaram com a resistência social, os estigmas e os preconceitos arraigados na sociedade.

Em relação às campanhas de prevenção à aids, Nascimento (1997) aponta que inicialmente vigoraram mensagens agressivas veiculadas pelo Ministério da Saúde nas televisões e rádios. Segundo a autora, no início “as campanhas governamentais eram agressivas e contribuíam para disseminar uma postura discriminatória em relação ao doente e pouco esclarecedora em relação à doença”. Frases como “A Aids mata!” expressavam a indolência dos órgãos públicos frente a construção do cenário aterrorizante que pouco

promoveria trocas de informação e sensibilidade em relação aos doentes. Nesse período, a produção focava nos chamados grupos de risco, composto por homossexuais masculinos, usuários de drogas injetáveis e profissionais do sexo (NASCIMENTO, 1997). A autora também aponta que os médicos enquanto sujeitos sociais ecoaram os preconceitos e temores da sociedade, principalmente no cenário inicial marcado pela insegurança diante da nova doença contagiosa que incapacitava as defesas do corpo (NASCIMENTO, 2005).

Em 1986, o Programa de Controle de Aids elaborou um documento contendo um tópico específico sobre a estigmatização no contexto da epidemia. Disponível no acervo digital do Arquivo Nacional, o texto aponta que até o advento da Aids, a homossexualidade caminhava para uma maior aceitação social. O novo cenário, imposto pela epidemia, produziu novos acontecimentos na história da discriminação da homossexualidade. Conforme o documento, “o homossexual masculino, e seus ‘guetos’ (bares, boates, saunas) passam a ser considerados como socialmente perigosos, uma vez que são vistos como foco de contágio” (PROGRAMA DE CONTROLE DE AIDS, 1986, p. 6). O texto também discute o impacto dessa ideia no cotidiano dos sujeitos marcados pelo estigma:

Como consequência, o convívio social do indivíduo passa a ser prejudicado no que diz respeito ao relacionamento familiar, grupo de amigos, assim como outras atividades sociais como lazer, etc. Também a vida profissional da pessoa sofre a interferência, uma vez que se torna mais difícil a permanência em um emprego, assim como a consecução de outro, pois, apesar de em nossa sociedade a prática da homossexualidade não incorrer em crime legal, podemos dizer que esta é traduzida pelo social enquanto um "crime moral". Daí, decorrem todas as sanções impostas pela sociedade aos portadores, suspeitos e aos chamados grupos de risco, pois se por um lado, a prática da homossexualidade não é considerada criminosa perante o Código Penal, por outro, não existem garantias legais que assegurem aos cidadãos a livre orientação da sexualidade, protegendo-os contra discriminações (PROGRAMA DE CONTROLE DE AIDS, 1986: 6).

A ideia de que os ambientes frequentados por homossexuais também ofereciam perigo pode ser ilustrada a partir do seguinte recorte que indica o patrulhamento de soldados do exército em ambientes considerados arriscados:

## Aids leva o Exército a patrulhar soldados

Como parte de uma série de medidas que deverão tomar na área de saúde, numa campanha contra a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), o Exército vai proibir a frequência de conscritos (jovens que cumprem o Serviço Militar Obrigatório durante 12 meses) em ambientes considerados de alto risco, frequentados por homossexuais e prostitutas. Informou ontem um oficial médico do Hospital das Forças Armadas em Brasília.

A recomendação deverá ser encaminhada pelo Serviço de Saúde do Exército aos canais competentes do Estado-Maior, em consequência da detecção, recentemente, no Hospital Central do Rio de Janeiro, de três casos de Aids.

acrescentou a mesma fonte. Segundo o informante, vários casos encontram-se em observação nos hospitais militares das três Forças Armadas. Instado sobre se os registros também abrangem oficiais o médico destacou que a incidência tem se verificado entre os praças.

No Rio de Janeiro, onde se concentra o maior efetivo militar do país (cerca de 50 mil integrantes das três Forças Armadas), os contatos de jovens conscritos com homossexuais e prostitutas são frequentes, e o controle se torna difícil pelo fato da doença se manifestar no portador em períodos que podem atingir até cinco anos, dependendo dos recursos imunológicos de cada um. Os militares vítimas da Aids, hospitali-

zados no Rio de Janeiro, adquiriram a doença antes de ingressarem no serviço militar, garantiu o oficial.

O patrulhamento intensivo contra a permanência de soldados em ambientes de risco será feito pelos Batalhões de Polícia do Exército nos grandes centros. São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Brasília são as áreas mais visadas. Em Brasília, onde o efetivo militar dos quadros temporários ascende a oito mil militares, a fiscalização da PE tem no alvo o CONIC, frequentado por prostitutas e homossexuais, além das várias boates de Taguatinga e no "Posto Sete", localizado às margens da BR-040, que liga Brasília a Belo Horizonte.

Correio Braziliense, 1986

Percebe-se a regulação do ir e vir e do mapeamento dos locais possivelmente perigosos. O contraste com o cartaz produzido pelo GAP, e pela resposta do órgão estatal, indica que se por um lado havia a proibição do exército em relação ao acesso aos guetos, por outro, havia órgãos vigiando o que ocorria no interior deles. Pessoas e lugares concebidos como foco de contágio, e as consequentes discriminações, exemplificam o impacto da associação entre homossexualidade e risco.

## Aidéticos barrados no Galeão

Os agentes sanitários da Divisão de Vigilância Sanitária de Portos e Aeroportos de Fronteira (Dipaf) que trabalham no aeroporto internacional e no porto do Rio estão instruídos a impedir a entrada no país de pessoas contaminadas com Aids. "Se no exame clínico o médico diagnosticar a doença ou o próprio passageiro notificá-la, a norma é impedir seu ingresso no Brasil", revela Aristides Celso Limaverde, diretor da divisão. Segundo ele, uma portaria do Ministério da Saúde publicada em janeiro de 1989 prevê a proibição de entrada no país de pessoas contaminadas por febre-amarela, cólera, peste ou por outras doenças a critério das autoridades sanitárias. "A Aids está na lista dessas moléstias ainda não especificadas na norma, mas que devem ser controladas", argumenta o diretor da Dipaf.

Limaverde explica que, a princípio, o agente convoca para entrevistas alguém que pareça ser dos grupos de risco, "como os homossexuais e as prostitutas". E enfatiza: "Os médicos sabem só pelo olhar quando alguém tem essa doença". Mas a intenção da Dipaf é solicitar à Comissão Nacional de Aids a inclusão do nome dessa doença na lista das que são controladas nos portos, aeroportos e fronteiras. "Assim fica mais claro", justifica. Além disso, Limaverde pedirá à Comissão que seja exigido teste anti-HIV de todos os passageiros provenientes de regiões onde a incidência de Aids é elevada. Essa

solicitação valerá apenas para os indivíduos que possuem visto permanente ou provisório com permissão para ficar no Brasil por mais de 90 dias.

O sociólogo Donald Sawyer, da Universidade Federal de Minas Gerais, especializado em migrações de doenças, não concorda com o projeto do Ministério da Saúde: "Controlar o movimento de pessoas é muito caro, restringe a liberdade e fere os direitos humanos", enfatiza. "Essa doença já existe aqui e não seria barrando alguém no Galeão que a incidência diminuiria", completa o pesquisador.

O médico Vicente Amato Neto, superintendente do Hospital das Clínicas de São Paulo, também é radicalmente contra a ideia de controlar a entrada de aidéticos no país. "Não é lógico e a relação custo-benefício não é satisfatória", afirma. E questiona: "Se é possível recusar a entrada a um estrangeiro HIV positivo, o que faremos com um cidadão brasileiro que sai daqui e volta contaminado? Mandamos para onde?". Amato lembrou que o sistema de isolamento total só é utilizado em Cuba e parece não ser eficiente, nem mesmo para diminuir a velocidade de progressão da epidemia. Outro problema: "No Brasil, onde as fronteiras são extensas, a fiscalização não é eficiente e os médicos que trabalham em funções burocráticas, quase policiais, não costumam ser bons".

Jornal do Brasil, 1990.

Nesta notícia, destacamos o trecho “a princípio, o agente convoca para entrevistas alguém que pareça ser dos grupos de risco, ‘como os homossexuais e as prostitutas’. E enfatiza: ‘Os médicos sabem só pelo olhar quando alguém tem essa doença’”. Considerando as reivindicações que promoveram a despatologização da homossexualidade na década de 1980, aqui verificamos que no contexto da epidemia da Aids, os homossexuais foram realocados no lugar da periculosidade, agora marcada pelo medo do contágio. Assim, as convocações para a entrevista acontecem de acordo com a percepção do agente em relação à imagem do sujeito que aparenta alguma inclinação para o comportamento de risco, que se confunde com a própria virtualidade do sujeito. A vigilância sobre os espaços urbanos frequentados por homossexuais e profissionais do sexo, no contexto da biopolítica, indica a preocupação com a circulação de pessoas identificadas como grupo de risco. Conforme discutido anteriormente, a percepção de contágio durante a epidemia da aids, reiterou a associação com o perigo social. Em um contexto de medo, justificaram os estigmas e o cerceamento da liberdade por meio de concepções epidemiológicas assumidas através de perspectivas preconceituosas.

Por último, representando uma concepção religiosa sobre a doença, o cardeal Dom Eugenio Salles indica que o antídoto para o problema da Aids é uma mudança no comportamento. Ele opina que a promiscuidade é a causa da doença, direcionando seu sermão para a ideia de que a Aids é indicativo de desregramento moral.

# Aids como questão moral

■ *Dom Eugenio Sales pede mudanças em 'hábitos de libertinagem'*

Luiz Carlos David

O cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eugenio Sales, acusou ontem o "relacionamento sexual irresponsável" como principal causa da transmissão da Aids. Ao inaugurar a capela do Ambulatório do Banco da Providência, ele afirmou que o verdadeiro combate à transmissão da doença precisa encarar questões morais: "É necessária a modificação dos hábitos sexuais de libertinagem, que se proliferaram nas últimas décadas".

Para dom Eugenio, as campanhas de prevenção contra a Aids, feitas pelos meios de comunicação, não passam de "pura hipocrisia". "Ao estimular o uso de preservativos — disse ele — essas campanhas iludem o povo, já que em 10% ou 11% dos casos os preservativos se rompem, conforme demonstrado em pesquisas de quatro grandes instituições norte-americanas".

"Uma campanha realmente eficiente — na opinião do cardeal — deve inibir novelas que promovam a desagregação familiar e as propagandas que estimulam a imoralidade. Mas ninguém toca nesses assuntos, porque eles envolvem grandes somas de dinheiro", afirmou dom Eugenio. O cardeal, que vai divulgar no programa *A Voz do Pastor*, sábado, o resultado da pesquisa sobre comportamento sexual, feita durante a Feira da Providência, garantiu que o Brasil segue o modelo mundial de transmissão da Aids, que é eminentemente sexual: "Não se pode fugir dessa discussão", garantiu.

Coordenada pela chefe do Ambulatório, a ginecologista Maria Inês Linhares, a pesquisa mostra que quase 80% dos 1.354 entrevistados, entre 19 e 30 anos,



Cardeal criticou novelas que promovem a desagregação da família.

Fonte: Jornal do Brasil, 1991

A discussão apresentada neste capítulo buscou explorar as possibilidades de enunciação da relação entre homossexualidade e risco. Risco enxergado na presença dos homossexuais em ambientes de trabalho e risco na vivência de comportamentos associados a uma doença transmissível. A construção da lógica do perigo social relacionado à homossexualidade foi capaz de capilarizar o medo relacionado à doença para a sustentação de práticas de controle social de cerceamento das liberdades. A epidemia também reatualiza processos discriminatórios ao identificar o homossexual como foco do contágio. Isso não significa dizer que a década de 1980 marcaria o fim do preconceito e estigmatização, e sim que a epidemia promoveu um novo capítulo na sucessão de processos históricos e culturais da discriminação.

## Considerações Finais

No primeiro capítulo foi discutida a relação entre os poderes e saberes. Esses elementos são formados em contextos históricos e políticos específicos através de lutas e alianças. No campo médico-psicológico, a legitimação dos saberes propicia assimetrias nas relações entre os que sabem e aqueles que são observados, examinados e tratados. Com isso, registros e informações são acumulados para a produção do conhecimento sobre grupos específicos. A discussão realizada objetivou demonstrar os procedimentos de análise e controle dos grupos considerados socialmente perigosos, incluindo os homossexuais. Na adequação dos corpos aos aparatos disciplinares verifica-se a utilização de saberes sob a legitimidade da assimetria das relações. Além disso, a conformação da população em relação aos objetivos traçados pelos governantes lança olhares sobre os processos de saúde doença, e a sexualidade. A aplicação do exame nos homossexuais nas instituições criminais ilustra o funcionamento que une a disciplina a biopolítica.

A busca pela gênese da homossexualidade descrita no segundo capítulo possibilitou os registros das características dos homossexuais. Apesar disso, tais características são colocadas em comparações às normas instituídas pelas perspectivas hegemônicas também produzidas pelos saberes médico-psicológicas. Dessa forma, trata-se de um padrão estabelecido como modelo e utilizado na definição das características desviantes. Leonídio Ribeiro (1938) difundiu no Brasil as ideias sobre a anormalidade endocrinológica dos homossexuais que poderiam ser identificadas através de sinais corporais. Nessa perspectiva biodeterminista, o corpo revelaria disfunções orgânicas que seriam a gênese do comportamento antissocial. As mensurações empreendidas por ele contribuíram com a proposta de tornar os indivíduos supostamente perigosos em corpos identificáveis.

No mesmo capítulo, o ponto de vista de Gualter Lutz (1939) salienta os aspectos psicológicos do indivíduo observado. Ainda que seu corpo também seja analisado e mensurado em sua constituição, o enfoque esteve sobre sua vida mental. A gênese da homossexualidade nesse caso estaria relacionada aos processos de formação do psiquismo atravessados pela disposição familiar. Dessa forma, a conduta do paciente é associada ao que ocorreu no passado e as relações que este estabeleceu ao longo da vida. A perspectiva psicanalítica adotada por Lutz oferece explicações que são devidamente registradas em sua obra. Cabe destacar que o exame empreendido pelo médico ocorre, principalmente, por meio do discurso. Assim, além do corpo, a história do indivíduo é analisada e colocada em

comparação ao desenvolvimento normal do psiquismo. Gualter Lutz une a atenção ao corpo com a escuta clínica das palavras, transformando o corpo e a história em objeto de análise.

A associação entre homossexualidade e perigo social foi discutida nesses casos, considerando os crimes possivelmente cometidos pelos indivíduos descritos. A aplicação dos exames respondeu ao projeto de identificar os sinais que indicavam a periculosidade. Esse processo contribuiu para os estigmas da homossexualidade verificados nas discriminações em instituições públicas e também no contexto da epidemia da Aids. Foram observados a convergência entre a homossexualidade e os discursos que apontavam para desvios morais. Há ainda a relação entre os aparatos de vigilância e a defesa dos preceitos morais, conforme demonstrado nos documentos apresentados.

A prevenção e promoção de saúde no contexto da epidemia foram atravessadas por essas concepções. É o que se verifica no recorte jornalístico em que um homem busca uma unidade de saúde e não recebe acolhimento. Contrariamente, é recolhido por policiais. A perspectiva do cuidado em saúde foi ameaçada pelos processos de estigmas anteriores a epidemia, mas que foram tensionados a partir do medo do contágio e da identificação dos homossexuais como um grupo de risco. A denominação “grupo de risco”, importante nas intervenções epidemiológicas, foi utilizada pelo senso comum como justificção para o recrudescimento das discriminações. Com isso, concluímos que os atravessamentos sociais produzem impactos na promoção da saúde e no cuidado das enfermidades.

Como demonstrado nesse trabalho, a história das discriminações contra os homossexuais é antiga e por isso, na mesma proporção, se faz necessário que as diferenças sejam enxergadas como potências. Isso ocorreu no decorrer da epidemia, pelas lutas por direitos e reivindicações promovidas por alguns grupos. No contexto das discriminações, os seus discursos ecoaram as vozes dos que não puderam lutar. A luta permanece, ancorada em discussões diferentes, mas ainda concernentes ao pensamento de que só há liberdade quando as diferenças são respeitadas.

## Referências bibliográficas

### Fontes

AIDÉTICOS barrados no Galeão. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, ano 99, nº 272, 7 jan. 1990. Disponível em [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&Pesq=%22eugenio%20sales%22&pagfis=333](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&Pesq=%22eugenio%20sales%22&pagfis=333) >

AIDS leva o Exército a patrulhar soldados. *Correio Braziliense*. Brasília, nº 8856, 18 dez. 1986. Acessado em 23/04/2022. Disponível em: < [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274\\_03&pesq=aids%20policia&hf=memoria.bn.br&pagfis=92271](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_03&pesq=aids%20policia&hf=memoria.bn.br&pagfis=92271) >

CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Attentados ao pudor, estudos sobre as aberrações do instinto sexual*. Freitas Bastos, 1934. 3ª Edição.

DAVIA, Luís Carlos. Aids como questão moral: Dom Eugenio Sales pede mudanças em “hábitos de libertinagem”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 dez. 1991. Disponível em <[https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_11&Pesq=%22eugenio%20sales%22&pagfis=63462](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_11&Pesq=%22eugenio%20sales%22&pagfis=63462) >

LUTZ, Gualter Adolpho. *Auto-Acusação, Homossexualismo e Transvestitismo: Contribuição à Prática da Criminologia Psicanalítica*. Rio de Janeiro: Tese apresentada à Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil a fim de inscrever-se no concurso para provimento de cargo de Professor Catedrático de Medicina Legal, 1939.

OUTRA COISA. Carta aberta dos homossexuais ao povo brasileiro. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informação, 1984. Acessado em 17/10/2022. Disponível em <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/eee/84016399/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_eee\\_84016399\\_d0001de0002.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/84016399/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_84016399_d0001de0002.pdf) >

RIBEIRO, Leonidio. *Homossexualismo e Endocrinologia*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1938.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Atividades de Jonas Pereira da Silva. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações, 1984. Acessado em 20/10/2022.



Disponível

<[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/aaa/83030782/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_aaa\\_83030782\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/83030782/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83030782_d0001de0001.pdf)>

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Cópia de carta denúncia de corrupção contra Darcy Deitos. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações, 1984. Acessado em 20/10/2022. Disponível em <

[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/nnn/84005035/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_nnn\\_84005035\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/nnn/84005035/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_84005035_d0001de0001.pdf)>

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Denúncias contra o diretor regional do departamento nacional de telecomunicações (DENTEL) - Belém - PA. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações, 1984. Acessado em 20/10/2022. Disponível em <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/kkk/84004468/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_kkk\\_84004468\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/kkk/84004468/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_kkk_84004468_d0001de0001.pdf)>

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Matéria publicada no jornal “Correio de Notícias” - Ciro Ludge. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações, 1984. Acessado em 16/10/2022. Disponível em <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/aaa/85053002/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_aaa\\_85053002\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/85053002/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_85053002_d0001de0001.pdf)>

TOSTA, Antonio Carlos. Reivindicações e propostas de governo dos grupos Outra Coisa de ação homossexualista e ação lésbicas-feministas feitas ao governador Sr. Franco Montoro, por ocasião do Encontro das Entidades Civas no Jornal Folha de São Paulo em 9/12/82. Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações, 1984. Acessado em 16/10/2022, disponível em <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br\\_dfanbsb\\_v8/mic/gnc/eee/84016399/br\\_dfanbsb\\_v8\\_mic\\_gnc\\_eee\\_84016399\\_d0001de0002.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/84016399/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_84016399_d0001de0002.pdf)>

Programa de Controle da Aids. Proposta de intervenção. 1986. Acessado em 03/03/2022, disponível em <[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_DFANBSB\\_IS/INF/ECE/0016/BR\\_DFANBSB\\_IS\\_INF\\_ECE\\_0016\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_IS/INF/ECE/0016/BR_DFANBSB_IS_INF_ECE_0016_d0001de0001.pdf)>

Sistema de informações do Arquivo Nacional. Criação do Grupo de Apoio à Prevenção a

“AIDS” - GAPA em SÃO PAULO, SP. 1985. Acessado em 10/11/2021, disponível em <  
[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_DFANBSB\\_V8/MIC/GNC/AAA/85050972/BR\\_DFANBSB\\_V8\\_MIC\\_GNC\\_AAA\\_85050972\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/85050972/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_85050972_d0001de0001.pdf)>

NA fronteira do medo: os governos dos países atingidos pela AIDS tentam, com campanhas públicas, impedir que a moléstia avance sobre os heterossexuais. VEJA 1987. Acessado em 03/03/2022, disponível em <  
[http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_DFANBSB\\_IS/INF/ECE/0016/BR\\_DFA\\_NBSB\\_IS\\_INF\\_ECE\\_0016\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_IS/INF/ECE/0016/BR_DFA_NBSB_IS_INF_ECE_0016_d0001de0001.pdf) >

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Anna Beatriz de Sá et al. A Colônia Juliano Moreira e seus homens “desviantes” (1930-1945). *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 186-196, jul./dez. 2017.

BATISTA Ricardo dos Santos. O estigma da sífilis: Bahia, 1920-1930. *História: Debates e Tendências*, vol. 21, no. 1, 2021, pp.100-119.

BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRASIL. Ministério da Saúde. *História da AIDS. Doenças de condições crônicas e infecções sexualmente transmissíveis*. Brasília: [Ministério da Saúde], 2018. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/centrais-de-conteudos/historia-aids-linha-do-tempo> acesso em 02/12/2021

CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento sexual e luta pela despatologização da homossexualidade (1978-1990). In: XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. 28., 2015, Florianópolis - SC.

CAMPOS, Gastão W. S. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020.

CONTRERA, Wildney Feres. *GAPAs: uma resposta comunitária à epidemia da AIDS no Brasil*. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2000.

COSTA, Jurandir Freire. Os amores que não se deixam dizer. In: LANCETTI, Antonio (org).

Saúde Loucura 3: Aids. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 21-37.

DIAS, Allister Teixeira. Da crítica social à biotipologia: contribuições para uma história da criminologia no Rio de Janeiro da década de 1930. Anos 90, Porto Alegre, v. 28, 2021.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003.

FERLA, Luis. Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo. São Paulo: Alameda, 2005.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOFFMAN, E. Estigma - Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4ª Ed. Rio de Janeiro. LTC, 2008.

GUTMAN, G. Criminologia, Antropologia e Medicina Legal. Um personagem central: Leonídio Ribeiro. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 482-497, set. 2010.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. 3ed. Rio de Janeiro: Nau Ed, 2002.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GREEN, James N. & POLITO, Ronald. Frescos Trópicos: Fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980) Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O enunciado e o arquivo: Foucault (en)re)vistas. In: NAVARRO-BARBOSA, Pedro (org). Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 23- 44.

HERZLICH, Claudine. Fragilidade da vida e desenvolvimento das ciências sociais no campo da saúde. *Physis* [online]. 2005, vol. 15, n.2, pp. 193-203.

KEHL, Renato. Inquérito Eugênico. *Boletim de Eugenia*. 1930. N. 13, p. 3.

LAURENTI, Ruy. Homossexualismo e a Classificação Internacional de doenças. *Rev. Saúde Pública*, vol.18, nº 5, São Paulo, Outubro de 1984.

LE GOFF, Jacques. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985.

MACIEL, Maria Eunice. A Eugenia no Brasil. *Anos 90*. N.11: 121-143, jul.1999.

MANTOVANI, Rafael. O que foi a polícia médica? *História, Ciências, Saúde– Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.2, abr.-jun. 2018, p.409-427.

MARTINS JÚNIOR, Carlos. Sob o signo de Otelo: Francisco Jose Viveiros de Castro e as "contradições" na jurisprudência sobre crimes passionais. *Revista de História*, [S. l.], n. 135, p. 61-78, 1996.

MARTINS, Roberto de Andrade; MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; FERREIRA, Renata Rivera; TOLEDO, Maria Cristina Ferraz de. *Contágio: história da prevenção das doenças transmissíveis*. São Paulo: Moderna, 1997.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Relatório final da VIII Conferência Nacional de Saúde, 1986. BRASIL. Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (I PND- NR), 1986.

MOTT, Luiz. *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

NASCIMENTO, Dilene R. A face visível da Aids. In: *História, ciências, saúde: Manguinhos*, v. 1. n. 1. Rio de Janeiro, 1997.

NASCIMENTO, Dilene R.. As Pestes do Século XX: Tuberculose e Aids no Brasil – Uma história comparada, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2005.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; VIANNA, Eliza da Silva; MORAES, Monica Cristina de; SILVA, Danielle Souza Fialho da. (2018). O indivíduo, a sociedade e a doença: contexto, representação social e alguns debates na história das doenças. *Khronos*, (6), 17.

OLIVEIRA, Solane Diane Pastro. A Ditadura Militar e o insulamento burocrático: o SNI, um estudo de caso. *Em Tempo de História*. Nº. 20, Brasília, jan.– jul. 2012.

Oliveira, Thayane Lopes A história das doenças nas aulas de História: uma abordagem possível. *Revista História Hoje*, 10(20), 33–50, 2021

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*. n.1 - 2009 - pp.125-157.

PRETES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. *Iniciação Científica: Destaques 2007*.

QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REVEL, Jacques., PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, J., NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SCHRAMM, Fermin Roland. A saúde é um direito ou um dever? Autocrítica da saúde pública. *Rev. Bras Bioet.* 2006; 2 (2): 187-200.

SILVA, Julio Cesar da. O crime do moço verde. *Revista do Brasil.* V. XXV, N. 98, Ano III, 1924.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 23(Suppl. 1), 93-110, 2016.

STEPAN, Nancy L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D. (Orgs.) *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe.* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. pp. 330-391.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIANNA, Eliza da Silva. *Alguma coisa aconteceu comigo: a experiência soropositiva nas obras de Caio Fernando Abreu e Hervé Guibert (1988 1996).* 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

WEGNER, Robert. Renato Kehl, a eugenia alemã e a doença de Nietzsche. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH .São Paulo, julho 2011.*